



E-BOOK

REVISÃO DE VÉSPERA

CNU

E S T R A T É G I A C O N C U R S O S

Revisão de Véspera CNU Conhecimentos Gerais: Blocos de 1 a 7

1

Desafios do Estado de Direito

Tópicos: 1, 1.1, 1.3 e 1.5

Prof. Alê Lopes

2

Vamos revisar :

1.1. Formação histórica do Estado Democrático de Direito.

1.3. Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo e os desafios da governabilidade.

1.5. Capacidades estatais e democracia.

Profº. Alê Lopes

3

Formação Histórica do Estado de Direito



Profº. Alê Lopes

4

Tabela comparativa dos modelos históricos de Estado

Tipo de Estado	Época histórica	Direitos garantidos	Participação política	Legitimidade do Estado	Natureza do Estado
Absolutista	Séc. XV–XVIII	Nenhum direito formal	Ausente	Fundada na tradição e no direito divino dos reis	Concentrador, patrimonialista, repressivo
Liberal	Séc. XIX	Direitos civis e políticos formais	Representação restrita	Fundada na legalidade formal e na ideologia contratual (constitucional)	Estado mínimo, garante a propriedade privada, ordem e segurança
Social	Séc. XX	Direitos civis, políticos e sociais	Representação ampliada, mas ainda delegada	Fundada na resposta à crise e na ampliação de direitos universais	Intervencionista, regulador, promotor de bem-estar
Democrático de Direito	Pós-1945 / CF-1988	Direitos civis, políticos, sociais e humanos	Participação ativa e plural que se combina com a ideia de controle social	Fundada na soberania popular , na Constituição e nos direitos	Democrático, plural, comprometido com justiça distributiva e equidade

Profª. Alê Lopes

5

Keynesianismo e o Estado Social de Direito

A proposta keynesiana inaugura o modelo de **governança econômica com responsabilidade social**, no qual:

- O Estado deve planejar e regular a economia (política),
- Garantir o investimento público em infraestrutura e serviços sociais (educação, saúde, habitação),
- Criar mecanismos de redistribuição de renda e inclusão social,

Profª. Alê Lopes

6

Keynesianismo e o Estado Social de Direito

- Estabelecer **direitos sociais** como parte da **cidadania** — fundamento jurídico do Estado Social de Direito.⁴⁰



Assim, o keynesianismo **fornece a racionalidade teórica e a legitimidade política para o surgimento do Estado Social** (ou Estado de Bem-Estar), consolidado na Europa e nos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial, e posteriormente incorporado nas constituições democráticas — como a CF/1988.

Prof^o. Alê Lopes

7

(FGV)

Em 9 de março de 1933, foi lançado nos Estados Unidos um amplo programa de reformas implementado pelo governo de Franklin Delano Roosevelt. Surgiu para salvar o país de uma enorme depressão e pôs em xeque os fundamentos do liberalismo clássico, do “laissez faire, laissez passer”, para o qual o alicerce da economia seria a sua autorregulamentação.

<https://operamundi.uol.com.br>, 09.03.2018.
Adaptado.

Prof^o. Alê Lopes

8

(FGV)

O programa de reformas e a crise que motivou sua implantação correspondem, respectivamente,

A) ao Plano Marshall e à Primeira Guerra Mundial.

B) à Emenda Platt e à concessão de subsídios industriais.

C) ao New Deal e à quebra da bolsa de Nova Iorque.

D) à Doutrina Monroe e à queda do poder de compra nacional.

E) ao America First e ao déficit da balança comercial.

Profº. Alê Lopes

9

Estado Democrático de Direito

“A democracia que o Estado democrático de Direito realiza há de ser um **processo de convivência social numa sociedade livre justa e solidária** (art. 3º II), em que **o poder emana do povo**, deve ser exercido em proveito do povo, diretamente ou por seus representantes eleitos (art. 1º parágrafo único); **participativa, porque envolve a participação crescente do povo no processo decisório** e na formação dos atos de governo; **pluralista, porque respeita a pluralidade de ideias**, culturas e etnias e **pressupõe assim o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes** e a possibilidade de convivência de formas de organização e interesses diferentes na sociedade; há de ser um **processo de liberação da pessoa humana das formas de opressão que não depende apenas do reconhecimento formal de certos direitos** individuais, políticos e sociais, mas especialmente da **vigência de condições econômicas suscetíveis de favorecer o seu pleno exercício.**”

(José Afonso da Silva. o ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. R. Dir. adID., Rio de Janeiro, 173: 15-34 ju-set. 1988)

Profº. Alê Lopes

10

(Profe Alê Lopes/Autoral para o CNU 2025)

“O Estado democrático de Direito concilia Estado democrático e Estado de Direito, mas não consiste apenas na reunião formal dos elementos desses dois tipos de Estado. Revela, em verdade, um conceito novo que incorpora os princípios daqueles dois conceitos, mas os supera na medida em que agrega um componente revolucionário de transformação do status quo.”

(José Afonso da Silva, O Estado Democrático de Direito, 1988)

Profº. Alê Lopes

11

(Profe Alê Lopes/Autoral para o CNU 2025)

De acordo com a concepção do autor, o Estado Democrático de Direito caracteriza-se fundamentalmente por:

A) conduzir o conceito de democracia à realização periódica de eleições representativas, assegurando a legalidade formal dos atos do poder público.

B) combinar legalidade liberal e direitos sociais em um modelo estável, com pretensões transformadoras, que garante apenas a igualdade formal.

Profº. Alê Lopes

12

(Profe Alê Lopes/Autorial para o CNU 2025)

C) garantir a supremacia da lei enquanto norma geral e abstrata, como instrumento único de preservação da ordem e da segurança jurídica.

D) fundar-se na harmonia formal entre os Poderes do Estado, assegurando que cada um atue sem interferências recíprocas, preservando a estrutura tradicional.

E) instituir um conceito novo de Estado que, além de submeter-se à Constituição, orienta-se pela participação popular e pela promoção da justiça social como tarefas fundamentais.

Profª. Alê Lopes

13

Princípios do Estado Democrático de Direito

a) **princípio da constitucionalidade**, que exprime, em primeiro lugar, que o Estado democrático de Direito se funda na **legitimidade de uma Constituição constitucional**;

b) **princípio democrático** que, nos termos da Constituição, há de constituir uma **democracia representativa e participativa, pluralista**, e que seja a garantia geral da vigência e eficácia dos direitos fundamentais (art. 1º);

c) sistema de **direitos fundamentais** individuais, coletivos, sociais e culturais (Títulos II, VII e VIII);

d) **princípio da justiça social**, referido no art. 176, caput, no art. 198, como princípio da ordem econômica e da ordem social;

e) princípio da **igualdade** (art. 5º, caput, e inciso I);

f) princípio da **divisão de poderes** (art. 2º) e da independência do juiz (art. 100);

g) princípio da **legalidade** (art. 5º., 11);

h) princípio da **segurança jurídica** (art. 5º. XXXVI a LXXIII).

Profª. Alê Lopes

14



15

FGV - 2024 - Sociólogo (SUSAM)

Desde a concepção grega sobre as formas clássicas de governo – monarquia, aristocracia e democracia –, assistimos à reelaboração desta última, conforme se tornou sinônimo da modernidade política ocidental.

Assinale a alternativa que caracteriza corretamente uma definição conceitual da democracia em relação à concepção das formas clássicas de governo.

- a) Na concepção platônica de governo, a democracia é considerada o ápice da degeneração progressiva do ideal de governo justo, depois da timocracia, da oligarquia e da tirania.

Profª. Alê Lopes

16

FGV - 2024 - Sociólogo (SUSAM)

b) A tipologia aristotélica de governo dissolveu a hierarquia entre governos bons e maus, relativizando-os conforme as diferentes experiências históricas moldaram sua valoração.

c) No século XVIII, a tradição política inglesa e francesa da defesa da monarquia constitucional identificou democracia com virtude pública, liberdade política e igualdade social.

d) A democracia, como processo de constitucionalização do poder e estabilização das instituições representativas, renovou, no século XIX, a contraposição clássica em relação à monarquia.

Profº. Alê Lopes

17

FGV - 2024 - Sociólogo (SUSAM)

e) A partir do século XX, o conceito de democracia passou a incluir necessariamente a soberania popular representativa e o reconhecimento constitucional de direitos fundamentais.

Profº. Alê Lopes

18

FGV - 2025 - Analista Administrativo (TCE-RR)/Tecnologia da Informação/

A administração pública, ao promover a participação cidadã por meio de mecanismos que estimulem a motivação, fortalece a tomada de decisões mais democráticas, inclusivas e legitimadas pela sociedade.

Assinale a afirmativa correta acerca da relação entre participação, atores sociais e controle social.

A) A participação cidadã depende exclusivamente de políticas públicas coercitivas que obriguem os indivíduos a tomar parte nas decisões públicas.

Profº. Alê Lopes

19

FGV - 2025 - Analista Administrativo (TCE-RR)/Tecnologia da Informação/

B) A motivação para a participação cidadã é irrelevante no contexto do controle social, pois os cidadãos tendem a se envolver espontaneamente em processos decisórios.

C) A criação de mecanismos que motivem os cidadãos é fundamental para aumentar o engajamento e assegurar a legitimidade dos processos participativos no setor público.

D) O controle social é garantido apenas pela participação de atores sociais que possuem acesso direto às estruturas de poder.

Profº. Alê Lopes

20

FGV - 2025 - Analista Administrativo (TCE-RR)/Tecnologia da Informação/

E)A gestão do setor público deve focar exclusivamente em resultados e não em estimular o envolvimento dos cidadãos nos processos participativos

Profº. Alê Lopes

21

Relação entre os poderes diz sobre SISTEMA DE GOVERNO



A grande pergunta era (e tem sido, sobretudo): qual sistema de governo gera **melhor equilíbrio** entre o poderes e **maior capacidade** de elaborar PP?

Profº. Alê Lopes

22

PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO – COMBINAÇÃO



Profº. Alê Lopes

23

Desafios da governabilidade

Há um elemento estrutural de instabilidade da governança em um regime presidencialista dependente de coalizões parlamentares grandes, em um sistema partidário com tendência à fragmentação. Por outro lado, a diferença entre as jurisdições eleitorais do presidente e dos parlamentares embute potencial não desprezível de conflito entre as agendas do Legislativo, de inclinação mais conservadora, e do Executivo, de disposição mais reformista.

(Sérgio Abranches)

Profº. Alê Lopes

24

Presidencialismo de Coalizão:

O Poder Executivo, com capacidade de montar o gabinete ministerial e fazer nomeações de cargos diretivos, **distribui esses postos aos partidos políticos** que passam a **fazer parte de sua base aliada no Congresso Nacional**. O Presidente espera **obter fidelidade**, na prática é **atuar no legislativo segundo a agenda política do Governo**.

Profº. Alê Lopes

25

2023 - Analista Legislativo (ALMG)/Consultor do Processo Legislativo

O presidencialismo de coalisção, concepção brasileira deste sistema de governo, está corretamente associado ao seguinte traço característico:

A) Alcance do referido sistema apenas na esfera federal.

B) Independência política irrestrita do Poder Executivo, na formação dos Ministérios e das Secretarias, tal como no modelo clássico.

Profº. Alê Lopes

26

2023 - Analista Legislativo (ALMG)/Consultor do Processo Legislativo

C) Multipartidarismo na composição do poder Legislativo.

D) Sistema majoritário de composição do Legislativo.

Profº. Alê Lopes

27

FGV - 2023 - Analista Legislativo (CAM DEP)/Consultor Legislativo/Consultor Legislativo/

Em 1987, no contexto dos debates da Assembleia Nacional Constituinte, Sergio Abranches escreveu um artigo no qual desenvolveu um quadro de referências conceitual para demonstrar que o presidencialismo brasileiro diferia muito do modelo americano, a ponto de constituir um novo tipo de presidencialismo, por ele definido como "presidencialismo de coalizão", construído a partir da combinação "de federalismo extensa e heterogêneo; de representação proporcional de lista aberta; de um sistema multipartidário; do

Profº. Alê Lopes

28

**FGV - 2023 - Analista Legislativo (CAM
DEP)/Consultor Legislativo/Consultor
Legislativo/**

bicameralismo; e de uma Presidência forte e minoritária".

Adaptado de ABRANCHES, Sergio. "Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro", Dados, vol. 31, n. 1. 1988.

Com base na caracterização do presidencialismo de coalizão citada, analise as afirmativas a seguir.

Profº. Alê Lopes

29

**FGV - 2023 - Analista Legislativo (CAM
DEP)/Consultor Legislativo/Consultor
Legislativo/**

I. É uma configuração política multipartidária marcada pela interdependência entre Executivo e Legislativo, em que o presidente não tem condições de governar sem o apoio majoritário do Congresso, motivo pelo qual faz alianças com partidos que não necessariamente possuem afinidades com seu programa de governo.

Profº. Alê Lopes

30

**FGV - 2023 - Analista Legislativo (CAM
DEP)/Consultor Legislativo/Consultor
Legislativo/**

II. É um modelo em que os eleitores escolhem um presidente de forma direta, concedendo-lhe um mandato cuja duração é fixa e independente do voto do Legislativo, mas o presidente eleito não tem autonomia para nomear seu governo, sendo essa uma atribuição do partido majoritário da coalizão

Profº. Alê Lopes

31

**FGV - 2023 - Analista Legislativo (CAM
DEP)/Consultor Legislativo/Consultor
Legislativo/**

III. É um sistema em que a governabilidade depende da formação de uma coalizão majoritária no Congresso, o que é dificultado pela distância na configuração do eleitorado presidencial, baseada no voto majoritário simples do eleitorado nacional, enquanto o Legislativo tem seus colégios eleitorais nos Estados.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

Profº. Alê Lopes

32

- ❑ **Capacidades estatais** são entendidas como habilidades do Estado para **definir agendas e executar políticas**, considerando **dimensões técnico-administrativas e políticas**. (arranjos institucionais)
- ❑ A **capacidade técnica** remete à **burocracia** profissional, eficiente e orientada por resultados.
- ❑ A **capacidade política** envolve **articulação** com atores sociais, formação de **coalizões** e adaptação a ambientes **participativos** e de **controle democrático**

Profº. Alê Lopes

33

- ❑ a articulação entre **burocracia, representação, participação e controles institucionais** gera capacidades estatais para implementação de políticas públicas.



Profº. Alê Lopes

34

(Inédita Profe Alê Lopes / CNU-FGV 2025 – O Gabarito)

Essa segunda abordagem acerca das capacidades estatais, portanto, tem enfatizado a necessidade de superar o referido trade off, entre democracia e desenvolvimento[...] Por outro lado, é evidente que a vigência de instituições típicas de regimes democráticos- como os mecanismos de participação, controle e transparência tornam mais complexo o processo de produção de políticas. Isso porque o concurso desses mecanismos inviabiliza, por exemplo, que um

Profº. Alê Lopes

35

(Inédita Profe Alê Lopes / CNU-FGV 2025 – O Gabarito)

corpo burocrático, ainda que competente tecnicamente, tenha autonomia suficiente para, por conta própria, estabelecer e perseguir objetivos em determinada área. Isso ocorre justamente porque a atuação da burocracia estatal está sujeita, nas democracias, a formas variadas de escrutínio público. (NUNES, Welligton. Políticas públicas e construção de capacidades estatais: comparando políticas industriais e sociais no Brasil.

Profº. Alê Lopes

36

(Inédita Profe Alê Lopes / CNU-FGV 2025 – O Gabarito)

RevistadeSociologiaePolíticav.28,n.73.)

Nesse sentido, avalie os elementos que precisam ser articulados para a geração das capacidades estatais

I – Burocracias e atores sociais

II – Canais de participação social e capacidades técnicas administrativas

III – elites econômicas e a classe política, de maneira insular.

Profº. Alê Lopes

37

(Inédita Profe Alê Lopes / CNU-FGV 2025 – O Gabarito)

Estão corretos os itens

A)I

B)II

C)I, III

D) I, II

E)I, II, III

Profº. Alê Lopes

38

OBRIGADA

Profª Alê Lopes
@profe.ale.lopes

39

Desafios do Estado de Direito

Tópicos: 1.2 e 1.4

Profª. Nelma Fontana

40

Judicialização de Políticas Públicas

Tese de repercussão geral (RE 684.612):

1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.
2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado;

Profª. Nelma Fontana

41

Judicialização de Políticas Públicas

3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) .

Profª. Nelma Fontana

42

(2024/FGV/TJ-RR/Analista Judiciário)

Considerando os limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é incorreto afirmar que

A) no caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

Profª. Nelma Fontana

43

B) a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, sem indicar as receitas orçamentárias necessárias ao cumprimento da obrigação imposta, viola o princípio da separação dos poderes.

C) a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.

Profª. Nelma Fontana

44

D) a decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado.

E) é possível o Poder Judiciário determinar a implementação de políticas públicas urgentes com a finalidade de assegurar o direito à saúde, em substituição ao juízo de oportunidade e conveniência do Poder Executivo para a prática do ato administrativo, sem indicar as receitas orçamentárias necessárias ao cumprimento da obrigação imposta.

Profª. Nelma Fontana

45

Desafios de governabilidade

No sistema presidencialista de governo, o presidente da República é eleito pelo **voto popular**, exerce simultaneamente as funções de **chefe de Estado e de governo**, tem **mandato fixo** e não depende do Congresso Nacional para se manter no cargo. Contudo, para governar e aprovar projetos, o presidente precisa formar alianças estáveis com vários partidos, oferecendo espaços de poder em troca de sustentação política. Essa necessidade permanente de negociação é chamada de **coalizão**.

Profª. Nelma Fontana

46

Desafios de governabilidade

O chefe do Executivo, para governar, depende de alianças multipartidárias permanentes com o Legislativo.

Profª. Nelma Fontana

47

Representação Política

(2024/FGV/Câmara dos Deputados /Analista) A República Federativa do Brasil é em um Estado Democrático de Direito, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988.

No que diz respeito à democracia, analise os tópicos a seguir.

I. A Constituição dispõe de instrumentos de democracia participativa, tais como os conselhos, as ouvidorias e o orçamento participativo.

II. A democracia é exercida exclusivamente pelos representantes escolhidos pelo povo, seus legítimos mandatários.

Profª. Nelma Fontana

48

Representação Política

III. A democracia brasileira tem como um de seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

IV. No Brasil há um exemplo de democracia direta, considerando que a Constituição prevê expressamente que o poder emana do povo.

Profª. Nelma Fontana

49

Está correto o que se afirma em

- A) I, III e IV, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

Profª. Nelma Fontana

50

Direitos Políticos

Tese de repercussão geral (RE 1.282.553):

A suspensão dos direitos políticos prevista no artigo 15, III, da Constituição Federal ("condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos") não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que não incompatível com a infração penal praticada, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (CF, art. 1º, III e IV) e do dever do Estado em proporcionar as condições necessárias para a harmônica integração social do condenado, objetivo principal da execução

Profª. Nelma Fontana

51

Direitos Políticos

penal, nos termos do artigo 1º da LEP (Lei nº 7.210/84). O início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.

Profª. Nelma Fontana

52

(2025/FGV/TRF - 1ª REGIÃO) Após regular tramitação do processo judicial, sendo asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, transitou em julgado a sentença penal que condenou Antônio pela prática de crime contra a honra. A pena privativa de liberdade aplicada foi substituída pela prestação de serviço a entidade de caráter público indicada pelo juízo da execução.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que, durante o período em que Antônio estiver prestando o referido serviço, ele:

Profª. Nelma Fontana

53

- A) pode ajuizar ação popular;
- B) está inabilitado para o exercício de qualquer função pública;
- C) pode praticar todos os atos que exijam a condição de cidadão;
- D) pode ser nomeado e tomar posse em cargo público, caso tenha sido aprovado em concurso público;
- E) pode ser considerado inelegível, nos termos da legislação infraconstitucional, mas possui direitos políticos.

Profª. Nelma Fontana

54

Direito individual

(2025/FGV/MPE-RJ) Em excursão formada por um grupo de religiosos conhecidos pela denominação de Testemunhas de Jeová, houve um grave acidente envolvendo o veículo utilizado para o transporte coletivo, o que causou lesões corporais em todos os membros do referido grupo. Em razão dos ferimentos sofridos, foram levados inconscientes a um nosocômio para o atendimento de emergência. Na ocasião, foi constatado que todos deveriam receber transfusão sanguínea, de modo a assegurar a plena higidez dos seus sinais vitais.

Profª. Nelma Fontana

55

Direito individual

Pouco após a chegada das vítimas ao nosocômio, diversos familiares compareceram ao local e informaram aos médicos que a transfusão sanguínea não poderia ser realizada, considerando a religião professada por essas pessoas.

Na situação descrita, é correto afirmar que

Profª. Nelma Fontana

56

A) ainda que haja procedimento alternativo disponível em outra unidade do SUS, com viabilidade técnico-científica de sucesso, a transfusão pode ser realizada nas circunstâncias indicadas.

B) a liberdade de consciência, enquanto projeção da liberdade individual, evidencia que o ser humano tem um valor que não pode ser negado, sob pena de ser objetificado, logo, a transfusão não pode ser realizada.

C) a colisão entre direitos fundamentais deve ser contextualizada no mesmo plano temporal, de modo que somente os familiares das vítimas adolescentes podem externar sua vontade e vedar que a transfusão seja realizada.

Profª. Nelma Fontana

57

D) a vida, enquanto alicerce de desenvolvimento dos demais direitos fundamentais, não pode ser preterida em prol de direitos que a pressupõem, logo, a transfusão sempre deve ser realizada, ainda que colida com a liberdade de consciência.

E) em razão do direito fundamental ao livre exercício profissional, e do maior peso do direito à saúde, quando ponderado com a liberdade de consciência, os médicos podem realizar a transfusão, independente da religião professada por qualquer paciente.

Profª. Nelma Fontana

58

Garantia individual

(2025/FGV/TCE-PE/Procurador) Sobre a legitimidade para ajuizar ação popular, é correto afirmar que ela somente poderá ser proposta:

- A) por qualquer cidadão.
- B) pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.
- C) pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e por entes federativos (União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios).

Profª. Nelma Fontana

59

Garantia individual

D) pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, por qualquer cidadão e por associação existente há mais de um ano que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social ou ao meio ambiente.

E) por qualquer cidadão e por associação existente há mais de um ano que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção, ao consumidor, à ordem econômica e à livre concorrência.

Profª. Nelma Fontana

60

OBRIGADA

Prof^a. Nelma Fontana

61

Políticas Públicas

Tópico 2 Completo

 @prof.stefan.Fantini
 t.me/admconcursos

Prof. Stefan Fantini

62

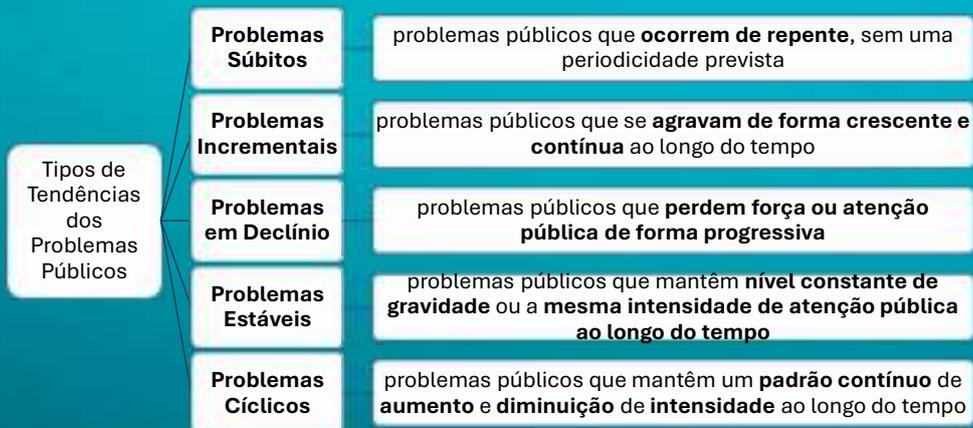
Problema Público



Prof. Stefan Fantini

63

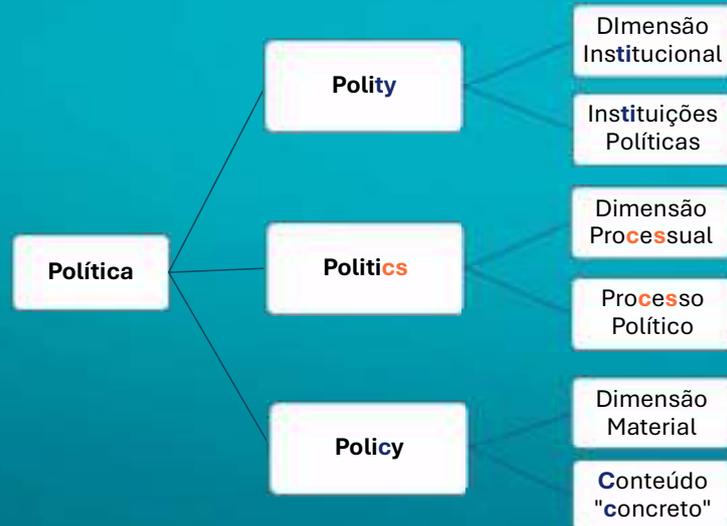
Tipos de Tendências dos Problemas Públicos



Prof. Stefan Fantini

64

Dimensões da Política



Prof. Stefan Fantini

65

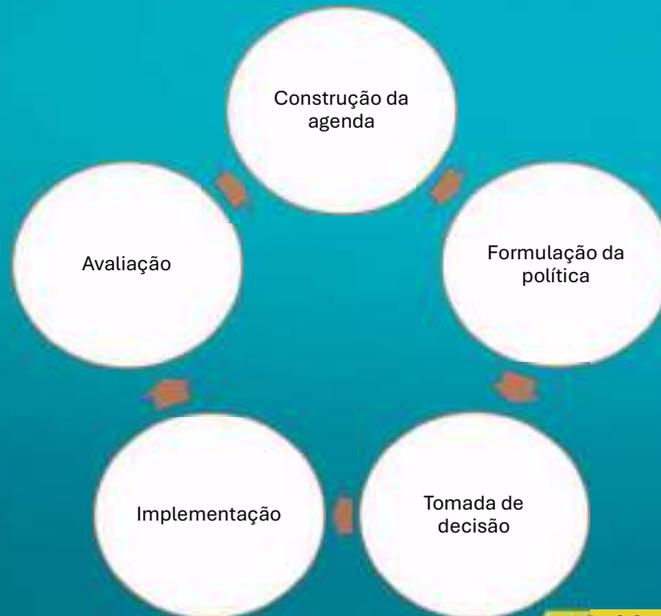
Tipos de Políticas Públicas



Prof. Stefan Fantini

66

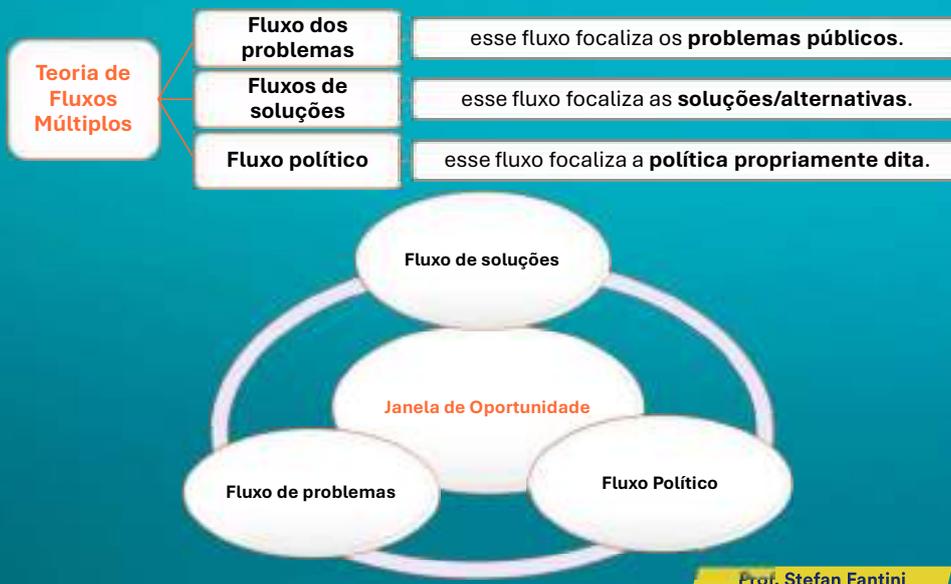
Ciclo de Políticas Públicas



Prof. Stefan Fantini

67

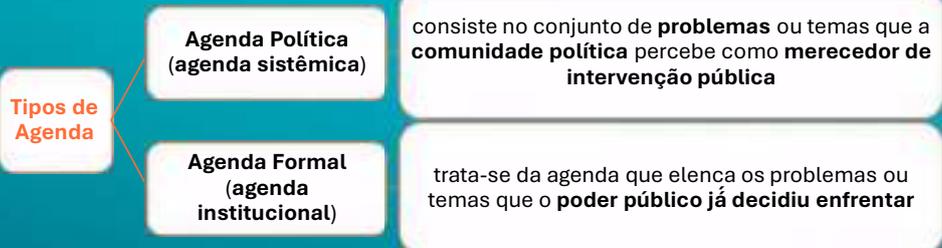
Teoria dos Fluxos Múltiplos



Prof. Stefan Fantini

68

Tipos de Agenda



Prof. Stefan Fantini

69

Modelos de Tomada de Decisão

	Condições cognitivas	Análise das alternativas	Modalidade de escolha	Critério de decisão
Racionalidade absoluta	Certeza	Análise completa e cálculo de conseqüências	Cálculo	Otimização
Racionalidade limitada	Incerteza	Pesquisa sequencial	Comparação das alternativas com as expectativas	Satisfação
Modelo incremental	Parcialidade (Interesses)	Comparações sucessivas limitadas	Ajuste mútuo de interesses	Acordo
Modelo da lata do lixo/fluxos múltiplos	Ambigüidade	Nenhuma	Encontro de soluções e problemas	Casual

Prof. Stefan Fantini

70

Implementação



Modelo top-down (de cima para baixo):

é caracterizado pela clara **separação** entre o momento da **tomada de decisão** (realizado pelos “**agentes políticos**”, tomadores de decisão) e o momento de **implementação** (realizado pela “**burocracia**”, executores).



Modelo bottom-up (de baixo para cima):

esse modelo é caracterizado pela **maior liberdade** dos “**burocratas**” em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas.

Prof. Stefan Fantini

71

Burocratas de nível de rua

04 tarefas principais de um burocrata de nível de rua

triar, classificar e categorizar usuários

distribuir benefícios e sanções que afetem o bem-estar dos clientes

estruturar contextos de interação, determinando **quando, com que frequência e sob quais circunstâncias** a ação ocorrerá

ensinar aos cidadãos o papel de ser cliente/usuário do Estado

Prof. Stefan Fantini

72

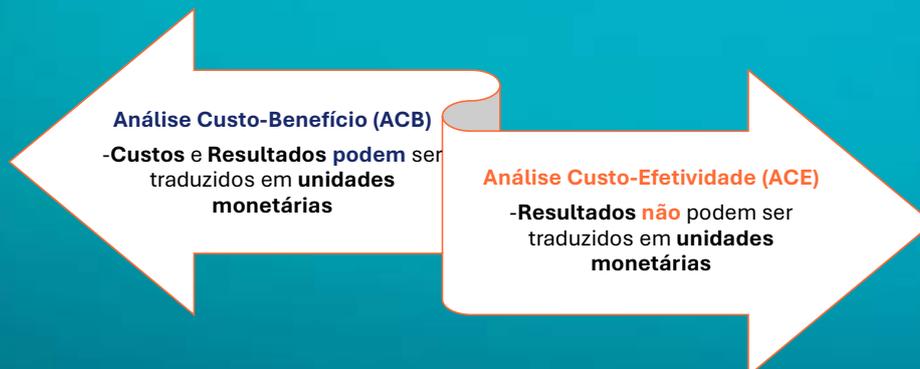
Tipos de Avaliação



Prof. Stefan Fantini

73

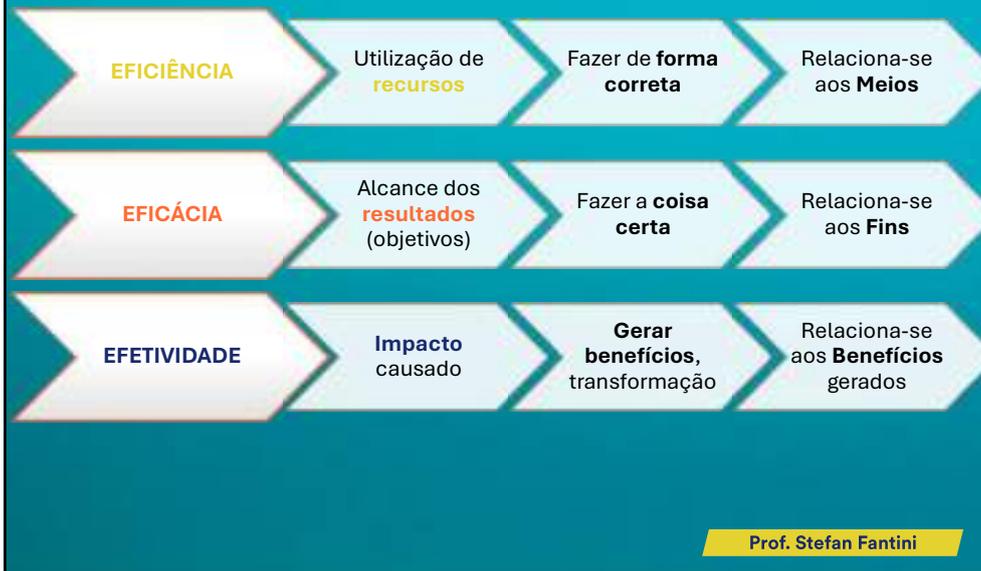
Tipos de Análises



Prof. Stefan Fantini

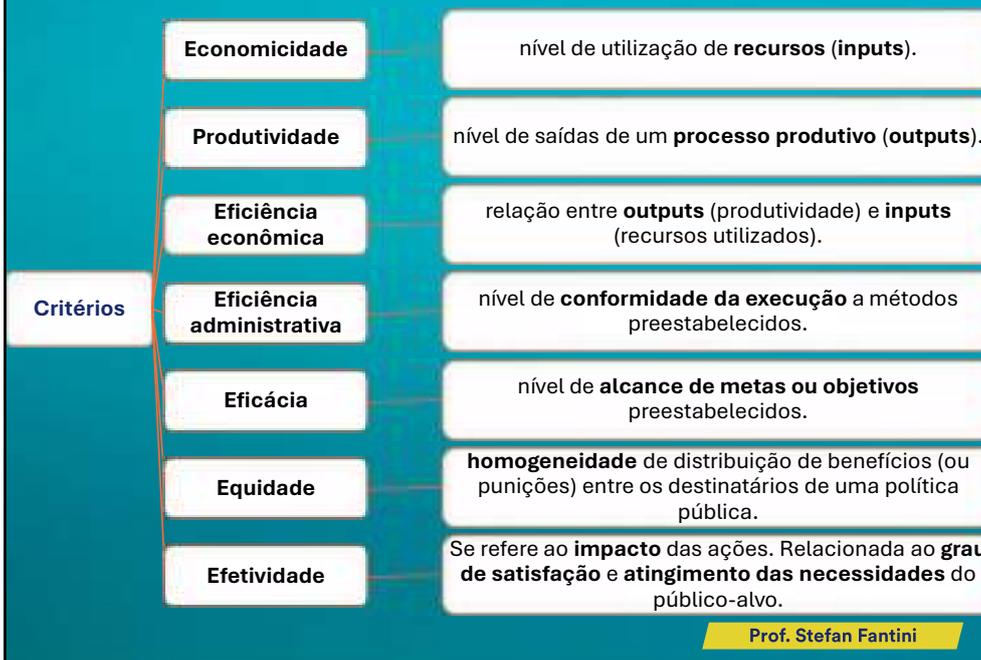
74

Eficiência x Eficácia x Efetividade



75

Crítérios de Avaliação



76

Políticas Públicas Baseadas em Evidências

As **Políticas Públicas Baseadas em Evidências** são aquelas elaboradas em resposta a **evidências** a partir de **dados** e **avaliações criteriosas** da ação governamental. Significa **reduzir o espaço de intuição** na formulação de políticas públicas pelo uso de **evidências rigorosas**.

Prof. Stefan Fantini

77

Arranjos Institucionais

Os **Arranjos Institucionais** consistem em um conjunto de **regras, mecanismos e processos** que estruturam a forma como se dá a **coordenação de atores** e de **interesses** na implementação de políticas públicas.

02 dimensões

capacidades
políticas

habilidade de **incluir atores, negociar e processar conflitos**

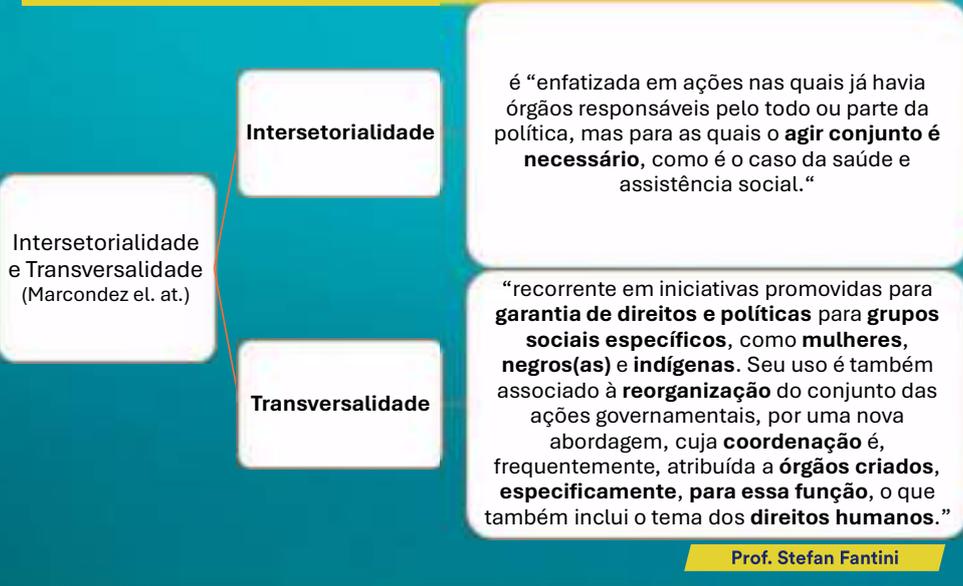
capacidades
técnico-
administrativas

competência do Estado em coordenar ações e alcançar resultados

Prof. Stefan Fantini

78

Intersetorialidade e Transversalidade



79

Questões FGV

A **intersetorialidade** integra o desenho de diferentes programas sociais atuais. Essa diretriz parte do pressuposto de que a complexidade da questão social hoje impõe o desenvolvimento de **ações estatais mais integradas**, que incluem necessariamente **diversos setores de políticas públicas**.

Prof. Stefan Fantini

80

Questões FGV

Transversalidade, esse princípio pressupõe **atuação interdepartamental** e criação de **fóruns horizontais de diálogo** e tomada de decisão, em que conhecimentos, recursos e técnicas acumuladas em cada espaço institucional possam **atuar em sinergia** visando a objetivos comuns e à constituição de uma agenda que perpassa por públicos como: criança e adolescente; juventude; **mulheres**; **pessoa idosa**; **pessoa com deficiência**; população em situação de rua; **povos indígenas**; ou por temas, como: **igualdade racial e gênero**.

Prof. Stefan Fantini

81

Tipos de Decisão

Decisões Programadas	Decisões Não Programadas
Decisões rotineiras e repetitivas (decisões “padronizadas”)	Decisões “ novas ” e não repetitivas.
Decisões baseadas em um “ acervo de soluções ” da organização	Decisões mais complexas
Dados adequados e repetitivos	Dados inadequados , “ únicos ” e novos
Condições estáticas e imutáveis	Condições dinâmicas e mutáveis
Previsibilidade e certeza	Risco , Imprevisibilidade e incerteza
Baseadas em regras e métodos pré-estabelecidos	Baseadas em juízo “ pessoal ”
Podem ser computacionais (padronizadas em sistemas computacionais)	Dependem do juízo profissional de cada indivíduo
Decisões “ descentralizadas ” (predominam no nível operacional)	Decisões “ centralizadas ” (predominam no nível estratégico)
Decisões mais rápidas e uniformes	Decisões mais lentas

Prof. Stefan Fantini

82

Heurísticas na Tomada de Decisão

Heurística de Disponibilidade

- Baseada em experiências e eventos passados que estão "**prontamente disponíveis**" na memória

Heurística de Representatividade

- Baseada em "**estereótipos**"

Heurística de Âncora e Ajustamento

- Baseada em alguma **referência**

Prof. Stefan Fantini

83

Objetivos do Governo Eletrônico

O **governo eletrônico** consiste na utilização, pelo governo, das ferramentas de **tecnologia de informação e comunicação (TIC)**, com os **objetivos** de:

Democratizar o acesso à informação (**inclusão digital**)

Modernizar a máquina pública / **minimizar a burocracia** pública

Reduzir custos e **melhorar a eficiência** da administração pública no que se refere aos seus **processos internos**

Aumentar a **eficiência** e a **qualidade** dos **serviços públicos**;

Permitir maior **participação popular** do cidadão na gestão pública

Aumentar a **transparência**, o **controle social** e a **accountability**

Criar mecanismos de **gestão do conhecimento**

Aprimorar a **governança**

Prof. Stefan Fantini

84

Fundamentos do Governo Eletrônico

a política de Governo Eletrônico segue um conjunto de diretrizes que **atuam em 03 frentes fundamentais**

Junto ao cidadão

Na melhoria da própria **gestão interna** do Estado

Na **integração** com **parceiros e fornecedores**

Prof. Stefan Fantini

85

Governo Digital

Os **objetivos** a serem alcançados, por meio da **Estratégia de Governo Digital** incluem

oferecer serviços públicos digitais **simples e intuitivos**, consolidados em **plataforma única** e com **avaliação de satisfação** disponível

conceder **acesso amplo à informação** e aos dados abertos governamentais, para possibilitar o exercício da cidadania e a inovação em tecnologias digitais

promover a **integração** e a **interoperabilidade** das bases de dados governamentais

promover políticas públicas baseadas em dados e evidências e em serviços preditivos e personalizados, com **utilização de tecnologias emergentes**

implementar a Lei Geral de Proteção de Dados, no âmbito do Governo federal, e garantir a segurança das plataformas de governo digital

disponibilizar a **identificação digital** ao cidadão

adotar **tecnologia de processos e serviços governamentais em nuvem** como parte da estrutura tecnológica dos serviços e setores da administração pública federal

otimizar as **infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação**

formar equipes de governo com **competências digitais**

Prof. Stefan Fantini

86

Estratégia Federal de Governo Digital 2024-2027

Princípios norteadores

Governo Eficiente e Sustentável

Governo Inteligente e Inovador

Governo Centrado no Cidadão e Inclusivo

Governo Confiável e Seguro

Governo Integrado e Colaborativo

Governo Transparente, Aberto e Participativo

Prof. Stefan Fantini

87

Escritório de Gerenciamento de Projetos

Escritório de Gerenciamento de Projetos

EGPs de suporte

Papel consultivo

EGPs de controle

Exigem conformidade

EGPs Diretivos

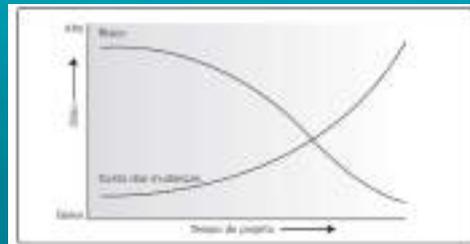
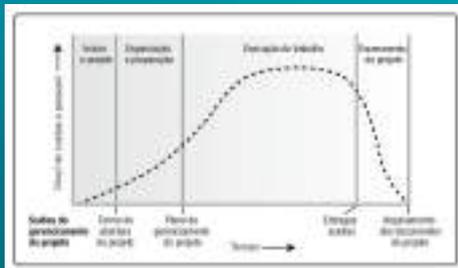
Assumem o controle

Prof. Stefan Fantini

88

Custos e Riscos associados ao Ciclo de Vida dos Projetos (Fases do Projeto)

	Início do Projeto	Fase de Execução	Encerramento		Início do Projeto	Quanto mais o projeto se aproxima do final
Custos e Nível de Utilização de Pessoal	Baixos	Atinge o Valor Máximo	Começam a diminuir rapidamente	Riscos Incertezas e Influências das Partes Interessadas	Altos	Vai Diminuindo
Custos da Mudança e Correção de Erros	Baixos			Custos da Mudança e Correção de Erros	Baixos	Vai Aumentando



Prof. Stefan Fantini

89

OBRIGADO

Prof. Stefan Fantini

[@prof.stefan.fantini](https://www.instagram.com/prof.stefan.fantini)

t.me/admconcursos

90

Ética e Integridade

Tópico 3 Completo. Exceto 3.2

Prof. Antonio Daud

91



t.me/professordaud

Prof. Antonio Daud

92

CONHECIMENTOS GERAIS

3. Ética e integridade.

3.1. Princípios e valores éticos do serviço público, seus direitos e deveres.

~~3.2. Governança pública e sistemas de governança.~~

3.3. Transparência.

3.4. Acesso à informação

Prof. Antonio Daud

93

TRANSPARÊNCIA & ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 12.527/2011)

Prof. Antonio Daud

94

Depois de verificar as definições relacionadas à qualidade da informação no âmbito da Lei nº 12.527/2011, Neusa constatou que, entre elas, existe aquela condizente com a informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações e outra atinente à informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

Nesse contexto, tais qualidades correspondem, respectivamente,

A a primariedade e a integridade.

B a disponibilidade e a autenticidade.

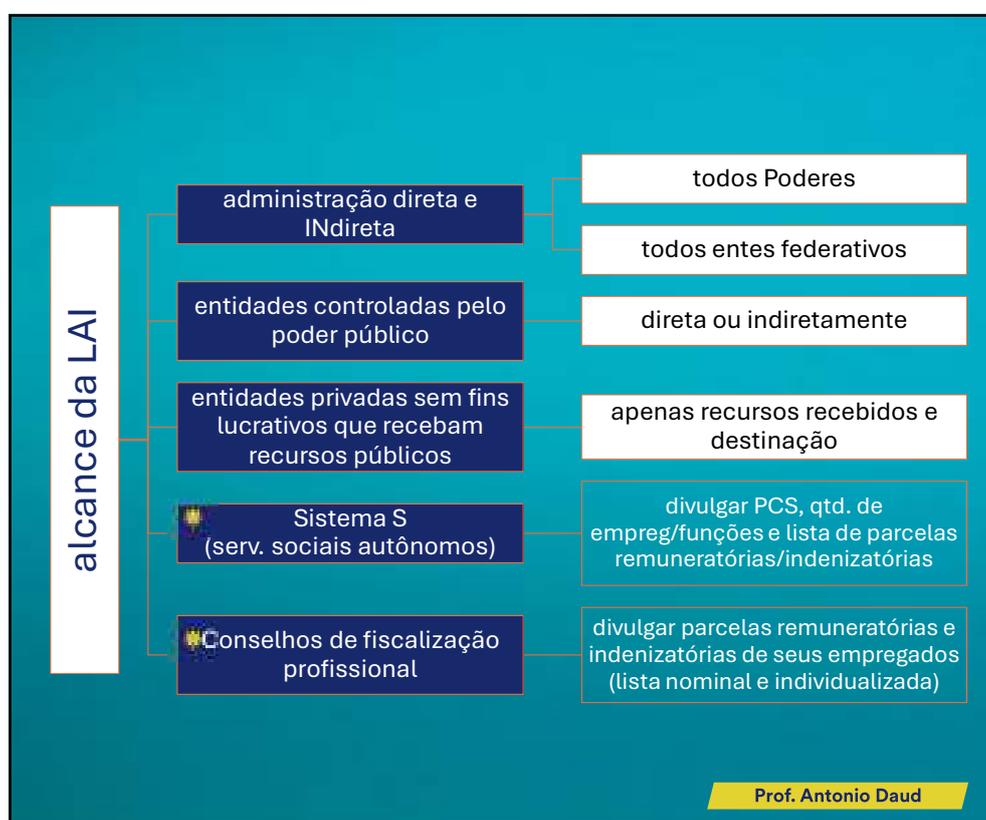
C a integridade e a disponibilidade.

D a autenticidade e a primariedade.

E a essencialidade e a autenticidade.

Prof. Antonio Daud

95



Prof. Antonio Daud

96

FGV - 2025

Ao estudar a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Matilde verificou que os procedimentos previstos na mencionada norma se destinam a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados de acordo com as diretrizes nela elencadas.

Nesse cenário, assinale a opção que indica corretamente uma das aludidas diretrizes.

A Limitação do controle social da Administração Pública.

B Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública

Prof. Antonio Daud

97

FGV - 2025

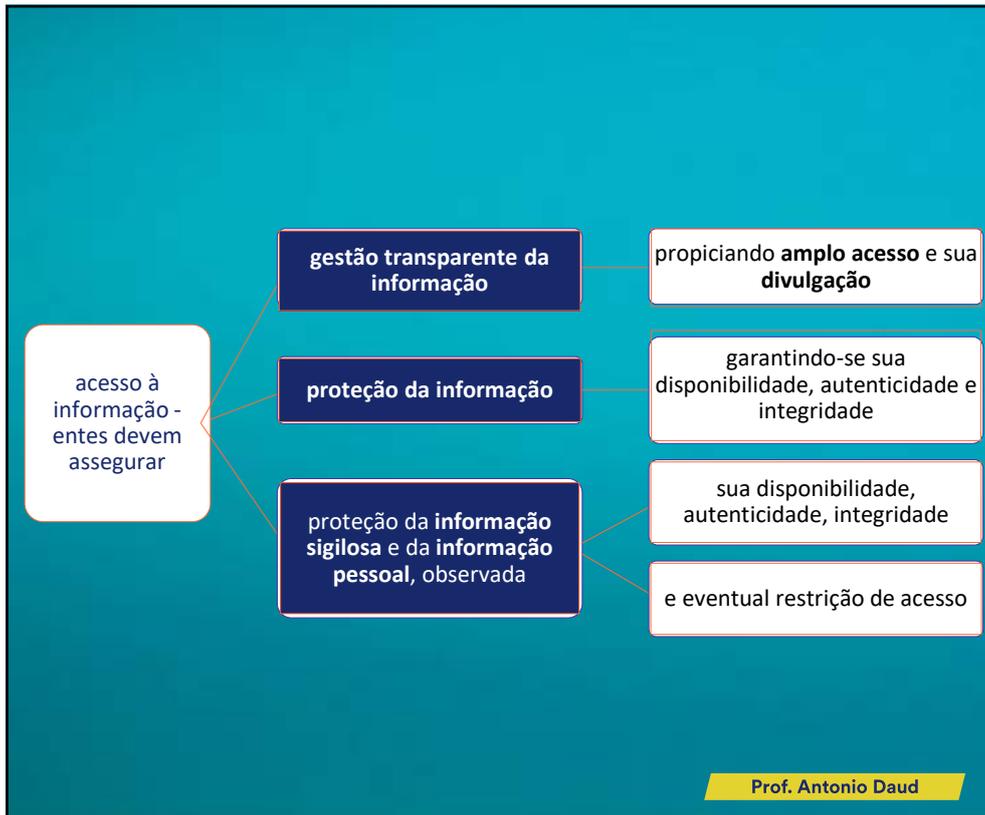
C Vedação de utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

D Divulgação de informações de interesse público apenas nas hipóteses em que haja solicitação.

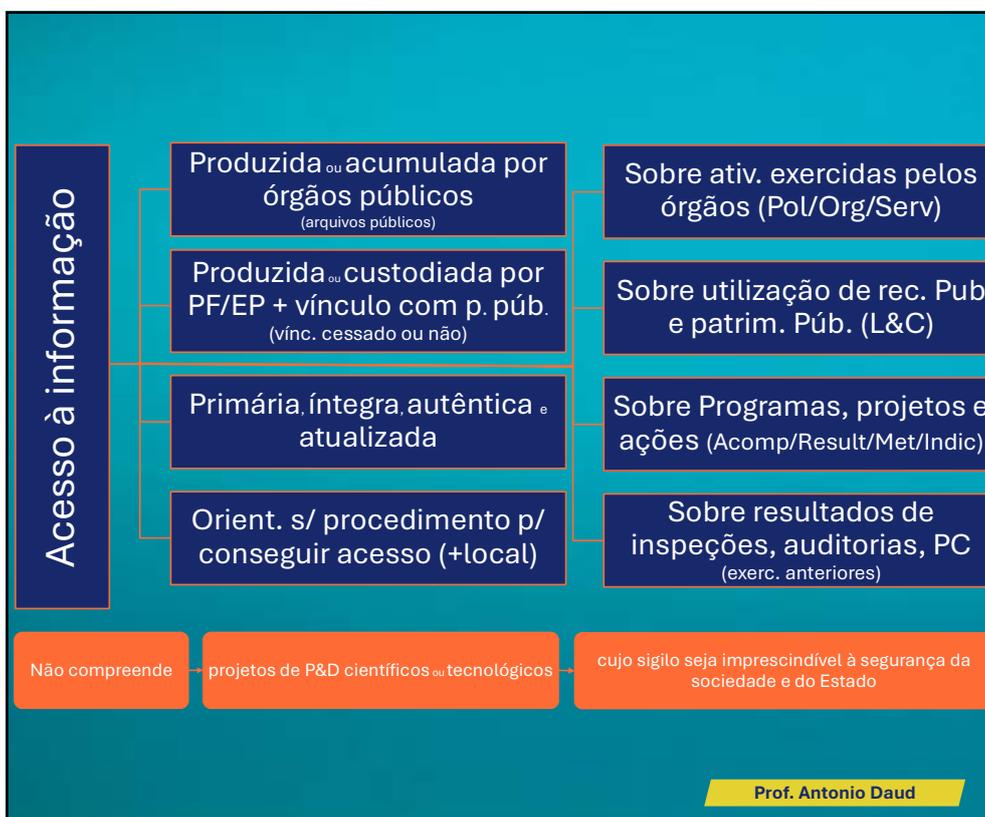
E Observância da publicidade como preceito geral, sendo certo que o sigilo não pode ser considerado exceção.

Prof. Antonio Daud

98



99



100

Acesso à informação (art. 9º)



Prof. Antonio Daud

101

FGV/MPU - 2025

Nos termos da Lei nº 12.527/2011, quanto aos pedidos de acesso a informações de interesse público, é correto afirmar que:

(A) é dever dos órgãos e entidades do poder público viabilizar, em qualquer caso, alternativa de encaminhamento desses pedidos por meio de seus sítios oficiais na internet

(B) devem conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação;

Prof. Antonio Daud

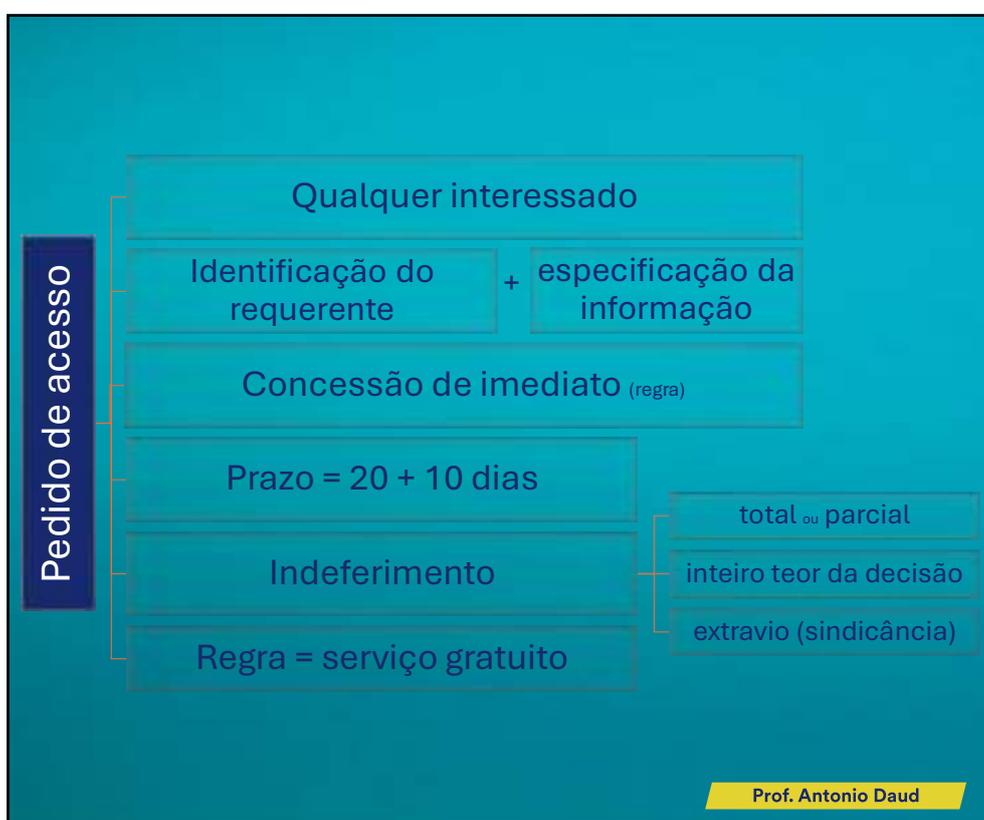
102

FGV/MPU - 2025

- (C) a informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, ainda que requerida em meio impresso, independentemente da anuência do requerente;
- (D) a informação solicitada deve ser fornecida diretamente pelo órgão ou entidade, mesmo que esteja disponível ao público em meio de acesso universal;
- (E) o serviço de busca e de fornecimento da informação será gratuito ao requerente quando exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.

Prof. Antonio Daud

103



Prof. Antonio Daud

104

Recursos (prazo de 10 dias)



Prof. Antonio Daud

105

FGV - 2025

A Lei nº 12.527/2011, ou Lei de Acesso à Informação (LAI), estabelece diretrizes para a transparência pública.

Com base nessa legislação, avalie as afirmações a seguir.

I. A LAI não se aplica às empresas públicas que operam em regime de concorrência, como as estatais

II. Para os procedimentos de acesso à informação, o prazo máximo para resposta a um pedido realizado é de 60 dias, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa

Prof. Antonio Daud

106

FGV - 2025

III. Qualquer pessoa, física ou jurídica, pode solicitar informações públicas, sem necessidade de apresentar justificativa para o pedido.

IV. Informações relacionadas a direitos humanos violados são automaticamente classificadas como sigilosas por questões de segurança

Está correto o que se afirma em

A I e II, apenas.

B III e IV, apenas.

C III, apenas.

D I, III e IV, apenas.

E II e IV, apenas.

Prof. Antonio Daud

107

FGV - 2025

Considerando que o Estado deve proteger informações cujo acesso possa colocar em risco a segurança do Estado ou da sociedade, a Lei de Acesso à Informação (LAI) prevê diferentes níveis de sigilo e define as autoridades competentes para classificá-las.

Nesse caso, tais informações são qualificadas como

A reservadas, com restrição de acesso por até 10 anos, podendo ser classificadas pelo Vice-Presidente da República.

Prof. Antonio Daud

108

FGV - 2025

B reservadas, com restrição de acesso por até 15 anos, podendo ser classificadas pelo comandante das Forças Armadas.

C secretas, com restrição de acesso por até 15 anos, podendo ser classificadas por titular de autarquia federal

D secretas, com restrição de acesso por até 20 anos, podendo ser classificadas por servidor com cargo de direção ou assessoramento em Ministério.

E ultrassecretas, com restrição de acesso por até 25 anos, podendo ser classificadas por Diretor de Sociedade de Economia Mista.

Prof. Antonio Daud

109

Classificação da informação



110

Classificação - competências



Prof. Antonio Daud

111

Restrições de acesso - observações

- Não pode ser negado acesso à informação necessária à tutela de **direitos fundamentais** (judicial ou administrativa) – art. 21.
- Violação de **direitos humanos** praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades → Informações não poderão ser objeto de restrição de acesso.
- Para a classificação → utilizado o critério **menos restritivo** possível (Art. 24, § 5º)

Prof. Antonio Daud

112

Restrições de acesso - observações

- Transcorrido o prazo de classificação → informação torna-se **automaticamente** de acesso **público** (Art. 24, § 4º)
- Restrição de acesso às informações pessoais não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido (Art. 31, § 4º).

Prof. Antonio Daud

113

FGV - 2025

A Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei n.º 12.527/2011, reforça o compromisso da Administração Pública com a transparência e a ética, promovendo o acesso do cidadão às informações governamentais como instrumento fundamental para o controle social e o fortalecimento da democracia.

Assinale a opção que apresenta corretamente uma disposição das informações pessoais da LAI.

A Informações pessoais podem ser divulgadas livremente após 10 anos, desde que não envolvam agentes públicos.

Prof. Antonio Daud

114

FGV - 2025

B O acesso a informações relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem é restrito por até 50 anos, salvo decisão judicial.

C A divulgação de informações pessoais depende exclusivamente de ordem judicial, independentemente de consentimento da pessoa envolvida.

D A restrição de acesso a informações pessoais pode ser utilizada para impedir investigações de irregularidades que envolvam o titular dos dados.

Prof. Antonio Daud

115

FGV - 2025

E O tratamento de informações pessoais deve respeitar a intimidade e os direitos individuais, sendo vedado seu uso indevido, sob pena de responsabilização.

Prof. Antonio Daud

116

PRINCÍPIOS E VALORES ÉTICOS DO SERVIÇO PÚBLICO

Prof. Antonio Daud

117

FGV/CVM - 2024

Após a sua aprovação no concurso público de analista da Comissão de Valores Mobiliários, Carmela entendeu ser importante lembrar as disposições constantes do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, na forma do Decreto nº 1.171/1994, verificando, corretamente, no âmbito das regras deontológicas, que:

Prof. Antonio Daud

118

FGV/CVM - 2024

(A) o servidor deve prestar toda a sua atenção aos princípios constitucionais da Administração Pública, de modo que não precisa zelar pelo cumprimento das ordens de seus superiores se entender que são contrárias à eficiência, sob pena de ser considerado negligente no exercício de suas atribuições;

Prof. Antonio Daud

119

FGV/CVM - 2024

(B) a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, é dissociada da vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada não podem acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional;

Prof. Antonio Daud

120

FGV/CVM - 2024

(C) a moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum, que é estritamente delimitado pela lei, de modo que o servidor público consolida a moralidade na medida em que atende estritamente aos comandos legais;

Prof. Antonio Daud

121

FGV/CVM - 2024

(D) toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação

Prof. Antonio Daud

122

FGV/CVM - 2024

(E) a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar, salvo nas situações de sigilo, que se submetem à discricionariedade da Administração, não se restringindo assim às hipóteses que sejam relevantes para segurança do Estado e da sociedade.

Prof. Antonio Daud

123

Aspectos gerais

- Em regra: a **publicidade** de qualquer ato administrativo constitui requisito de **eficácia** e **moralidade** (salvo casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública)
- Servidor não pode omitir nem falsear a verdade (ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública).

Prof. Antonio Daud

124

Aspectos gerais

- ❑ Servidor público não terá que decidir somente entre o **legal** e o **ilegal**, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno → **principalmente entre o honesto e o desonesto.**
- ❑ A moralidade não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o **bem comum** (equilíbrio entre legalidade e finalidade).

Prof. Antonio Daud

125

Aspectos gerais

- ❑ A função pública se integra na vida particular de cada servidor público. Fatos verificados (..) em sua **vida privada** poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na **vida funcional.**

Prof. Antonio Daud

126

Aspectos gerais

Causa **dano moral** aos usuários dos serviços públicos:

- Deixar qualquer pessoa à espera de solução, permitindo a formação de longas filas
- Atraso na prestação do serviço
- Tratar mal a pessoa que paga seus tributos

Toda ausência injustificada do servidor → fator de desmoralização do serviço público (conduz à desordem nas relações humanas).

Prof. Antonio Daud

127

FGV/PM-CE - Soldado - 2021

(..) Com base no Decreto nº 1171/94, assinale a opção que indica um dever fundamental do servidor público.

(A) Postergar a prestação de contas, quando for necessário ao interesse social.

(B) Respeitar à igualdade, afastando-se de comportamentos que podem favorecer a hierarquia funcional.

Prof. Antonio Daud

128

FGV/PM-CE - Soldado - 2021

- (C) Apresentar-se ao trabalho com vestimentas que considere mais confortáveis.
- (D) Facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito.
- (E) Exercer suas atribuições com calma e tranquilidade, sem apressar-se diante de imprevistos.

Prof. Antonio Daud

129

Deveres fundamentais

XIV - São **deveres fundamentais** do servidor público:

- a) **desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo** (..);
- b) exercer suas atribuições com **rapidez, perfeição e rendimento**, pondo fim ou procurando prioritariamente **resolver situações procrastinatórias** (filas ou outra espécie de atraso);

Prof. Antonio Daud

130

Deveres fundamentais

- c) (..) escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum;
- d) **jamais retardar qualquer prestação de contas, (..);**
- e) **tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação** e contato com o público;

Prof. Antonio Daud

131

Deveres fundamentais

XIV, f) (..)

- g) (..) respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, **sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, (..);**
- h) ter **respeito à hierarquia**, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;

Prof. Antonio Daud

132

Deveres fundamentais

- i) **resistir a todas as pressões** de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;
- j) zelar, **no exercício do direito de greve**, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva;

Prof. Antonio Daud

133

Deveres fundamentais

- XIV, l) ser assíduo e freqüente ao serviço, na certeza de que **sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado**, refletindo negativamente em todo o sistema;
- m) **comunicar imediatamente** a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis;
- n) manter limpo e em perfeita ordem o **local de trabalho**, (..);

Prof. Antonio Daud

134

Deveres fundamentais

o) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;

p) apresentar-se ao trabalho com **vestimentas adequadas** ao exercício da função;

q) **manter-se atualizado** (..); (..)

Prof. Antonio Daud

135

Deveres fundamentais

XIV, s) **facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços** por quem de direito;

t) **exercer com** estrita **moderação** as **prerrogativas funcionais** que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

Prof. Antonio Daud

136

Deveres fundamentais

u) **abster-se**, de forma absoluta, **de exercer sua função (..) com finalidade estranha ao interesse público**, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

v) divulgar (..) a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.

Prof. Antonio Daud

137

Vedações

XV - É **vedado** ao servidor público;

a) o **uso do cargo (..)** para obter qualquer **favorecimento**, para si ou para outrem;

b) **prejudicar deliberadamente a reputação** de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam;

c) **ser**, em função de seu espírito de solidariedade, **conivente** com erro ou infração (..);

Prof. Antonio Daud

138

Vedações

d) usar de artifícios para **procrastinar** ou **dificultar o exercício regular de direito** por qualquer pessoa (..);

e) **deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos** ao seu alcance ou do **seu conhecimento** (..);

f) **permitir que** perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal **interfiram** (..);

Prof. Antonio Daud

139

Vedações

XV, g) (..) **solicitar** (..) qualquer tipo de **ajuda financeira** (..) **para o cumprimento da sua missão** ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim;

h) **alterar** (..) **o teor de documentos** que deva encaminhar (..);

i) **iludir** (..) **qualquer pessoa** que necessite do atendimento em serviços públicos;

j) **desviar servidor público** para atendimento a **interesse particular**;

Prof. Antonio Daud

140

Vedações

l) retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento (..) pertencente ao patrimônio público;

m) fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno (..);

n) apresentar-se **embriagado** no serviço ou fora dele habitualmente;

XV, o) (..)

p) exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.

Prof. Antonio Daud

141

OBRIGADO

Prof. Antonio Daud

142

Diversidade e Inclusão na Sociedade

Tópico 4 Completo + 1.6

Prof. Ricardo Torques

143

1.6. Efetivação e reparação de Direitos Humanos: demandas sociais históricas, autoritarismo, violência de Estado, memória, verdade e justiça.

4. Diversidade e inclusão na sociedade. 4.1. Diversidade de sexo, gênero e sexualidade; diversidade étnico-racial; diversidade cultural. 4.2. Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: crianças e adolescentes; idosos; LGBTQIA+; pessoas com deficiências; pessoas em situação de rua, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais minorias sociais. 4.3. Desigualdades e interseccionalidades.

Prof. Ricardo Torques

144

Justiça de Transição

“o conjunto de medidas judiciais e não judiciais que têm sido implementadas por diferentes países para reparar um legado de massivos abusos aos direitos humanos”

(Centro Internacional para a Justiça Transacional)

dimensões:

- ✓ justiça;
- ✓ verdade;
- ✓ reparação; e
- ✓ reformulação das instituições.

Prof. Ricardo Torques

145

Caso Gomes Lund x Brasil e a Guerra do Araguaia

 A Lei 6.683/1979 (Lei da Anistia) institucionalizou situação de omissão quanto à investigação penal da atuação dos agentes do Exército brasileiro.

 Ações civis formuladas pelos familiares das vítimas também não foram bem sucedidas para a obtenção de informações.

 Situação de omissão estatal, com impunidade dos responsáveis.

 CIDH x STF e o controle de convencionalidade.

Prof. Ricardo Torques

146

Comissão da Verdade



Objetivos:

- ✓ efetivar o direito à memória;
- ✓ obter a verdade histórica;
- ✓ promover a reconciliação nacional.

Prof. Ricardo Torques

147

Comissão da Verdade



Prof. Ricardo Torques

148

Comissão da Verdade



Relatório Final:

- ✓ graves violações aos direitos humanos, de forma generalizada e sistemática;
- ✓ crimes contra a humanidade;
- ✓ persistência pós-regime das violações, havendo responsabilidade jurídica dos órgãos competentes (ex. Forças Armadas);
- ✓ necessidade de adoção de medidas judiciais e administrativas, bem como mecanismos de combate à tortura.

Prof. Ricardo Torques

149

Comissão da Verdade



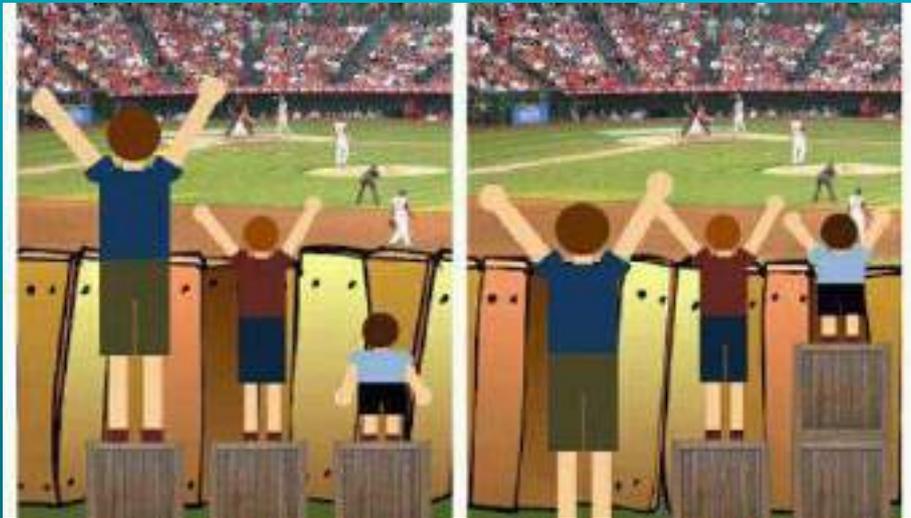
Recomendações:

- ✓ aperfeiçoar legislação;
- ✓ extinção da Justiça Militar estadual e desmilitarização das polícias militares estaduais;
- ✓ reformulação dos concursos de ingresso e das academias militares para atender aos conteúdos de direitos humanos.

Prof. Ricardo Torques

150

Desigualdades e Interseccionalidades



Prof. Ricardo Torques

151

Desigualdades e Interseccionalidades

- ✏️ **minorias e vulnerabilidades;**
- ✏️ **direito antidiscriminatório:** regras proibitivas e criação de normas que estruturam políticas;
- ✏️ **teoria do impacto desproporcional;**

Prof. Ricardo Torques

152

Desigualdades e Interseccionalidades

 **marcadores sociais da diferença e interseccionalidades:** Marcadores sociais da diferença são compostos por raça, gênero, sexo, idade, classe, deficiência etc. e a articulação dessas categorias, por meio de uma abordagem interseccional, que compreende a análise das relações sociais em sua complexidade e pretende pensar como tais marcadores estão articulados na prática social.

Prof. Ricardo Torques

153

Gênero

 **políticas públicas eleitorais:**

- ✓ 5% dos recursos do Fundo Partidário para promoção e difusão da participação das mulheres na política (EC 117/22);
- ✓ 30% do FEPC e do tempo de propaganda devem ser reservados às candidatas (EC 117/22).

 **Lei Maria da Penha:** coibir e prevenir a violência doméstica no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qual relação íntima de afeto (não depende de coabitação ou orientação sexual)

Prof. Ricardo Torques

154

Gênero

Feminicídio é o homicídio qualificado “por razões do sexo feminino” (violência doméstica, menosprezo e discriminação).

Prof. Ricardo Torques

155

Étnico-Racial

 Convenção Interamericana contra o Racismo, Discriminação Racial e Intolerância faz parte do bloco de constitucionalidade.

 Discriminação racial:

- 1 - distinção, exclusão, restrição ou preferência;
- 2 – com propósito ou efeito de anular ou restringir direitos;
- 3 – em razão da raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica.

Prof. Ricardo Torques

156

Étnico-Racial

 discriminação racial indireta: “dispositivo, prática ou critério aparentemente neutro tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas pertencentes a um grupo específico”;

 discriminação múltipla ou agravada: “dois ou mais critérios”;

 racismo: “teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade, inclusive o falso conceito de superioridade racial”;

Prof. Ricardo Torques

157

 **Racismo estrutural:** não depende de atos individuais, mas decorre da forma como a sociedade está organizada historicamente. Ele se manifesta nas instituições, nas normas, nas práticas econômicas, políticas, jurídicas e culturais que, de maneira direta ou indireta, perpetuam desigualdades e discriminações contra pessoas negras.

 **Racismo recreativo:** prática de reproduzir estereótipos raciais em forma de “piadas”, “brincadeiras” ou “humor”. Apesar da aparência de descontração, reforça preconceitos, inferioriza e desumaniza pessoas negras, normalizando o racismo sob a justificativa de entretenimento.

Prof. Ricardo Torques

158

Étnico-Racial

 **Mandados de Criminalização:** sistema de proteção por meio de normas penais.

 **EIR:**

- ✓ população negra: autodeclarados pretos e pardos;
- ✓ políticas públicas: iniciativas/programas do Estado para cumprir missão institucional;
- ✓ ação afirmativa: programa e medidas especiais de discriminação positiva (Estado/iniciativa privada).

Prof. Ricardo Torques

159

Étnico-Racial

- ✓ Capoeira é reconhecida como esporte nacional (mas é também luta, dança ou música), sendo facultado o ensino em instituições públicas e privadas.

Prof. Ricardo Torques

160

Étnico-Racial



EIR:

- ✓ é obrigatório o ensino de história geral da África e da história da população negra no Brasil no ensino fundamental e médio em instituições públicas e privadas.
- ✓ quilombolas: passado histórico de resistência e opressão, cultura própria, relação especial com a terra (territorialidade), autoatribuição.

Prof. Ricardo Torques

161

Étnico-Racial



demarcação de terras:

- ✓ STF: adoção do marco temporal;
- ✓ STF: adoção da teoria do indigenato;
- ✓ CN: adoção do marco temporal (Lei 14.701/2023)
- ✓ Presidente: veto à Lei 14.701/2023;
- ✓ CN: derrubada do veto e retorno ao marco temporal (efeito *backlash*).



ODS18 não é meta da Agenda 2030, mas política pública nacional e tem como foco o combate ao racismo

Prof. Ricardo Torques

162

Étária

- ✎ **Idoso:** 60 anos ou mais;
- ✎ direito personalíssimo ao envelhecimento;
- ✎ veda-se cobrar valor diferenciado em planos de saúde (solidariedade intergeracional, reajustes razoáveis e planejados).
- ✎ BPC-LOAS: 1 SM, a partir dos 65 anos (hipossuficiente, 1/4 SM, flexibilização);
- ✎ benefício tarifário:
 - ✎ gratuidade a partir dos 65 no transporte intermunicipal; coletivos interestaduais: 2 assentos, restante 50% (hipossuficiente, até 2 SM).

Prof. Ricardo Torques

163

LGBTQIA+

- ✎ Segundo a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSILGBT) uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero devem ser garantidos em todos os registros e no acolhimento, independentemente de documentação oficial.
- ✎ Violência estrutural refere-se a formas de violência embutidas nas estruturas sociais, políticas e econômicas, manifestando-se em desigualdades profundas.

Prof. Ricardo Torques

164

LGBTQIA+

 "As escolas públicas e particulares têm a obrigação de coibir o bullying e as discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, bem como as de cunho machista (contra meninas cisgêneras e transgêneras) e homotransfóbicas (contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais), em geral" (ADI 5.668/DF).

 Atos de homofobia e transfobia devem ser tratados como crimes de racismo, até que o Congresso Nacional edite uma legislação específica sobre o tema.

Prof. Ricardo Torques

165

Criança e Adolescente

 Criança é quem tem de 0 a 12 anos incompletos; adolescente, maior de 12 até 18 anos incompletos.

 Doutrina da proteção integral.

 O ensino domiciliar não é vedado, exige-se, contudo, regulamentação legal para permitir efetivo controle da qualidade do ensino em casa e atendimento às diretrizes pedagógicas hoje fixadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Prof. Ricardo Torques

166

Criança e Adolescente

 O STF reconheceu ilegítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica (ARE 1.267.879/SP).

 Famílias: existe a família natural, a família extensa ou ampliada e a família substituta (a colocação deve observar essa ordem). No que diz respeito a colocação em família substituta, ela pode ocorrer mediante guarda, tutela ou adoção.

Prof. Ricardo Torques

167

Criança e Adolescente

✓ Por família natural entende-se a comunidade formada pelos pais ou qualquer um deles e seus descendentes;

✓ por família extensa, compreende-se aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

Prof. Ricardo Torques

168

Pessoa com Deficiência

 Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Prof. Ricardo Torques

169

Pessoa com Deficiência

 A deficiência decorre de uma série de fatores, de forma que a identificação da deficiência não está limitada às determinadas “formas clássicas de deficiência”, de forma que a avaliação deve ser biopsicossocial, a fim de considerar os impedimentos nas funções e estruturas do corpo; fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; limitações para o desempenho de certas atividades; e a restrições de participação.

Prof. Ricardo Torques

170

Pessoa com Deficiência

 A pessoa com deficiência é capaz, invertendo-se a lógica em relação à legislação civil anterior. A capacidade somente será excepcionalmente reduzida para a prática de atos patrimoniais e negociais, em situações judiciais de curatela.

Prof. Ricardo Torques

171

Pessoa em Situação de Rua

 É responsabilidade do Estado garantir e promover o direito à moradia. Devendo garantir as pessoas em situação de rua direitos como:

- ✓ ir e vir;
- ✓ permanecer em espaço público; e
- ✓ acessar equipamentos e serviços públicos.

 É vedada a remoção de pessoas em espaços públicos pelo fato de estarem em situação de rua.

Prof. Ricardo Torques

172

Pessoa em Situação de Rua

 Assegura-se a inviolabilidade do domicílio para as pessoas em situação de rua considerando o domicílio improvisado como moradia. Veda, por exemplo, o recolhimento de documento e objetos pessoais por agentes públicos.

Prof. Ricardo Torques

173

OBRIGADO

Prof. Ricardo Torques

174

Administração Pública Federal

Tópicos: 5.1 e 5.2

Prof. Herbert Almeida

175

FGV – TRT MS / 2025

As certidões e os autos de arrematação, adjudicação, reintegração e imissão devem refletir os princípios da fé pública, da objetividade, da completeza e da impessoalidade.

Assinale a opção que apresenta corretamente a aplicação do princípio de impessoalidade.

A) Garante que os atos administrativos sejam personalizados conforme o entendimento do servidor responsável pela sua emissão, desde que haja fundamentação técnica.

Prof. Herbert Almeida

176

FGV – TRT MS / 2025

B) Permite a promoção pessoal de autoridades públicas, desde que vinculada a ações administrativas relevantes.

C) Limita-se, nas certidões e autos, à linguagem utilizada, não influenciando o conteúdo ou os efeitos do ato.

D) Determina que os atos administrativos não devem visar beneficiar ou prejudicar pessoas específicas, devendo ser atribuídos à entidade pública e não ao agente individual.

Prof. Herbert Almeida

177

FGV – TRT MS / 2025

E) Impede que a Administração Pública utilize modelos padronizados de certidões e autos, pois isso compromete a análise individualizada de cada caso.

Prof. Herbert Almeida

178

Princípios

Legalidade

Impessoalidade

Moralidade

Publicidade

Eficiência

Prof. Herbert Almeida

179

Princípios

Supremacia / indisponibilidade

Segurança jurídica

Autotutela

Continuidade

Razoabilidade / proporcionalidade

Prof. Herbert Almeida

180

FGV – PGM Rio / 2025

Após ser aprovada em um concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse e passou a exercer as suas funções junto à empresa pública XYZ, no Município do Rio de Janeiro.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a empresa pública XYZ é uma pessoa jurídica de direito:

A) privado, integrante da Administração Indireta, manifestando-se por meio da técnica da descentralização administrativa.

Prof. Herbert Almeida

181

FGV – PGM Rio / 2025

B) privado, integrante da Administração Indireta, manifestando-se por meio da técnica da desconcentração administrativa.

C) público, integrante da Administração Indireta, manifestando-se por meio da técnica da desconcentração administrativa.

D) público, integrante da Administração Direta, manifestando-se por meio da técnica da descentralização administrativa.

E) público, integrante da Administração Direta, manifestando-se por meio da técnica da desconcentração administrativa.

Prof. Herbert Almeida

182

Estrutura organizacional

➤ Desconcentração

- Órgãos públicos
- Mesma pessoa jurídica
- Com hierarquia / Com subordinação

➤ Descentralização

- Entidades – Pessoas jurídicas distintas
- Sem hierarquia / com vinculação
- Por outorga / Por delegação

Prof. Herbert Almeida

183

Estrutura organizacional

Entidade	Criação	Natureza	Atividades	Resp. Civil	Regime de pessoal
Autarquias	Por lei	Direito Público	Típicas	Objetiva	Estatutário*
Fundações Públicas	Por lei	Direito Público	Interesse social	Objetiva	Estatutário*
	Autorizada por lei	Direito Privado			CLT
Empresas públicas / SEM	Autorizada por lei	Direito Privado	1) Atividade econômica	Subjetiva (direito privado)	CLT
			2) Serviços Públicos	Objetiva	

Prof. Herbert Almeida

184

Estrutura organizacional

➤ **Autarquização das estatais**

- Aplicação às emp. estatais das regras aplicáveis às autarquias;
- Requisitos:
 - (1) Serviços públicos;
 - (2) Regime não concorrencial;
 - (3) Não distribua lucros;
- Exemplos: Delegação do poder de polícia; Regime de precatórios; Imunidade tributária recíproca; Prescrição quinquenal

Prof. Herbert Almeida

185

Estrutura organizacional

➤ **Agências reguladoras:**

- Não sofrem “tutela”;
- Mandato com prazo fixo dos seus dirigentes;
- Competência normativa técnica.

Prof. Herbert Almeida

186

FGV – TJGO / 2025

Com relação ao tema agente público, especialmente no que concerne ao acesso aos cargos, empregos e funções públicas, bem como às respectivas garantias, à luz das disposições constitucionais, é correto afirmar que

A) a obrigatoriedade de concurso público para fins de investidura restringe-se aos cargos efetivos, não sendo aplicável para a admissão em emprego público.

Prof. Herbert Almeida

187

FGV – TJGO / 2025

B) é vedada a realização de processo seletivo simplificado para fins de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei.

C) o acesso a cargos, empregos e funções públicas depende necessariamente da realização de concurso público de provas e títulos, inclusive para a nomeação em cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Prof. Herbert Almeida

188

FGV – TJGO / 2025

D) a garantia da estabilidade dos servidores públicos, mediante o preenchimento dos requisitos constitucionais, tais como três anos de efetivo exercício, é assegurada para os aprovados em concurso público para cargo efetivo.

E) as funções de confiança destinadas às atribuições de direção, chefia e assessoramento não são exclusivas de servidores ocupantes de cargos efetivos que tenham sido aprovados em concurso público, pois tal exigência se aplica apenas aos cargos em comissão, que são exclusivos dos servidores de carreira.

Prof. Herbert Almeida

189

Agentes públicos

➤ Concurso público

- Regra: Cargos e empregos públicos;
- Validade: até dois anos (prorrogável por igual período)

➤ Acumulação

- Regra: não pode;
- Exceções: 2 profs; 1 prof. + 1 téc. ou cient. / 2 saúde / outros*

Prof. Herbert Almeida

190

Agentes públicos

➤ Mandato eletivo

➤ Estabilidade

- Provimento efetivo (concurso) + 3 anos exercício + avaliação especial
- Perda do cargo: Judicial (trans. julg.) / PAD (ampla defesa) / avaliação periódica (LC / ampla defesa)

Prof. Herbert Almeida

191

Outros dispositivos

- Greve e associação sindical
- Contratação por tempo determinado
- Fixação da remuneração (lei) e revisão geral anual (não é obrigatória)
- Teto constitucional
- Vedação à equiparação
- Vedação ao efeito cascata
- Irredutibilidade de vencimentos

Prof. Herbert Almeida

192

Outros dispositivos

- Atos de improbidade
- Prescrição
- Responsabilidade civil (objetiva) do Estado
- Avaliação de políticas públicas

Prof. Herbert Almeida

193

Jurisprudência

- Licença parental
- Fim da obrigatoriedade do RJU
- Motivação da demissão de empregado público
- Abono de permanência (13º salário e adicional de férias)
- Contratação de terceiros (necessidade transitória) e (ausência) direito à nomeação

Prof. Herbert Almeida

194

Jurisprudência

- Prescrição quinquenal e empresas estatais prestadoras de serviços públicos
- Anulação de questão de concurso na via judicial
- Lei das Estatais e Itaipu Binacional

Prof. Herbert Almeida

195

OBRIGADO

Prof. Herbert Almeida

196

Administração Pública Federal

Tópicos: 5.3 + 3.2

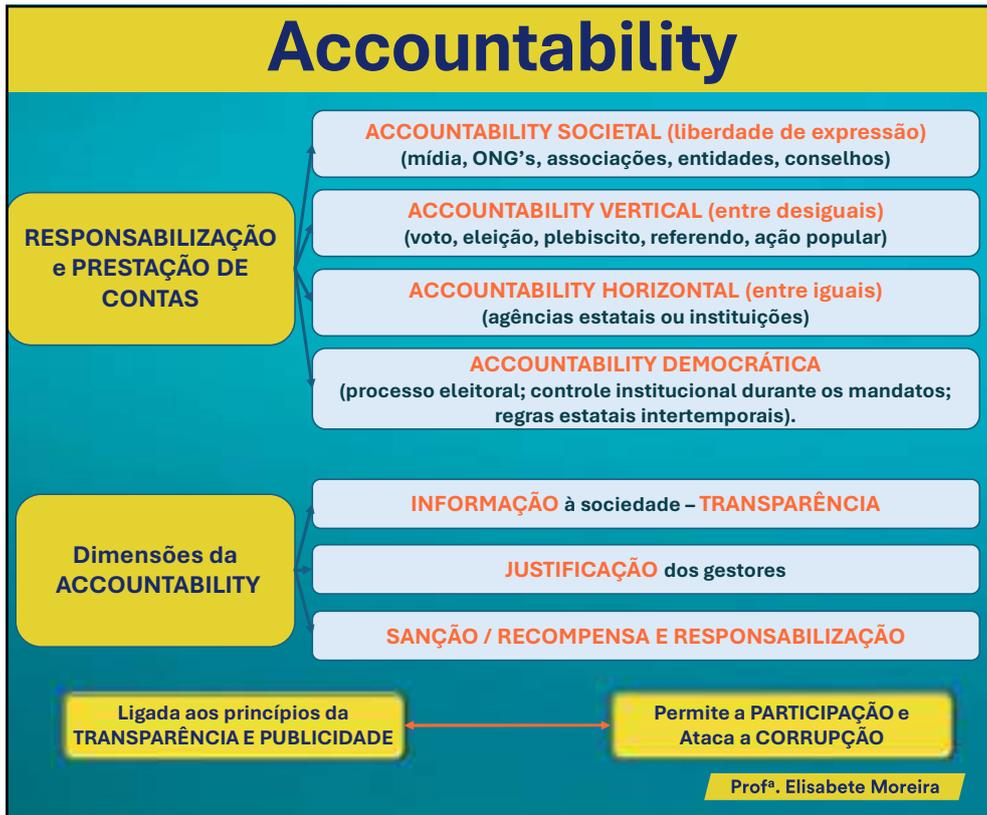
Profª. Elisabete Moreira

197

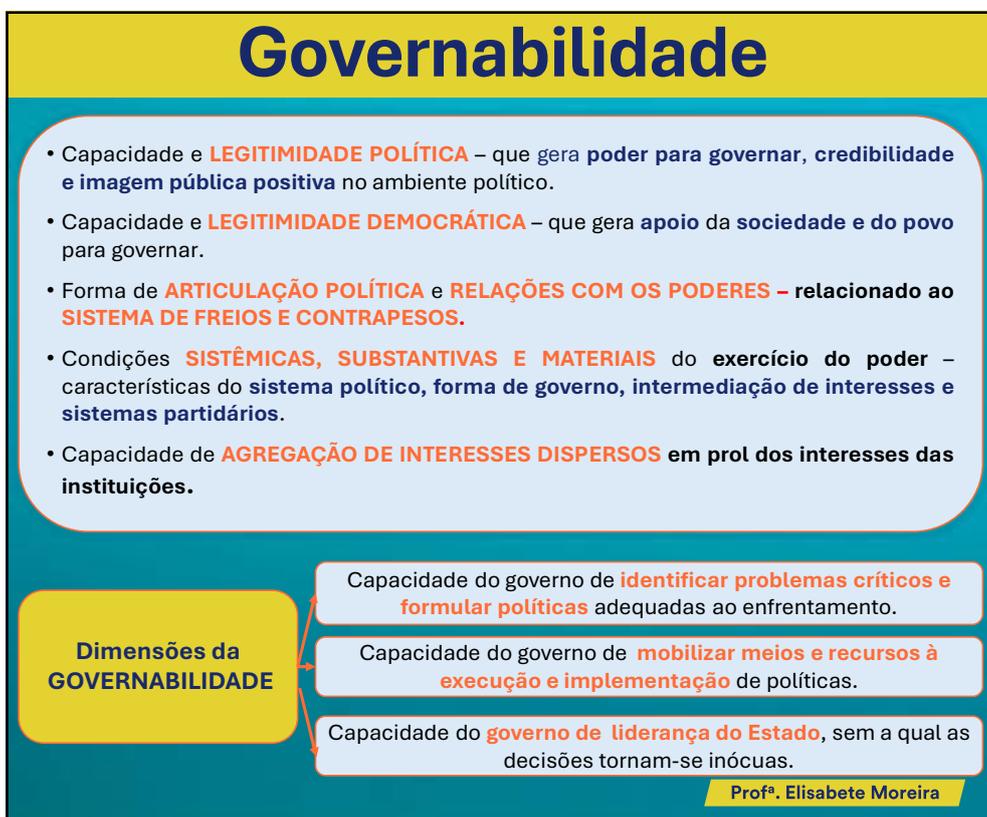
Governança Pública e Sistemas de Governança

Profª. Elisabete Moreira

198



199



200

Governança

- **INSTRUMENTO DA GOVERNABILIDADE** – braço operacional.
- Capacidade de **FORMULAR E IMPLEMENTAR** políticas.
- **DIRECIONAMENTO E MANEIRA** como os **recursos** são **administrados** e a **forma** como **divulga** suas **informações**.
- Sistema que assegura o **GOVERNO ESTRATÉGICO**.
- **EXERCÍCIO** (modo de uso) da **AUTORIDADE** na **gestão dos recursos econômicos e sociais do país, em prol do desenvolvimento**.
- **CAPACIDADE GOVERNATIVA** (liderança, competências, desenho institucional e prontidão) – **capacidade operacional** relacionada à **atuação direta e regulação**.
- Governar em **REDE** de forma **COLABORATIVA** – não é restrita ao aparato burocrático.
- Criar **canais institucionalizados, legítimos e eficientes de mobilização e envolvimento da comunidade** na **elaboração e implementação de políticas**.
- Orientar-se para **RESULTADOS** e para **GERAR VALOR PÚBLICO SUSTENTÁVEL**.
- Apresentar **CARÁTER MAIS AMPLO**, podendo **ENGLOBAR DIMENSÕES PRESENTES NA GOVERNABILIDADE, MAS VAI ALÉM**.

se refere aos **arranjos institucionais** que **condicionam** a forma como as políticas são for**Governança em políticas públicas** muladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade (TCU).

Profª. Elisabete Moreira

201

Governança X Gestão



GOVERNANÇA PÚBLICA X GOVERNANÇA CORPORATIVA
partem do mesmo problema:
Conflito Principal-Agente (conflito de agência) e Assimetria de Informações.

GOVERNANÇA CORPORATIVA no SETOR PÚBLICO

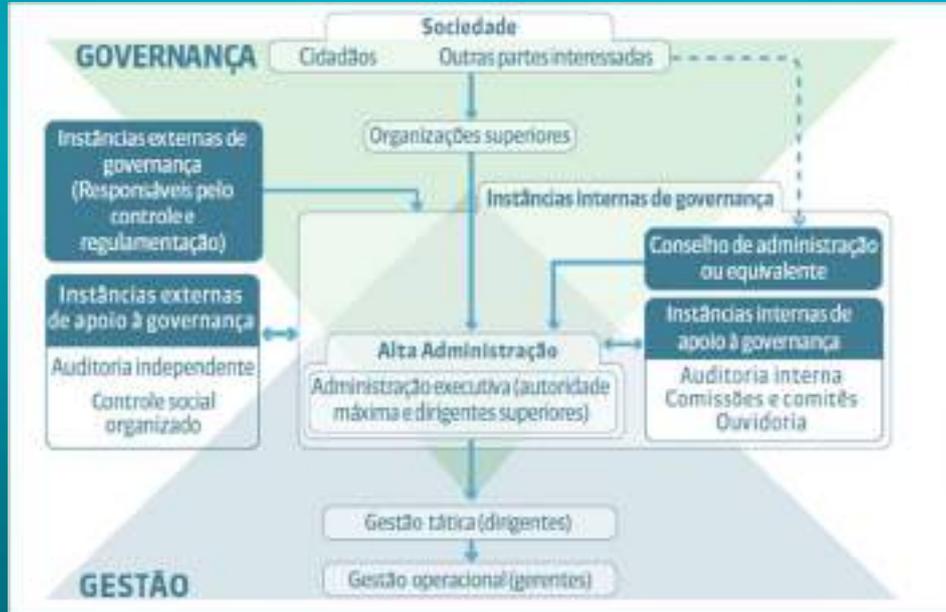
- **Responsabilidade em atender à sociedade;**
- **Supervisão;**
- **Controle;**
- **Assistência Social.**

Profª. Elisabete Moreira

202

Governança X Gestão

SISTEMAS E INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO



Profª. Elisabete Moreira

203

Governança

PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA PÚBLICA

Decreto 9.203/17 RBG	Banco Mundial	Matias-Pereira	IFAC ANAO	IBGC	Canotilho
Transparência	Transparência	Transparência	Transparência	Transparência	Transparência
Accountability (RBG) Prestação Contas Responsabilidade	Accountability	Accountability	Accountability	Accountability	XX
Equidade e participação (RBG)	Equidade	XX	XX	Equidade	XX
Capacidade de resposta	Responsabilidade	Conformidade	Liderança	Sustentabilidade	Negociação e Participação
Confiabilidade	Legitimidade		Compromisso		Democracia Participativa
Integridade	Probidade	Relações éticas	Integridade	Integridade	Coerência
Melhoria Regulatória	Eficiência		Integração		Eficácia

Profª. Elisabete Moreira

204

Governança

DIRETRIZES DA GOVERNANÇA PÚBLICA

- a) Definir formalmente e comunicar **papéis e responsabilidades**;
- b) Estabelecer **processos decisórios transparentes**;
- c) Promover valores **de integridade**;
- d) Aprimorar a capacidade da **liderança**;
- e) Desenvolver continuamente a **capacidade da organização**;
- f) Apoiar e viabilizar a **inovação** para agregar valor público;
- g) Estabelecer um sistema eficaz de **gestão de riscos e controles internos**;
- h) Apoiar o uso das **ferramentas digitais**;
- i) Promover a **simplificação administrativa**;
- j) Editar e revisar **atos normativos**.

Profª. Elisabete Moreira

205

Governança

MECANISMOS E PRÁTICAS DA GOVERNANÇA PÚBLICA



Profª. Elisabete Moreira

206

Governança

CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS ORGANIZACIONAIS

CARACTERÍSTICA	BUROCRACIA	APG E GE	GOVERNANÇA PÚBLICA
Função Sistêmica	HOMEOSTASE	HOMEOSTASE	HOMEOSTASE
Relação com Ambiente	FECHADO	ABERTO	ABERTO
Distinção entre Política e Administração	SEPARADO	TRABALHANDO JUNTOS SOB COMANDO POLÍTICO	DISTINÇÃO SUPERADA
Funções Administrativas enfatizadas	CONTROLE E ORGANIZAÇÃO	CONTROLE E PLANEJAMENTO	CONTROLE E COORDENAÇÃO
Discrecionabilidade Administrativa	BAIXA	ALTA	DEDICA POUCA ATENÇÃO
Cidadão	USUÁRIO	CLIENTE	PARCEIRO

Profª. Elisabete Moreira

207

OBRIGADA

Profª. Elisabete Moreira

208

Administração Pública Federal

Tópico: 5.4

Profª. Gabriela Zavadinack

209

Fundamentos das finanças públicas, tributação e do planejamento- orçamento (PPA/LDO/LOA)

Profª. Gabriela Zavadinack

210

1) FGV - 2025 - Analista Judiciário (TRT 24ª Região) / Administrativa / Administrativa

A elaboração e a execução do Plano Plurianual (PPA) é um instrumento essencial do ciclo orçamentário, pois orienta o planejamento, a alocação de recursos e a prestação de contas das políticas públicas. Assinale a opção que apresenta corretamente as características do PPA.

A) O PPA permite que cada novo governo defina metas e programas independentes, não exigindo continuidade dos planos e projetos iniciados no mandato anterior.

Profª. Gabriela Zavadinack

211

B) O PPA é uma lei exclusivamente de planejamento operacional, que influencia apenas a elaboração da Lei Orçamentária Anual, sem relação com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

C) O PPA tem duração de três anos, iniciando sua vigência imediatamente no início do mandato presidencial, sem a necessidade de continuidade administrativa das metas e programas.

D) O PPA é uma lei de natureza formal e conteúdo material, com duração de quatro anos e seu projeto deve ser encaminhado pelo Executivo ao Legislativo até 31 de agosto do primeiro ano do governo, iniciando sua vigência no segundo ano do mandato presidencial.

Profª. Gabriela Zavadinack

212

E) O PPA é uma lei de planejamento estratégico de quatro anos, que deve ser encaminhada pelo Executivo ao Legislativo até o final do primeiro ano do governo, iniciando sua vigência imediatamente no início do mandato, o que não garante a continuidade administrativa das metas e programas.

Profª. Gabriela Zavadinack

213

2) FGV - 2025 - Analista de Controle Interno (Pref Canaã Carajás)

A última eleição para presidente no Brasil ocorreu em 2022, sendo que o mandato presidencial teve início em 2023.

O Plano Plurianual da União para o período, que estabelece princípios, competências e procedimentos para sua governança e sua gestão, tem a seguinte vigência:

- A) 2022 a 2025
- B) 2023 a 2026
- C) 2024 a 2027
- D) 2025 a 2028
- E) 2026 a 2029

Profª. Gabriela Zavadinack

214

3) FGV - 2025 - Assistente Administrativo (EBSERH)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento de planejamento que estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro.

Um escopo da LDO é:

- A) definir as metas e prioridades da Administração Pública para o exercício financeiro subsequente, compatíveis com o PPA.
- B) determinar o detalhamento específico das despesas e receitas de cada órgão público.

Profª. Gabriela Zavadinack

215

C) estabelecer a obrigatoriedade de execução de todos os programas previstos no PPA, independentemente da arrecadação disponível.

D) regulamentar, em caráter definitivo, a política de aplicação das agências financeiras de fomento, desvinculada das diretrizes orçamentárias anuais.

E) estabelecer normas vinculantes sobre alterações na legislação tributária, determinando os limites exatos para a estimativa de receitas no orçamento.

Profª. Gabriela Zavadinack

216

4) FGV - 2025 - Analista do Ministério Público (MPE RJ) / Administrativa / Administrativa

Avalie se, compatibilizados com o Plano Plurianual, os seguintes orçamentos terão, entre suas funções, reduzir desigualdades inter-regionais segundo o critério populacional:

- I. Orçamento fiscal
- II. Orçamento de investimento das empresas estatais
- III. Orçamento da seguridade social

Profª. Gabriela Zavadinack

217

Está correto o que se afirma em:

- A) I, somente.
- B) I e II, somente.
- C) I e III, somente.
- D) II e III, somente.
- E) I, II e III.

Profª. Gabriela Zavadinack

218

5) FGV - 2025 - Analista em Gestão Municipal (Pref SJC) / Administração / Administração

A Lei Orçamentária Anual (LOA) representa o instrumento que expressa, de forma detalhada, a previsão de receitas e a fixação de despesas da administração pública para um exercício financeiro. O projeto de lei orçamentária anual, por sua vez, deve observar as exigências constitucionais e legais que compõem o ciclo orçamentário.

Nesse contexto, assinale a afirmativa correta acerca dos elementos que devem acompanhar o projeto de lei orçamentária anual.

Profª. Gabriela Zavadinack

219

A) Será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

B) Deve estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Profª. Gabriela Zavadinack

220

C) Pode dispor sobre critérios para a execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório.

D) Estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

E) Terá integrado anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

Profª. Gabriela Zavadinack

221

6) FGV - 2025 - Auditor de Controle Externo (TCE-PI) / Comum / Comum

Sobre os instrumentos de planejamento orçamentário, avalie as afirmativas a seguir.

I. Em consonância com o PPA, compete à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), entre outras atribuições, estabelecer as metas e prioridades da administração pública e orientar a elaboração dos orçamentos anuais.

Profª. Gabriela Zavadinack

222

II. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) conferiu à LDO novas e importantes atribuições, além das constitucionalmente previstas, especialmente no tocante à fixação de metas fiscais.

III. À luz do PPA e da LDO, cabe à Lei Orçamentária Anual (LOA) estimar receitas e fixar despesas, de modo a efetivamente autorizar a realização de gastos públicos em determinado exercício financeiro.

Profª. Gabriela Zavadinack

223

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Profª. Gabriela Zavadinack

224

PPA	LDO	LOA
<p>Estabelecerá, de forma regionalizada, DOM</p> <p>DESPESAS DE CAPITAL + outras decorrentes + Programas de duração continuada</p> <p>Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais serão elaborados em consonância com o PPA e apreciados pelo Congresso Nacional.</p> <p>Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no PPA, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.</p>	<p>Metas e Prioridades</p> <p>Diretrizes e Metas da política fiscal (trajetória sustentável da dívida pública)</p> <p>Orientará elaboração da LOA</p> <p>Disporá sobre alterações na lei tributária</p> <p>Estabelecerá política de aplicação das AFOF</p> <p>Conterá anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos para a continuidade daqueles em andamento</p>	<p>Estima receita e fixa despesa</p> <p>Compreenderá o OF, OI e OSS</p> <p>PLOA será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas (I, A, R, S, e B).</p> <p>A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.</p>

Profª. Gabriela Zavadinack

225

Prazos de envio e devolução	PE → PL	PL → PE
PPA	Até 31/08 (apenas no primeiro ano de mandato).	Até 22/12 (apenas no primeiro ano de mandato).
LDO	Até 15/04 (todos os anos)	Até 17/07 (se não aprovada, a sessão legislativa não será interrompida)
LOA	Até 31/08 (todos os anos)	Até 22/12 (todos os anos)

Profª. Gabriela Zavadinack

226

LDO NA LRF

- ✓ Equilíbrio entre receitas e despesas
- ✓ Critérios e formas de limitação de empenho (+ ressalvas)
- ✓ Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- ✓ Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas

Definir o montante e a forma de utilização da reserva de contingência

Prever variação do índice de preços para fins de atualização da dívida mobiliária refinanciada

Disponibilizar sobre renúncia de receitas

Exigências para realização de transferências voluntárias

AMF + ARF + AEU

Profª. Gabriela Zavadinack

227

<p>Anexo de Metas Fiscais (Metas de R/D/RN/RP/MDP para exercício a que a LDO se refere + 2 seguintes)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • avaliação do cumprimento das metas do ano anterior; • demonstrativo das metas anuais em comparação com últimos 3 exercícios; • evolução do patrimônio líquido nos últimos 3 exercícios; • avaliação da situação RGPS, RPPS, FAT e fundos; • DEMONSTRATIVO da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. • quadro demonstrativo do cálculo da meta do resultado primário.
<p>Anexo de Riscos Fiscais</p>	<p>Passivos contingentes + outros riscos + providências</p>
<p>Anexo Específico da União (anexo da MENSAGEM que encaminha o PLDO)</p>	<p>Objetivos das políticas MONETÁRIA, CREDÍCIA E CAMBIAL + meta de inflação para exercício seguinte</p>

Profª. Gabriela Zavadinack

228

ANEXO DE METAS FISCAIS DA UNIÃO

Metas anuais **para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes**

Marco fiscal de médio prazo (distinguindo-se as despesas primárias das financeiras e as obrigatórias das discricionárias)

Efeito esperado e compatibilidade, no período de 10 anos, do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública

Intervalos de tolerância para verificação do cumprimento das metas anuais de resultado primário, convertido em valores correntes, de menos 0,25 p.p. e de mais 0,25 p.p. do PIB previsto no respectivo PLDO

Limites e parâmetros orçamentários dos Poderes e órgãos autônomos compatíveis com as disposições estabelecidas na LC 200/23

Estimativa do impacto fiscal, quando couber, das recomendações resultantes da avaliação das políticas públicas

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão adotar, total ou parcialmente, no que couber, o disposto no § 5º deste artigo.

A lei de diretrizes orçamentárias não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Profª. Gabriela Zavadinack

229

7) FGV - 2025 - Auditor de Controle Externo (TCE RR) / Ciências Jurídicas / Ciências Jurídicas

Durante a tramitação do projeto de lei orçamentária anual no Congresso Nacional, um Deputado Federal apresentou uma emenda ao projeto propondo o remanejamento de recursos destinados ao pagamento de servidores públicos para a construção de uma nova ponte em seu Estado. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) emitiu parecer contrário à emenda. Com base no caso descrito e na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

Profª. Gabriela Zavadinack

230

A) A emenda apresentada pelo Deputado é válida, pois os parlamentares têm autonomia para propor alterações orçamentárias independentemente da natureza das dotações envolvidas.

B) A emenda não é válida, pois é vedada a anulação de dotações destinadas ao pagamento de pessoal para fins de remanejamento de recursos.

C) A emenda poderia ser aprovada caso a anulação de despesas recaísse sobre transferências constitucionais aos Estados e Municípios, que não possuem restrição constitucional para esse fim.

Profª. Gabriela Zavadinack

231

D) A emenda apresentada pelo deputado é válida, desde que a construção da ponte esteja prevista no plano plurianual e seja compatível com a lei de diretrizes orçamentárias, mesmo que os recursos sejam oriundos de dotações para pessoal.

E) A Comissão Mista não tem competência para emitir pareceres sobre emendas ao projeto de lei orçamentária anual, limitando-se a apreciar apenas os projetos de planos plurianuais e diretrizes orçamentárias.

Profª. Gabriela Zavadinack

232

Emendas Parlamentares

Art. 166

§ 2º As **emendas** serão **apresentadas na Comissão mista**, que sobre elas emitirá **parecer**, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

Profª. Gabriela Zavadinack

233

Emendas Parlamentares

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem **somente podem ser aprovadas caso:**

I - sejam **compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;**

II - **indiquem os recursos necessários**, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;**
- b) serviço da dívida;**
- c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou**

Profª. Gabriela Zavadinack

234

III - sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões; ou
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas **quando incompatíveis com o plano plurianual.**

Profª. Gabriela Zavadinack

235

8) FGV - 2025 - Auditor Fiscal (SEFAZ PR)

O Chefe do Poder Executivo do Estado Alfa encaminhou o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa.

No curso do processo legislativo, foram debatidas, no âmbito da Comissão de Orçamento e Finanças, as dotações orçamentárias destinadas a certas políticas públicas, considerando as despesas realizadas no exercício anterior. Na ocasião, o líder da oposição considerou que o Poder Legislativo deveria levar em consideração os resultados da avaliação das políticas públicas que teriam continuidade no próximo exercício financeiro, o

Profª. Gabriela Zavadinack

236

que foi objeto de resistência pelo líder do governo, considerando o caráter autorizativo da lei orçamentária e a separação dos poderes.

Sobre a hipótese, à luz da sistemática orçamentária, assinale a afirmativa correta.

A) A Lei Orçamentária Anual, ressalvadas as despesas obrigatórias e as emendas de caráter impositivo, tem natureza meramente autorizativa; logo, a análise pretendida pelo líder da oposição afrontaria a separação dos poderes.

Profª. Gabriela Zavadinack

237

B) A avaliação, na perspectiva do ciclo das políticas públicas, é realizada após a sua conclusão, o que permite identificar a conveniência, ou não, de sua continuidade, logo, a análise defendida pelo líder da oposição é inviável no momento sugerido.

C) A Lei Orçamentária Anual deve, necessariamente, levar em consideração os resultados da avaliação das políticas públicas, realizada pela Administração Pública em conformidade com a lei, como preconizado pelo líder da oposição.

Profª. Gabriela Zavadinack

238

D) A Lei Orçamentária Anual, como o Poder Legislativo é responsável pelo controle externo do Executivo, deve levar em consideração a avaliação das políticas públicas realizada na forma desse controle, de modo segmentado da avaliação realizada pela Administração Pública.

E) A avaliação das políticas públicas deve ser realizada por ocasião da análise, pelo Poder Legislativo, das contas anuais de governo, dizendo respeito à realização da despesa pública, não propriamente à autorização para a sua realização, não devendo ser acolhido o argumento do líder da oposição.

Profª. Gabriela Zavadinack

239

Art. 165

§ 16. As leis de que trata este artigo devem observar, no que couber, os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas previstos no § 16 do art. 37 desta Constituição.

§ 16. Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.

Profª. Gabriela Zavadinack

240

9) FGV - 2024 - Contador (Prefeitura de Caraguatatuba)

De acordo com a Constituição da República de 1988, a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central. Com relação ao Banco Central, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa:

() Poderá conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade.

() Poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

Profª. Gabriela Zavadinack

241

() Receberá, para depósito, as disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente:

A) V – V – F

B) V – F – V

C) F – V – V

D) V – F – F

E) F – V – F

Profª. Gabriela Zavadinack

242

10) FGV - 2023 - Analista de Planejamento e Orçamento (Pref RJ)

O Banco Central do Brasil (Bacen) tem por objetivo fundamental assegurar a estabilidade de preços e zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.

Acerca de seu papel em matéria de Direito Financeiro, à luz da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

Profª. Gabriela Zavadinack

243

- A) é permitido ao Bacen conceder, direta ou indiretamente, empréstimos a autarquias federais para desenvolvimento de programas de saúde, educação e assistência social;
- B) o Bacen poderá comprar títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a taxa de juros;
- C) as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Bacen ou em instituições financeiras oficiais federais;
- D) as disponibilidades de caixa dos Estados e do Distrito Federal serão obrigatoriamente depositadas no Bacen;
- E) a competência da União para emitir moeda será exercida conjuntamente pelo Bacen e pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Profª. Gabriela Zavadinack

244

Art. 164. A competência da União para emitir moeda será exercida **exclusivamente pelo banco central.**

§ 1º É **vedado** ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade **que não seja instituição financeira.**

§ 2º O banco central **poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional,** com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

Profª. Gabriela Zavadinack

245

§ 3º **As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.**

Profª. Gabriela Zavadinack

246

Função	Características principais	Exemplos
Alocativa	- Oferta de bens e serviços públicos que não seriam providos adequadamente pela iniciativa privada. Relaciona-se à eficiência econômica.	- Construção e manutenção de rodovias. Segurança pública e defesa nacional. Investimento em saneamento básico e iluminação pública. Construção de parques e praças.
Distributiva	- Visa reduzir desigualdades sociais e regionais. Redistribuição da renda e da riqueza por meio da tributação e do gasto público. Concretiza a justiça social prevista na Constituição (art. 3º, III, CF/88).	- Programas de transferência de renda. Políticas de subsídios para produtos essenciais. Progressividade do Imposto de Renda.
Estabilizadora	- Atua para suavizar ciclos econômicos (inflação, desemprego, recessão). Relaciona-se à política fiscal de estabilização, buscando crescimento sustentável . Complementa a política monetária e cambial.	- Aumento de gastos públicos em período de recessão para estimular a economia (política fiscal expansionista). Contenção de gastos e aumento de tributos em períodos de alta inflação (política fiscal contractionista). Planos de combate à inflação ou de estímulo ao crédito.

Profª. Gabriela Zavadinack

247

Professora Gabriela Zavadinack




@gabiprofessora


t.me/gabiprofessora


Gabriela Zavadinack



Cargo atual:

- Analista Judiciário (área administrativa) no **Tribunal Superior do Trabalho**

Aprovações:

- 4º AJAA TST
- 5º AJAA TRT 9
- 6º AJAA TRT 24
- 8º AJAA TRT 15
- 9º AJAA TRT 20

➤ Nomeada no TST, TRT 24 e TRT 15.

➤ Formação: Direito e Jornalismo. Pós-graduação em Direito Público.

Profª. Gabriela Zavadinack

248

OBRIGADA

Profª. Gabriela Zavadinack

249

Trabalho e Tecnologia

Tópicos: 6.1, 6.2 e 6.3

Profª. Emannelle Gouveia

250

NOÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



Profª. Emannelle Gouveia

251

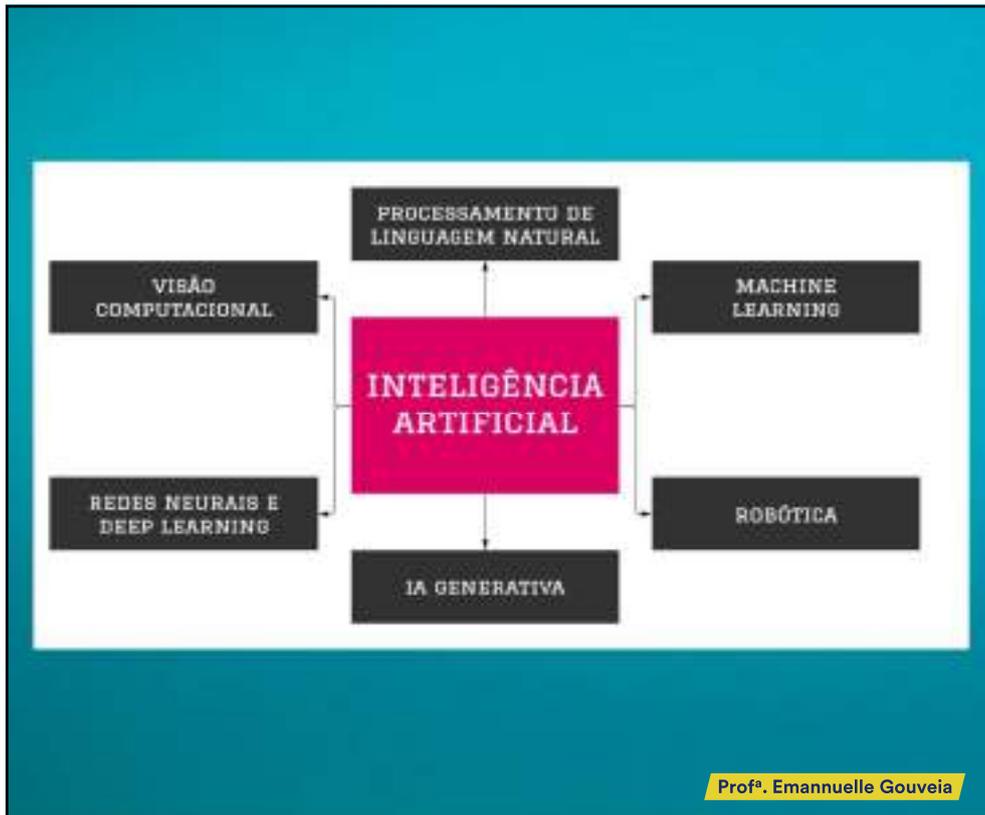
NOÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A Inteligência Artificial é um campo da ciência da computação dedicado ao desenvolvimento de sistemas de software ou hardware capazes de realizar tarefas que, normalmente, exigiriam inteligência humana.

CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO
APRENDIZADO	São capazes de aprender com dados (machine learning) e melhorar ao longo do tempo.
ADAPTAÇÃO	Ajustam seus comportamentos com base em novas informações ou contextos.
AUTONOMIA	Podem executar ações e tomar decisões sem intervenção humana direta.
RACIOCÍNIO	Podem analisar dados, identificar padrões e chegar a conclusões.
INTERAÇÃO	Compreendem e interagem com humanos por meio de linguagem natural, imagens ou sensores.

Profª. Emannelle Gouveia

252



Profª. Emannelle Gouveia

253

CARACTERÍSTICA	IA FRACA (NARROW AI)	IA FORTE (STRONG AI)
DEFINIÇÃO	Sistema projetado para realizar tarefas específicas, sem consciência ou entendimento real.	IA com capacidade de raciocínio, compreensão geral, aprendizado autônomo e consciência, semelhante à inteligência humana.
EXEMPLOS	Assistentes virtuais (Sir, Alexa), mecanismos de recomendação, reconhecimento facial, chatbots.	Hipotética até o momento. Exemplo teórico: uma IA que aprende qualquer tarefa cognitiva humana sem reprogramação.
CAPACIDADE DE APRENDIZADO	Aprende apenas dentro de domínios limitados, com base em treinamento específico.	Capaz de generalizar o aprendizado, aplicar conhecimentos de uma área em outra, como humanos fazem.
CONSCIÊNCIA	Não possui. Opera apenas com base em programação e padrões estatísticos.	Teria consciência, autoconsciência e compreensão real das tarefas que realiza.
TOMADA DE DECISÃO	Baseado em algoritmos pré-definidos e dados de treinamento.	Tomaria decisões de forma autônoma e criativa, com capacidade de julgamento próprio.
STATUS ATUAL	Totalmente funcional e amplamente aplicada em várias áreas.	Ainda teórica, não existe de forma prática. Está em debate e estudo no campo da IA.
EXEMPLOS DE APLICAÇÃO	Automação de tarefas, análise de dados, reconhecimento de voz, diagnósticos médicos com suporte humano.	Robôs ou sistemas com capacidade de entender contexto amplo, sentimentos, linguagem e raciocínio abstrato de forma geral.
RISCO ÉTICO	Baixo (controlável por regras e limites programados).	Alto (implicações éticas profundas sobre autonomia, direitos e controle).

Profª. Emannelle Gouveia

254

AUTOMAÇÃO E PRODUTIVIDADE

A automação faz ainda mais sentido em áreas onde predominam atividades repetitivas e com muita papelada envolvida.

Ao automatizar essas tarefas, os órgãos públicos conseguem não só economizar tempo, mas também evitar erros, reduzir retrabalho e liberar os servidores para atividades mais estratégicas. O que permite entregar com mais qualidade, com mais agilidade e, principalmente, com mais impacto para o cidadão.

Profª. Emannelle Gouveia

255

AUTOMAÇÃO E PRODUTIVIDADE

Seus maiores desafios são:

- Capacitação de servidores e mudança cultural.
- Fragmentação de sistemas
- Investimento em segurança
- Necessidade de visão de longo prazo
- Compliance

Profª. Emannelle Gouveia

256

AUTOMAÇÃO E PRODUTIVIDADE

A automação no setor público não é apenas uma questão técnica. É uma transformação cultural. Ela exige liderança, planejamento, escuta ativa dos servidores e alinhamento com os objetivos de cada instituição.

Profª. Emannelle Gouveia

257

TRABALHO X NOVAS TECNOLOGIAS

→ Revolução Industrial. As máquinas passaram a desempenhar um papel central na produção, mudando completamente a dinâmica entre patrões e empregados. Com as linhas de montagem, o ritmo ficou mais intenso, o trabalho se tornou repetitivo e o controle sobre o tempo passou a ser quase cronometrado.

Profª. Emannelle Gouveia

258

TRABALHO X NOVAS TECNOLOGIAS

→ A eletricidade e os motores elétricos, no século XX, deixaram as fábricas mais eficientes, surgiram setores novos, como o de serviços, e a organização do trabalho ficou mais complexa. Surge a mobilização dos trabalhadores: sindicatos, leis trabalhistas, convenções coletivas.

→ Chegada dos computadores exigiu um novo tipo de trabalhador: mais técnico, ágil, capaz de aprender rápido e lidar com mudanças constantes.

Profª. Emannelle Gouveia

259

TRABALHO X NOVAS TECNOLOGIAS

→ Surgimento da internet. Surge o teletrabalho, freelancers, os nômades digitais, os trabalhadores sob demanda e a "gig economy", ou economia dos bicos.

→ A gestão de pessoas passou a valorizar mais os resultados entregues. Confiança, autonomia e responsabilidade passaram a ser palavras-chave.

Profª. Emannelle Gouveia

260

TRABALHO X NOVAS TECNOLOGIAS

De um lado, essa flexibilidade é vista como uma vantagem, mas também traz insegurança, falta de direitos, instabilidade financeira, ausência de proteção social.

Com o uso de IA, temos a morte de algumas profissões e surgimento de outras, o que exige a capacidade de adaptação rápida do trabalhador atual.

Profª. Emannelle Gouveia

261

TRABALHO X NOVAS TECNOLOGIAS

CARACTERÍSTICA	VANTAGENS	DESvantagens
PRODUTIVIDADE	Automação de tarefas repetitivas; acesso rápido à informação; trabalho mais ágil.	Sobrecarga informacional; pressão por respostas imediatas.
FLEXIBILIDADE	Trabalho remoto e híbrido; horários flexíveis; economia com deslocamentos.	Dificuldade de separar vida pessoal e profissional; isolamento social.
COMUNICAÇÃO	Ferramentas (Ex: Teams, Slack e Zoom) otimizam a interação; colaboração em tempo-real.	Excesso de reuniões virtuais; falhas técnicas ou ruído na comunicação.
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	Plataformas EAD e simuladores; acesso democrático ao conhecimento.	Falta de engajamento em cursos virtuais; desigualdade de acesso à internet.
CONTROLE E GESTÃO	Monitoramento de produtividade; dados para decisões mais precisas.	Sensação de vigilância excessiva; redução da autonomia do trabalhador.
INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE	Ferramentas assistivas digitais; inclusão de grupos antes marginalizados.	Barreiras digitais ainda presentes para parte da população.
SEGURANÇA DIGITAL	Criptografia, autenticação e backups automáticos.	Riscos de vazamento de dados e ataques cibernéticos.
CARREIRA E EMPREGABILIDADE	Novas profissões e áreas de atuação. Portfólio e networking online.	Substituição de postos de trabalho por automação; desatualização de competências.

Profª. Emannelle Gouveia

262

LIMITAÇÕES, RISCOS E PROBLEMAS

- Fragmentação tecnológica.
- Uso de sistemas legados.
- A falta de capacitação dos servidores.
- A segurança da informação.
- Dependência de fornecedores.
- Exclusão digital.
- Barreiras legais e regulatórias que ainda não acompanharam o ritmo da inovação.

Profª. Emannelle Gouveia

263

LIMITAÇÕES, RISCOS E PROBLEMAS

- Políticas de Governança de dados.
- Resistência à mudança.
- Automação de injustiças.
- Modernização de fachada”.
- Estudos de sustentabilidade financeira.
- A ausência de avaliação de impacto.

Profª. Emannelle Gouveia

264

OBRIGADA

Prof^a. Emannelle Gouveia

265

**Conhecimentos
Específicos:
Bloco 5**

**EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA
PÚBLICA: ESTRATÉGIA, PESSOAS, PROJETOS E PROCESSOS**

266

Planejamento e Gestão Estratégica, Gestão de Pessoas, Gestão de Projetos e Gestão de Processos

Tópicos: 1, 2, 3 e 4

Prof. Rodrigo Rennó

267

Estratégia, Pessoas, Projetos e Processos

Prof. Rodrigo Rennó

268

Planejamento

Níveis do Planejamento

- Estratégico, Tático e Operacional

Missão e Visão

Análise SWOT

- Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades

Balanced Scorecard

Perspectivas

Relação Causa/efeito

Mapa Estratégico

Prof. Rodrigo Rennó

269

(FGV – DPE-RO - TÉCNICO – 2025)

Considere que Josivaldo, recém-formado em Administração, ao buscar uma oportunidade de trabalho em um site de empregos, encontre um anúncio para uma vaga na qual o profissional contratado será responsável pelo planejamento da empresa no âmbito operacional.

Diante dessa informação, ele consulta um de seus livros de Administração para entender melhor o que é essa função de planejamento e descobre que ela.

Prof. Rodrigo Rennó

270

(FGV – DPE-RO - TÉCNICO – 2025)

- a) envolve a necessidade de lidar com um alto nível de incertezas e imprevisibilidades.
- b) abrange decisões que impactam a organização em sua integralidade, por meio de uma abordagem holística.
- c) está diretamente relacionada com o nível administrativo mais alto da hierarquia organizacional.

Prof. Rodrigo Rennó

271

(FGV – DPE-RO - TÉCNICO – 2025)

- d) engloba planos genéricos voltados para os departamentos de produção, financeiro, marketing e recursos humanos.
- e) tem foco na elaboração de planos de curto prazo voltados para a execução de atividades rotineiras.

Prof. Rodrigo Rennó

272

(FGV – PREF. S.J CAMPOS - ASSISTENTE – 2025)

A frase “garantir o desenvolvimento social, econômico e ambiental da cidade, promovendo a qualidade de vida para a população” representa a razão de ser da prefeitura de São José dos Campos.

Essa frase representa o elemento de planejamento estratégico conhecido como.

- a) Visão.
- b) Missão.
- c) Negócio.
- d) Meta.
- e) Objetivo.

Prof. Rodrigo Rennó

273

Gestão de Pessoas

Processos de GP

DRAMMA

FGV - provisão, aplicação, manutenção, desenvolvimento e monitoramento

ARH ou GP

Pessoas como ativo estratégico, flexibilidade, diferencial estratégico.

Estrutura Formal e Informal

Prof. Rodrigo Rennó

274

(FGV – AGESAN-RS – AGENTE – 2025)

A Gestão de Recursos Humanos (GH) pode ser estruturada em cinco processos básicos: provisão, aplicação, manutenção, desenvolvimento e monitoramento, cada um com objetivos e atividades específicas.

Assinale a opção que relaciona o processo de GH ao seu objetivo e a suas atividades principais.

a) O processo de provisão tem como objetivo preparar as pessoas e envolve ações como treinamento e desenvolvimento organizacional.

Prof. Rodrigo Rennó

275

(FGV – AGESAN-RS – AGENTE – 2025)

b) O processo de aplicação está focado em saber o que são e o que fazem as pessoas, incluindo atividades como banco de dados e balanço social.

c) O processo de manutenção busca manter as pessoas trabalhando na organização por meio de ações como remuneração, benefícios, qualidade de vida e segurança no trabalho.

d) O processo de desenvolvimento tem como foco a seleção de pessoas, com atividades como recrutamento e integração.

Prof. Rodrigo Rennó

276

(FGV – AGESAN-RS – AGENTE – 2025)

e) O processo de monitoramento está voltado para descrever cargos e modelar o trabalho, atividades típicas da fase de aplicação.

Prof. Rodrigo Rennó

277

(FGV – AGESAN-RS – AGENTE – 2025)

A gestão de Recursos Humanos (RH) nas organizações pode variar entre modelos mais tradicionais e modelos mais modernos e estratégicos. As abordagens evoluíram de uma gestão focada em controle rígido e tarefas operacionais para um modelo mais participativo, flexível e orientado para resultados organizacionais sustentáveis.

Assinale a afirmativa que indica uma característica típica de uma gestão de pessoas moderna e estratégica.

Prof. Rodrigo Rennó

278

(FGV – AGESAN-RS – AGENTE – 2025)

- a) Ênfase na eficiência, com foco nos fatores higiênicos e ambiente estável.
- b) Controle centralizado, visão de curto prazo e decisões baseadas na imposição.
- c) Flexibilidade, foco nas diferenças individuais e a abordagem baseada em fatores motivacionais.
- d) Sistema organizacional autoritário, com orientação retrospectiva.
- e) Gestão de pessoas com ênfase na manutenção do status quo, restringindo a participação dos colaboradores.

Prof. Rodrigo Rennó

279

Motivação

Motivação e Desempenho

- Motivação + Habilidade + Oportunidade = Desempenho

Teoria das Necessidades de Maslow

- Necessidades devem ser satisfeitas em uma ordem, começando com as mais básicas
- Quando uma necessidade é satisfeita a próxima se manifesta
- Necessidades básicas são mais fáceis de saciar;
- Autorrealização nunca é saciada!

Prof. Rodrigo Rennó

280

Motivação

Teoria X e Y de McGregor

Teoria dos Dois Fatores

Teoria da Avaliação Cognitiva.

Prof. Rodrigo Rennó

281

(FGV – PREF. S.J.CAMPOS – ANALISTA - 2025)

Considere que um gestor da Prefeitura de São José dos Campos deseje elaborar, em conjunto com o setor de Recursos Humanos, um programa de motivação para os servidores públicos municipais. Para embasar a iniciativa, após discussão com a equipe de RH, decide-se pela adoção da teoria da hierarquia das necessidades humanas, a qual propõe que a motivação ocorre à medida que diferentes níveis de necessidade

Prof. Rodrigo Rennó

282

(FGV – PREF. S.J.CAMPOS – ANALISTA - 2025)

são gradualmente satisfeitos, iniciando-se pelas mais básicas e evoluindo para as mais complexas. Com base nessa teoria, a ordem de satisfação das necessidades é:

- A) de segurança, sociais, fisiológicas, de autorrealização, de estima.
- B) sociais, fisiológicas, de estima, de segurança, de autorrealização.
- C) fisiológicas, de segurança, sociais, de estima, de autorrealização.

Prof. Rodrigo Rennó

283

(FGV – PREF. S.J.CAMPOS – ANALISTA - 2025)

- D) de autorrealização, de segurança, fisiológicas, de estima, sociais.
- E) de estima, de autorrealização, de segurança, fisiológicas, sociais.

Prof. Rodrigo Rennó

284

(FGV - CÂMARA DE FORTALEZA/CE-ANALISTA-2024)

A teoria motivacional que descreve como indivíduos engajados voluntariamente em ações sociais podem experimentar uma queda da motivação, caso comecem a receber pagamentos pela sua atuação, é conhecida como

- a) Teoria da Hierarquia das Necessidades.
- b) Teoria da autoeficácia.
- c) Teoria da expectativa.
- d) Teoria X.
- e) Teoria da Avaliação Cognitiva.

Prof. Rodrigo Rennó

285

Liderança

Tipos de Poder

- Coercitivo – Recompensa – Legal – Referente/carismático e Competência/conhecimento

Teoria dos Traços

Estilos de Liderança

- Autocrático, Democrático e Liberal

Prof. Rodrigo Rennó

286

Liderança

Teoria Situacional

Se apoia no relacionamento entre a maturidade dos empregados e o comportamento do líder em relação ao relacionamento e à tarefa;

Teoria Transacional e Transformacional

Prof. Rodrigo Rennó

287

(FGV – DPE-RO – ANALISTA - 2025)

Após o falecimento de seu pai, Genivaldo assume o controle da empresa da família e decide implementar mudanças na gestão. Com base nos conhecimentos adquiridos em seu MBA, opta por adotar o estilo de liderança transformacional. Com base nesse estilo de liderança, é correto afirmar que Genivaldo terá como comportamento:

Prof. Rodrigo Rennó

288

(FGV – DPE-RO – ANALISTA - 2025)

- a) Estimular os colaboradores a pensarem de forma crítica, questionando o status quo e desenvolvendo soluções criativas para os problemas organizacionais.
- b) Centralizar o poder e a tomada de decisão, concentrando as escolhas nas mãos da liderança, com o objetivo de agilizar os processos e promover ações mais céleres.
- c) Definir recompensas para o desempenho desejado, estabelecendo uma relação de troca pelo cumprimento das metas.

Prof. Rodrigo Rennó

289

(FGV – DPE-RO – ANALISTA - 2025)

- d) Valorizar a disciplina, o cumprimento rigoroso de regras e procedimentos internos, mantendo a ordem e a padronização das atividades.
- e) Monitorar constantemente os processos, intervindo apenas quando identificar desvios de desempenho.

Prof. Rodrigo Rennó

290

(FGV – MPU – ANALISTA - 2025)

Júlia foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha há cinco anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgam que ela não seria a pessoa com o perfil mais adequado para a função. Júlia está preocupada com a situação, porque sabe que terá pouca autonomia para reconhecer ou punir os membros da equipe.

Prof. Rodrigo Rennó

291

(FGV – MPU – ANALISTA - 2025)

A equipe é composta por seis profissionais experientes e bem capacitados que apresentam forte motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, Júlia avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão “4”. Considerando que essa avaliação está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança é o:

Prof. Rodrigo Rennó

292

(FGV – MPU – ANALISTA - 2025)

- a) diretivo.
- b) realizador.
- c) persuasivo.
- d) participativo.
- e) delegador.

Prof. Rodrigo Rennó

293

Gestão de Projetos

8 Domínios de Desempenho

- Partes Interessadas
- Equipe
- Abordagem de Desenvolvimento
- Planejamento
- Trabalho do Projeto
- Entrega
- Medição
- Incerteza

Prof. Rodrigo Rennó

294

(FGV – CVM – ANALISTA – 2024)

O Guia PMBOK identifica oito domínios de desempenho, definindo-os como “um grupo de atividades relacionadas, que são críticas para a entrega eficaz dos resultados do projeto”. Os domínios de desempenho de projetos são áreas de foco interativas, inter-relacionadas e interdependentes que trabalham em uníssono para alcançar os resultados desejados.

Nesse sentido, o subconjunto correto, com alguns dos “domínios de desempenho” usados no gerenciamento de projetos, é:

Prof. Rodrigo Rennó

295

(FGV – CVM – ANALISTA – 2024)

- a) cronograma; orçamento; definição do escopo;
- b) rede do projeto; caminho crítico; valor agregado;
- c) competências técnicas; competências comportamentais; competências gerenciais;
- d) trabalho do projeto; entrega; medição;
- e) termo de abertura; termo de entrega; termo de encerramento.

Prof. Rodrigo Rennó

296

Gestão de Projetos

12 Princípios

- ✓ Responsabilidade de Stewardship;
- ✓ Colaboração com as partes interessadas;
- ✓ Liderança;
- ✓ Foco no valor;
- ✓ Qualidade;
- ✓ Complexidade;
- ✓ Otimização;
- ✓ Adaptabilidade e Resiliência;
- ✓ Tailoring (Ajuste);
- ✓ Transparência;
- ✓ Melhoria Contínua;
- ✓ Ambiente Colaborativo.

Prof. Rodrigo Rennó

297

(FGV – TCE-PI – AUDITOR – 2025)

Considerando os conceitos básicos, a estrutura e os objetivos de gerenciamento de projetos segundo o PMBOK, 7ª edição, analise as afirmativas a seguir.

I. A edição atual do PMBOK contempla uma mudança das dez áreas de conhecimento preconizadas em sua edição anterior para oito domínios de desempenho do projeto.

Prof. Rodrigo Rennó

298

(FGV – TCE-PI – AUDITOR – 2025)

II. Os domínios de desempenho do projeto são grupos de atividades relacionadas entre si que são críticas para a efetiva entrega dos resultados desejados e operam de forma independente do começo ao fim do projeto.

III. Um dos doze princípios do gerenciamento de projetos é sumarizado na expressão “Foco no valor” e importa avaliar e ajustar, de maneira contínua, o alinhamento do projeto aos objetivos de negócio e aos benefícios e valor pretendidos.

Prof. Rodrigo Rennó

299

(FGV – TCE-PI – AUDITOR – 2025)

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Prof. Rodrigo Rennó

300

Gestão de Processos

Ferramentas

- Fluxograma
- PDCA
- Diagrama de Ishikawa
- Diagrama de Pareto

Matriz SIPOC

- S (Suppliers) → Fornecedores
- I (Inputs) → Entradas
- P (Process) → Processo
- O (Outputs) → Saídas
- C (Customers) → Clientes

Prof. Rodrigo Rennó

301

(FGV – MPU – ANALISTA - 2025)

Paula é a gestora responsável pelo processo de emissão de certo tipo de documentação no órgão público em que trabalha. Ela vem constatando um aumento significativo no tempo de emissão da documentação e quer planejar melhorias no processo. Paula quer realizar as seguintes tarefas: mapear o conjunto das atividades envolvidas no processo de emissão da documentação e suas interações; e identificar as causas principais e secundárias da demora no processo de emissão da documentação.

Prof. Rodrigo Rennó

302

(FGV – MPU – ANALISTA - 2025)

Para isso, Paula deve fazer uso das seguintes ferramentas, respectivamente:

- a) fluxograma; 5W2H.
- b) fluxograma; matriz GUT.
- c) 5W2H; diagrama de Ishikawa.
- d) diagrama de Ishikawa; 5W2H.
- e) fluxograma; diagrama de Ishikawa.

Prof. Rodrigo Rennó

303

(FGV – CGM CUIABÁ – AUDITOR - 2025)

A matriz SIPOC é uma ferramenta utilizada para, dentre outros objetivos, identificar oportunidades de melhorias nos processos. Ela permite avaliar as diferentes etapas do processo.

Assinale a opção que indica corretamente uma dessas etapas.

- a) Forças.
- b) Cenários.
- c) Missão.
- d) Valores.
- e) Fornecedores.

Prof. Rodrigo Rennó

304

OBRIGADO

Prof. Rodrigo Rennó

305

**Conhecimentos
Específicos:
Bloco 5**

**EIXO TEMÁTICO 2 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA
PÚBLICA: RISCOS, INOVAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, COORDENAÇÃO E
PATRIMÔNIO**

306

Gestão de Riscos

Tópicos: 1, 2, 3 e 5

Prof. Rodrigo Rennó

307

Gestão de Riscos

Objetivos

- reduzir incertezas, proteger recursos, apoiar decisões.

Técnicas

- Matriz de risco, SWOT, Bow-Tie, análise quantitativa e qualitativa.

Guias de Boas Práticas

COSO ERM e ISO 31000.
As “três linhas de defesa”.

Prof. Rodrigo Rennó

308

(FGV – SEFAZ/RS - AUDITOR - 2025)

A gestão de riscos é um elemento-chave da governança nas organizações do setor público em termos de suas estruturas, seus processos, seus valores corporativos, sua cultura e seu comportamento. Nessa linha, avalie as afirmativas a seguir relativas à gestão de risco.

I. Para falarmos de riscos, uma palavra é fundamental: objetivo. Se não temos um objetivo, não há que se falar em eventos que podem atrapalhar ou ajudar a atingi-lo.

Prof. Rodrigo Rennó

309

(FGV – SEFAZ/RS - AUDITOR - 2025)

II. Os benefícios gerados por um gerenciamento de riscos compensam os eventuais custos incorridos com sua implementação. Dessa forma, não precisam ser estabelecidos procedimentos de controle interno proporcionais ao risco.

III. Análise de riscos, para prevenir a ocorrência de riscos e diminuir o impacto de suas consequências, busca identificar as possíveis causas, as consequências e os controles existentes.

Prof. Rodrigo Rennó

310

(FGV – SEFAZ/RS - AUDITOR - 2025)

IV. O objetivo da gestão de riscos é promover meios para que as incertezas não desviem os esforços da organização de seus objetivos.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Prof. Rodrigo Rennó

311

(FGV – PREF. CUIABÁ/MT - AUDITOR - 2025)

A análise Bow Tie é uma ferramenta de gestão de riscos que permite analisar

- A) os ambientes interno e externo da organização e identificar as variáveis que os influenciam.
- B) as causas de um evento e seus efeitos, conferindo uma análise gráfica dessas variáveis.
- C) as diferentes etapas de um processo e as tarefas-chave que podem prejudicar a eficiência dos processos.

Prof. Rodrigo Rennó

312

(FGV – PREF. CUIABÁ/MT - AUDITOR - 2025)

D) as causas de um problema a partir de dimensões a ele relacionadas, como máquinas, processos, mão-de-obra e materiais.

E) as estratégias de uma organização a partir das perspectivas financeira, de mercado, de processos internos e de aprendizado organizacional.

Prof. Rodrigo Rennó

313

Gestão de Riscos

Processo

Comunicação e Consulta

Escopo, Contexto e Critérios

Identificação de Riscos: Localizar e descrever os riscos que podem afetar a organização.

Análise de Riscos: Entender a natureza dos riscos identificados e determinar o nível de risco, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto.

Avaliação de Riscos: Comparar os riscos analisados com os critérios de risco para priorizar quais necessitam de tratamento.

Prof. Rodrigo Rennó

314

Gestão de Riscos

Tratamento de Riscos: Define as opções para lidar com os riscos identificados e avaliados, buscando mitigar, transferir, evitar ou aceitar riscos, dependendo de sua prioridade e impacto.

Monitoramento e Análise Crítica

Registro e Relato

Prof. Rodrigo Rennó

315

(FGV – RECEITA FEDERAL - ANALISTA - 2023)

No gerenciamento de riscos aduaneiros, um determinado operador econômico autorizado conseguiu descontinuar uma atividade que originou um risco e removeu a fonte dele. Assim, o mapa de risco do operador pode ser atualizado quanto a seus processos de trabalho, relacionados aos critérios de conformidade.

No processo de gestão de risco, entende-se que o operador atuou na etapa de

Prof. Rodrigo Rennó

316

(FGV – RECEITA FEDERAL - ANALISTA - 2023)

- A) avaliação.
- B) comunicação.
- C) monitoramento.
- D) registro.
- E) tratamento.

Prof. Rodrigo Rennó

317

Governo Eletrônico

Frentes de Ação:

- Junto ao cidadão;
- Na melhoria da sua própria gestão interna;
- Na integração com parceiros e fornecedores.

Modalidades mais cobradas

- **G2C (Government to Citizen):** interação entre governo e cidadãos (serviços ao público, como emissão de documentos, consultas).
- **G2B (Government to Business):** relação entre governo e empresas/fornecedores (licitações eletrônicas, notas fiscais eletrônicas, pregão eletrônico).

Prof. Rodrigo Rennó

318

Governo Eletrônico

- **G2G (Government to Government):** integração entre órgãos e entes governamentais.
- **G2E (Government to Employee):** relação entre governo e seus servidores (ex.: contracheque eletrônico, sistemas de RH).

Prof. Rodrigo Rennó

319

Governo Eletrônico

Objetivos do Governo Digital

Transformação digital da administração pública;
Atendimento eficiente ao cidadão;
Integração de serviços e políticas públicas;
Promoção da transparência e participação social;
Segurança e confiabilidade;
Sustentabilidade e eficiência;
Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU);

Prof. Rodrigo Rennó

320

(FGV – TCE-RR - TI - 2025)

O governo eletrônico (e-gov) utiliza tecnologia da informação e comunicação (TICs) e mudanças organizacionais para aprimorar estruturas governamentais, melhorar a qualidade e acessibilidade dos serviços, aumentar a eficiência e reduzir custos e tempos de atendimento.

Uma medida que pode ser adotada para promover o uso dos sistemas e-gov pelos cidadãos é

a) publicar selos de segurança e privacidade, além de divulgar estatísticas positivas e históricos de serviços bem-sucedidos.

Prof. Rodrigo Rennó

321

(FGV – TCE-RR - TI - 2025)

b) incentivar os cidadãos a realizarem transações eletrônicas exclusivamente por meio de plataformas privadas e não governamentais.

c) substituir os mecanismos tradicionais de segurança por sistemas baseados apenas na assinatura digital dos usuários.

d) priorizar a implementação de sistemas e-gov sem considerar percepções de risco dos cidadãos.

e) restringir o acesso ao e-gov apenas para cidadãos que não utilizam serviços presenciais.

Prof. Rodrigo Rennó

322

(FGV – MINC - NS - 2025)

Assinale a opção que indica uma das aplicações do governo eletrônico feita em ambientes externos com o objetivo de reduzir os custos de transação e eliminando dados redundantes, melhorando e proporcionando serviços mais eficientes para seus fornecedores.

- a) govern to govern.
- b) govern to business.
- c) business to employee.
- d) govern to employee.
- e) citizen to business.

Prof. Rodrigo Rennó

323

(FGV – TCE-PA - AUDITOR - 2025)

As opções a seguir apresentam objetivos do governo eletrônico, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Inclusão digital.
- b) Modernizar a máquina pública.
- c) Reduzir custos e melhorar a eficiência da administração pública no que se refere aos seus processos internos.
- d) Aumentar a transparência, o controle social e a accountability.
- e) Fomento econômico do setor de tecnologia da informação.

Prof. Rodrigo Rennó

324

Trabalho no setor público e uso de Inteligência Artificial

Potencialidades

- automação de rotinas, análise de grandes volumes de dados, suporte à decisão.

Riscos

- vieses algorítmicos, privacidade, substituição de funções.

Prof. Rodrigo Rennó

325

(INÉDITA)

Tendo em vista a importância da complementaridade entre o ser humano e a máquina no serviço público, qual das seguintes atividades é considerada como uma função que exige julgamento humano e, portanto, é pouco adaptável à automação?

- A) Emissão de certidões e guias padronizadas.
- B) Atendimento a dúvidas frequentes por meio de chatbots.
- C) Análise de casos complexos e tomada de decisões discricionárias.

Prof. Rodrigo Rennó

326

(INÉDITA)

D) Conferência de dados cadastrais para buscar inconsistências.

E) Protocolo e tramitação de documentos digitais.

Prof. Rodrigo Rennó

327

Participação Social nos Processos de Gestão

Conselhos, Conferências, Audiências Públicas, Consultas Públicas

PPA Participativo, Orçamento Participativo

Controle Social

Prof. Rodrigo Rennó

328

(FGV – SEAD-SE – EPPGG – 2025)

Entre os processos participativos de gestão pública se destacam os conselhos gestores de políticas públicas nas três esferas de governo, as consultas e audiências públicas, iniciativas de ação popular e o orçamento participativo.

Assinale a afirmativa correta acerca da implicação central da assimetria de informação para os processos participativos na gestão pública.

Prof. Rodrigo Rennó

329

(FGV – SEAD-SE – EPPGG – 2025)

a) A disponibilização irrestrita de dados públicos elimina a necessidade de mediação entre Estado e sociedade civil.

b) A ausência de canais presenciais de participação inviabiliza qualquer forma de controle social.

c) A assimetria de informação compromete a efetividade da participação social, dificultando o monitoramento e a avaliação das políticas públicas.

Prof. Rodrigo Rennó

330

(FGV – SEAD-SE – EPPGG – 2025)

d) A sociedade civil tende a preferir formas diretas de participação, independentemente da qualidade das informações disponibilizadas.

e) A existência de plataformas digitais garante, por si só, a superação dos desafios de comunicação entre governo e população.

Prof. Rodrigo Rennó

331

(FGV – TCE-RR – AUDITOR – 2025)

As instituições participativas (IPs) fortalecem a gestão local ao promover cidadania ativa e equidade social por meio da inclusão democrática e da deliberação coletiva.

Assinale a opção que descreve corretamente um dos desafios associados às IPs.

a) As IPs eliminam a necessidade de representação política, uma vez que promovem participação direta e universal.

Prof. Rodrigo Rennó

332

(FGV – TCE-RR – AUDITOR – 2025)

b) O principal desafio das IPs é garantir que todas as decisões tomadas nas arenas deliberativas sejam vinculantes e executadas automaticamente.

c) O desenho institucional das IPs deve priorizar exclusivamente o empoderamento dos cidadãos, independentemente do projeto político compartilhado.

Prof. Rodrigo Rennó

333

(FGV – TCE-RR – AUDITOR – 2025)

d) As IPs são eficazes em todos os contextos, desde que incluam múltiplas arenas deliberativas, sem necessidade de conexão entre elas.

e) Um dos desafios das IPs é conciliar a participação dos cidadãos com os impactos distributivos da escala das decisões deliberativas.

Prof. Rodrigo Rennó

334

Articulação versus Fragmentação das Ações Governamentais

Desafios da fragmentação: sobreposição, desperdício, falta de integração.

Importância da articulação intersetorial.

Coordenação Executiva

Diferentes órgãos e Entidades trabalham integrados e com objetivo comum.

Prof. Rodrigo Rennó

335

Articulação versus Fragmentação das Ações Governamentais

Dimensões da coordenação

Intragovernamental: integração entre órgãos de um mesmo nível.

Intergovernamental: cooperação entre União, estados e municípios.

Governo-sociedade: parcerias com setor privado e sociedade civil.

Prof. Rodrigo Rennó

336

(INÉDITA)

A coordenação executiva governamental é um elemento essencial para garantir que os governos operem de maneira eficaz e eficiente. Em relação à coordenação executiva, analise as seguintes afirmativas:

I. A coordenação intragovernamental refere-se à colaboração e comunicação entre diferentes departamentos ou agências dentro de um mesmo nível de governo.

II. A coordenação intergovernamental implica na colaboração apenas entre governos nacionais.

Prof. Rodrigo Rennó

337

(INÉDITA)

III. A coordenação governo-sociedade é um processo que envolve apenas o governo e as empresas privadas.

IV. Mecanismos de rede são estruturas de colaboração que envolvem múltiplos atores ou organizações.

V. A fragmentação de ações governamentais pode levar à ineficiência e ao desperdício de recursos.

Prof. Rodrigo Rennó

338

(INÉDITA)

Qual das opções a seguir está correta?

- a) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

Prof. Rodrigo Rennó

339

OBRIGADO

Prof. Rodrigo Rennó

340

Parcerias Entre Governo e Sociedade

Tópico 4 Completo

Prof. Antonio Daud

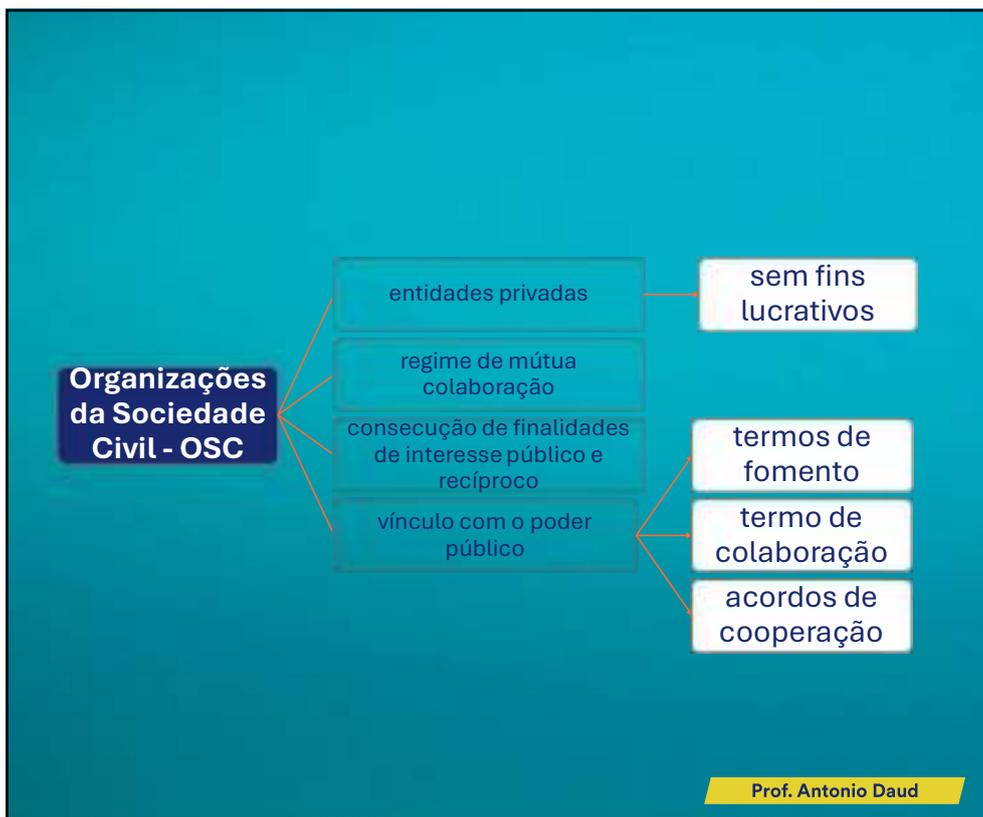
341



t.me/professordaud

Prof. Antonio Daud

342



343

FGV/TJ RR - 2024

Diogo estava estudando as questões atinentes à Administração direta e indireta, quando surgiu uma dúvida acerca do enquadramento das entidades do Terceiro Setor no âmbito da organização administrativa.

Ao aprofundar os seus conhecimentos, com vistas a responder a tal questionamento, Diogo verificou corretamente que as entidades do Terceiro Setor

A não integram a Administração direta nem a indireta, correspondendo ao mercado, de modo que devem ter finalidade lucrativa.

Prof. Antonio Daud

344

FGV/TJ RR - 2024

B integram a Administração direta, de modo que não possuem personalidade jurídica.

C integram a Administração indireta, juntamente com as sociedades de economia mista e empresas públicas.

D não integram a Administração direta nem a indireta, pois tem caráter privado, não podendo ser confundidas com as entidades administrativas.

E podem integrar a Administração direta ou indireta, a depender de sua personalidade jurídica, de direito público ou de direito privado, respectivamente.

Prof. Antonio Daud

345

Aposta #1 Instrumentos

Prof. Antonio Daud

346

FGV/TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO-RR- 2025

O Estado de Roraima pretende implementar política de monitoramento de secas e focos de incêndio no exercício financeiro de 2025.

Para garantir a viabilidade e a economicidade do projeto, a administração estadual proporá a transferência de recursos públicos para firmar parceria com a organização da sociedade civil Alfa, especialista em técnicas de georreferenciamento por satélite ótico. Essa parceria vai permitir a obtenção de dados e

Prof. Antonio Daud

347

FGV/TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO-RR- 2025

informações suficientes para orientar o Poder Público na execução da política de monitoramento, permitindo a sua atuação tempestiva nos casos de incêndio, com benefício real para a população diretamente afetada.

Em paralelo, a organização da sociedade civil Beta pretende acessar, em tempo real, os dados de georreferenciamento obtidos pelo Estado de Roraima na parceria supramencionada.

Prof. Antonio Daud

348

FGV/TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO-RR- 2025

O objetivo é realizar o monitoramento das queimadas e estabelecer parâmetros e comportamentos que possam identificar a potencial origem criminosa de tais queimadas, permitindo a futura propositura de políticas de segurança pública baseadas em dados. Para isso, pretende firmar parceria com o Estado de Roraima, sem transferência de recursos públicos.

Prof. Antonio Daud

349

FGV/TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO-RR- 2025

Considerando as disposições da Lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, os instrumentos jurídicos adequados a serem firmados pelo Estado de Roraima com as organizações Alfa e Beta são, respectivamente,

Prof. Antonio Daud

350

FGV/TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO-RR- 2025

- (A) o termo de transferência e o termo de colaboração.
- (B) o termo de fomento e o termo de colaboração.
- (C) o termo de colaboração e o acordo de cooperação
- (D) o termo de ajustamento de gestão (TAG) e o termo de fomento.
- (E) o termo de ajustamento de conduta (TAC) e o acordo de cooperação.

Prof. Antonio Daud

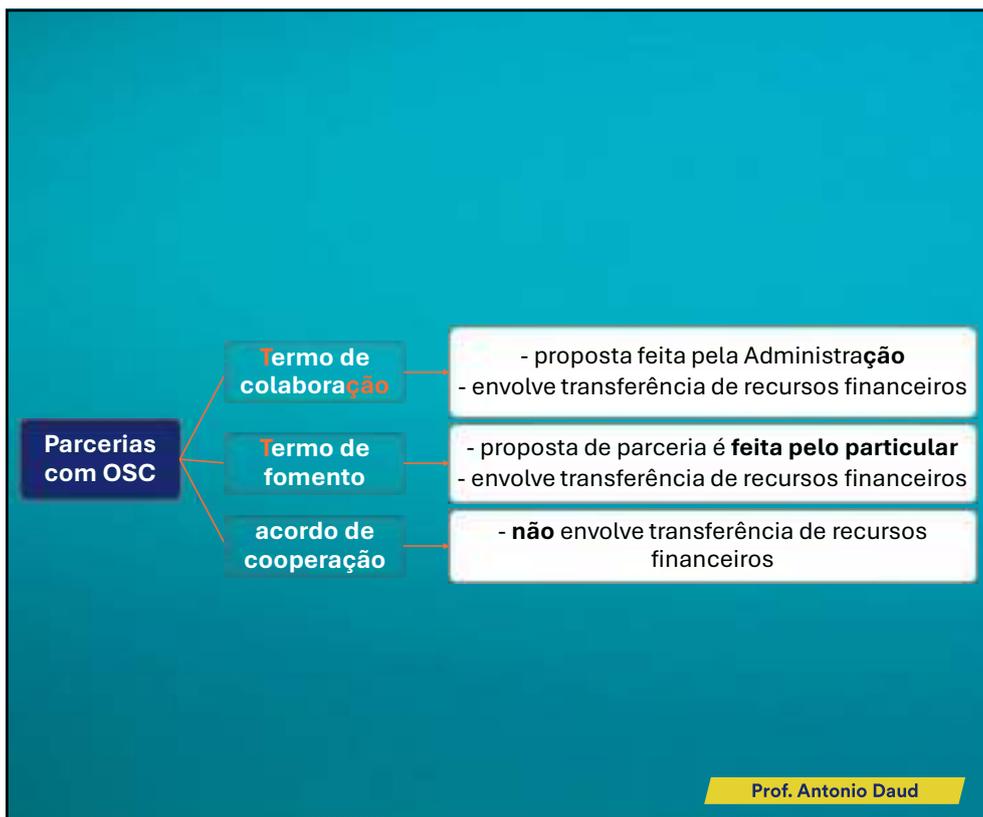
351

Instrumentos de parceria com OSC



Prof. Antonio Daud

352



353

MROSC: noções gerais

Lei 13.019/2014 **NÃO SE APLICA** a transferências de recursos a:

- Organizações Sociais – OS
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP
- Serviços Sociais Autônomos
- Homologadas pelo CN ou autorizadas pelo Senado (tratados internacionais)
- Convênios com entidades filantrópicas

Prof. Antonio Daud

354

MROSC: noções gerais

- ❑ Termos de compromisso cultural (Lei 13.018/2014 - Política Nacional de Cultura Viva)
- ❑ Anuidades a organismos internacionais por diversas autoridades
- ❑ Programas específicas da área educacional (complementação de estudo a PcD e PDDE)

Prof. Antonio Daud

355

APOSTA #2: QUEM PODE SER OSC

Prof. Antonio Daud

356

Quem pode ser OSC? (art. 2º)

Quem pode ser OSC?

entidade privada
SEM fins lucrativos

- não distribua lucros ou sobras, nem com empregados
- aplique as sobras integralmente nas suas atividades

cooperativas

em atividades específicas (combate à pobreza, geração de trabalho, fomento de atividades rurais, etc)

organizações
religiosas

que se dediquem a atividades/projetos distintas daquelas de fins exclusivamente religiosos

Prof. Antonio Daud

357

FCC/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-CE - 2024

São elegíveis para a celebração de instrumentos de parcerias regidos pela Lei 13.019/2014:

(A) entidades privadas que não gerem resultados lucrativos, excluída apuração e distribuição de lucros entre os empregados da pessoa jurídica

(B) organizações religiosas cujo escopo institucional inclua atividades de cunho social e de interesse público

(C) organizações da sociedade civil religiosas que se dediquem a projetos e iniciativas de natureza social e assistencial distintos das finalidades religiosas.

Prof. Antonio Daud

358

FCC/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-CE - 2024

(D) cooperativas de qualquer natureza, com capital social inferior a R\$ 100.000,00, em razão da relevância dessa pessoa jurídica na sociedade

(E) entidades privadas que não distribuam lucros, dividendos ou parcelas de seu patrimônio entre seus diretores e sócios, admitida, apenas, essa repartição em favor dos empregados permanentes

Prof. Antonio Daud

359

APOSTA #3 REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

Prof. Antonio Daud

360

Outros requisitos para celebração de parcerias

Requisitos da parceria

objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social (EPSFL)

Em caso de dissolução

o patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa de igual natureza e cujo objeto seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta

Escrituração contábil (EPSFL)

Estrutura compatível e experiência prévia

Prof. Antonio Daud

361

Celebração da parceria - requisitos (art. 31)

Esfera de celebração da parceria	Tempo de existência da OSC
Municípios	1 ano
Estados e DF	2 anos
União	3 anos

Prof. Antonio Daud

362

APOSTA #4

OSCs IMPEDIDAS DE CELEBRAR PARCERIAS

Prof. Antonio Daud

363

Quem NÃO pode celebrar parceria (arts. 39-41)

- OSC que não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
- OSC **omissa no dever de prestar contas** de parceria anteriormente celebrada;
- OSC que tenha como dirigente:
 - **membro de Poder ou do Ministério Público**
 - **dirigente de órgão/entidade** da mesma esfera governamental que celebraria o Termo

Prof. Antonio Daud

364

Quem NÃO pode celebrar parceria (arts. 39-41)

- estendendo-se aos cônjuges/companheiros e parentes até o 2º grau (em linha reta, colateral ou por afinidade);

- ❑ OSC que teve as **contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 anos**, exceto se sanada a irregularidade, quitados os débitos, for reconsiderada ou revista a rejeição, ou a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

Prof. Antonio Daud

365

Quem NÃO pode celebrar parceria (arts. 39-41)

- ❑ OSC que tenha sido punida com suspensões de participação em licitação/chamamento, impedimento de celebrar contratos/parcerias ou com declaração de inidoneidade (enquanto durar a punição);

- ❑ OSC que teve **contas de parceria julgadas irregulares** ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 anos;

Prof. Antonio Daud

366

Quem NÃO pode celebrar parceria (arts. 39-41)

OCS que tenha entre seus dirigentes pessoa:

- com **contas relativas a parcerias julgadas irregulares** ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, **nos últimos 8 anos**;
- inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança** (enquanto durar a inabilitação);

Prof. Antonio Daud

367

Quem NÃO pode celebrar parceria (arts. 39-41)

- considerada responsável por ato de improbidade**, enquanto durarem os prazos das sanções da LIA.

Prof. Antonio Daud

368

Outra vedação à celebração de parceria

Art. 40. É vedada a celebração de parcerias previstas nesta Lei que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, **delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.**

Prof. Antonio Daud

369

APOSTA #5 CHAMAMENTO PÚBLICO

Prof. Antonio Daud

370

Chamamento Público (art. 24)



Prof. Antonio Daud

371

Chamamento Público (art. 24)



Prof. Antonio Daud

372

Art. 29. Os **termos de colaboração** ou de **fomento** que envolvam recursos decorrentes de **emendas parlamentares** às leis orçamentárias anuais e (..)

Prof. Antonio Daud

373

Art. 30. A administração pública poderá **dispensar a realização do chamamento público**:

I - no caso de **urgência** decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias;

II - nos casos de **guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social**;

Prof. Antonio Daud

374

III - quando se tratar da realização de **programa de proteção a pessoas ameaçadas** ou em **situação que possa comprometer a sua segurança**;

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de **educação, saúde e assistência social**, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Prof. Antonio Daud

375

Chamamento Público (art. 24)

Publicação
do edital

Julgamento e
classificação

Habilitação

Homologação

Publicação
do
resultado

Prof. Antonio Daud

376

APOSTA #6

PLANO DE TRABALHO

Prof. Antonio Daud

377

Plano de Trabalho

- Obrigatório para os Termos (\$\$)
- Parte integrante e indissociável do instrumento celebrado
 - É um anexo do instrumento de parceria.
- Pode ser alterado: via termo aditivo ou apostilamento

Prof. Antonio Daud

378

Plano de Trabalho: termos de colaboração e termos de fomento (art. 22)

Plano de Trabalho

descrição da **realidade** que será objeto da parceria

atividades ou **projetos** a serem executados

metas a serem atingidas

receitas e de **despesas** previstas

forma de execução das atividades

forma de cumprimento das metas

parâmetros para a **aferição do cumprimento** das metas

demonstrado o **nexo** entre essa realidade e as atividades/projetos

Prof. Antonio Daud

379

FGV/MPU - 2025

(..).

No que tange ao regime jurídico dessas parcerias, estabelecido pela Lei 13.019/2014 e suas alterações, é correto afirmar que:

(A) o termo de fomento deve ser adotado pela Administração Pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros

Prof. Antonio Daud

380

FGV/MPU - 2025

(B) o plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração deve prever as receitas e as despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria.

(C) o termo de colaboração deve ser adotado pela Administração Pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros

Prof. Antonio Daud

381

FGV/MPU - 2025

(D) o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme as políticas setoriais, é vedado no ato de convocação do chamamento público

(E) os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados mediante chamamento público

Prof. Antonio Daud

382

APOSTA #7

APLICAÇÃO DE RECURSOS

Prof. Antonio Daud

383

Aplicação de recursos pela OSC

- Não precisam **realizar licitação** p/ contratar terceiros
- STF: procedimentos objetivos de contratação e seguir deveres de transparência e rastreabilidade (na execução de emendas parlamentares)

Prof. Antonio Daud

384

Aplicação de recursos pela OSC

- ❑ OSC estão proibidas de (art. 45):
 - utilizar recursos para **finalidade alheia** ao objeto da parceria
 - **pagar servidor ou empregado público** com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias

Prof. Antonio Daud

385

Aplicação de recursos pela OSC

- ❑ recursos públicos recebidos pela OSC (art. 51):
 - depositados em **conta corrente específica**
 - conta isenta de tarifa bancária
 - rendimentos financeiros dos depósitos ativos: aplicados no próprio objeto da parceria

Prof. Antonio Daud

386

Aplicação de recursos pela OSC

- ❑ movimentação de recursos/pagamentos (art. 53):
 - **transferência eletrônica** sujeita à **identificação do beneficiário final** e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária;
 - pagamento em espécie é exceção: somente quando houver impossibilidade física de transferência bancária

Prof. Antonio Daud

387

Aplicação de recursos pela OSC

- ❑ caso a OSC deixe de pagar encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução da parceria, a **Administração Pública não se responsabiliza** pelos pagamentos (art. 42, XX).
- ❑ a Administração **não responde por** ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução

Prof. Antonio Daud

388

APOSTA #8

TRANSPARÊNCIA

Prof. Antonio Daud

389

Lei 13.019/2014, Art. 10. A **administração pública** deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a **relação das parcerias celebradas** e dos respectivos **planos de trabalho**, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento.

Lei 13.019/2014, Art. 11. A **organização da sociedade civil** deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações **todas as parcerias celebradas** com a administração pública.

Prof. Antonio Daud

390

STF/ADPF 854, 1. A execução de recursos oriundos de emendas parlamentares exige o cumprimento dos pressupostos constitucionais da **transparência** e da **rastreabilidade** (163-A da CF).

Prof. Antonio Daud

391

Lei 13.019/2014, art. 11, Parágrafo único. As informações de que tratam este artigo e o art. 10 deverão incluir, no mínimo:

I - **data de assinatura** e identificação do **instrumento de parceria** e do **órgão da administração pública** responsável;

II - **nome da organização** da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - **CNPJ** da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III - descrição do **objeto da parceria**;

IV - **valor** total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

Prof. Antonio Daud

392

V - **situação da prestação de contas** da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo.

VI - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total **da remuneração da equipe de trabalho**, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

Prof. Antonio Daud

393

OBRIGADO

Prof. Antonio Daud

394

Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais

Tópicos 6 Completo

Prof. Ricardo Campanário

395

BLOCO 5 - EIXO TEMÁTICO 2 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA: RISCOS, INOVAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, COORDENAÇÃO E PATRIMÔNIO

6 Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais. 6.1 Conceituação de Material e Patrimônio. 6.2 O Patrimônio das empresas e órgãos públicos. 6.3 Gestão de cadeia de suprimentos. 6.4 Logística reversa. 6.5 Logística e transformação digital



Prof. Ricardo Campanário

396

ADM. MATERIAIS E PATRIMÔNIO RESUMO

Prof. Ricardo Campanário

397

Atribuições da área de Materiais

O famoso tripé: compras, estoques e distribuição

- ❑ Note que, como sempre, em administração de materiais estamos falando na busca da eficiência por meio da otimização de todos os processos e da redução de custos.

APOSTA 01

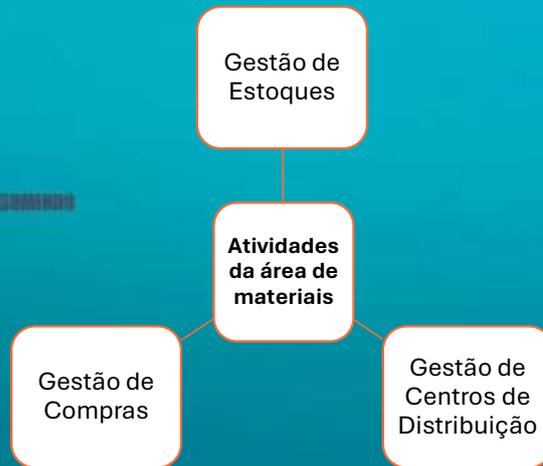
Prof. Ricardo Campanário

398

Atribuições da área de Materiais



APOSTA 01

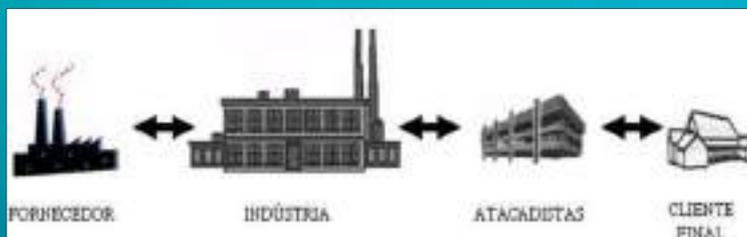


Prof. Ricardo Campanário

399

Cadeia Produtiva ou de Valor

Compra, transformação e distribuição



Prof. Ricardo Campanário

400

Cadeia Produtiva ou de Valor

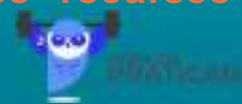
- ❑ Para que todo esse **ciclo funcione** - lembre-se da definição de Idalberto Chiavenato que vimos em exercício anterior - os **materiais devem ser adquiridos e disponibilizados** no **momento certo**, na **quantidade necessária** e no **local onde serão utilizados**, tudo isso com o **menor custo**. Lembre-se que, neste processo, estamos sempre buscando a **maior eficiência possível**.
- ❑ Importante lembrar também que é muito comum, ao falarmos de gestão de materiais, nos referirmos ao setor **secundário**, ou seja, a **indústria de transformação**.

Prof. Ricardo Campanário

401

Questão Comentada

(FGV/ALE-TO/Analista Legislativo/2024) A Administração de Recursos Materiais foca na gestão eficiente dos recursos físicos, como materiais, estoques, equipamentos e instalações. Uma administração eficaz desses recursos promove eficiência operacional, reduzindo desperdícios e garantindo a satisfação dos clientes. Assinale a opção que indica o início da sequência de operações da administração dos recursos materiais.



Prof. Ricardo Campanário

402

Questão Comentada

- A) Transporte interno do bem.
- B) Identificação do fornecedor.
- C) Compra do bem.
- D) Recebimento do bem.
- E) Acondicionamento do bem.



Prof. Ricardo Campanário

403

Questão Comentada

- A) Transporte interno do bem.
- B) Identificação do fornecedor.
- C) Compra do bem.
- D) Recebimento do bem.
- E) Acondicionamento do bem.

GABARITO - B



Prof. Ricardo Campanário

404

Recursos Patrimoniais

Principais conceitos e definições

- Ao invés de termos a transformação do material e expedição do produto acabado, temos na administração patrimonial as etapas de **conservação, manutenção** e, dependendo do caso, a **alienação** do bem patrimonial ao final de sua vida útil.

APOSTA 02

Prof. Ricardo Campanário

405

Recursos Patrimoniais

Principais conceitos e definições



Perceba, porém, que, em essência, a maior diferença entre elas é que a administração de **materiais** trata de materiais (caráter **não permanente**) enquanto a **patrimonial** trata de bens (caráter **permanente**).

APOSTA 02

Prof. Ricardo Campanário

406

Recursos Patrimoniais

- ❑ Segundo Martins e Alt, **patrimônio** é o "conjunto de bens, valores, direitos e obrigações de uma pessoa física ou jurídica que possa ser avaliado monetariamente e que seja utilizado na realização de seus objetivos sociais".
- ❑ Dessa forma, a **administração de patrimônio** está relacionada com a **gestão dos direitos e obrigações da organização**.

APOSTA 02

Prof. Ricardo Campanário

407

Questão Comentada

(FGV/Câmara dos Deputados/Analista Legislativo Mat. & Pat./2023) Os bens são frequentemente considerados "recursos", porque podem gerar produtos e serviços e, conseqüentemente, criar riqueza. A disciplina que lida com a preservação, manutenção ou alienação de um bem, é a Administração de Recursos

- (A) Humanos.
- (B) Patrimoniais.
- (C) Tecnológicos.
- (D) de Capital.
- (E) Materiais.



Prof. Ricardo Campanário

408

Questão Comentada

- (A) Humanos.
- (B) Patrimoniais.
- (C) Tecnológicos.
- (D) de Capital.
- (E) Materiais.

GABARITO - B



Prof. Ricardo Campanário

409

Ativo Imobilizado

Permanente, empregado na Operação e não à venda!

- Entende-se como **ativo imobilizado** todo ativo de natureza **relativamente permanente**, que é normalmente **mantido na empresa** para a **utilização na produção** de mercadorias ou prestação de serviços.
- Dessa forma devemos buscar sempre **três características** chave, que devem coexistir, para que um ativo possa ser classificado como fixo ou **imobilizado**:

Prof. Ricardo Campanário

410

Ativo Imobilizado

Permanente, empregado na Operação e não à venda!

- ✓ Ter natureza relativamente permanente.
- ✓ Ser utilizado na operação do negócio.
- ✓ Não ser destinado a venda.



Prof. Ricardo Campanário

411

Controle Patrimonial

Principais aspectos levados em conta

- Já vimos que o **controle** dos bens tem início no momento de sua aquisição, porém **continua** acontecendo **ao longo das demais etapas** da gestão patrimonial como no que diz respeito às suas **movimentações** nas modalidades transferência e cessão, decisões de **baixa e alienação** e nas demais ações de administração e manutenção dos bens patrimoniais.

Prof. Ricardo Campanário

412

Controle Patrimonial

Principais aspectos levados em conta

- ❑ O foco do **controle interno** está no acompanhamento e registro das **adições** e das **retiradas**.
- ❑ Para a execução de um controle apropriado e efetivo, devem existir **instruções escritas** sobre a política que governa a **distribuição dos custos** atribuídos às contas do ativo imobilizado e às de **manutenção e reparo**.

Prof. Ricardo Campanário

413

Controle Patrimonial

Principais aspectos levados em conta

- ✓ as classes e unidades de bens.
- ✓ os custos a serem incluídos.
- ✓ as importâncias mínimas a serem capitalizadas.
- ✓ os métodos de depreciação e retirada.

Prof. Ricardo Campanário

414

Incorporação e Tombamento

A porta de entrada do controle de bens

- ❑ Tão logo a organização adquiere um bem permanente, ele deve ser registrado em um sistema que controla todo o seu patrimônio.
- ❑ No **tombamento** o bem é **registrado** assim que entra fisicamente na organização. Seus **dados são lançados** no sistema de controle assim como os respectivos **termos de responsabilidade** sobre o bem são assinados e arquivados.

Prof. Ricardo Campanário

415

Incorporação e Tombamento

A porta de entrada do controle de bens

- ❑ A **atividade característica** do tombamento é a chamada codificação. Neste processo é atribuído um **código** ao bem que, sempre que possível, é fisicamente afixado no bem para sua futura identificação por meio do uso de uma placa.

Prof. Ricardo Campanário

416

Incorporação e Tombamento

A porta de entrada do controle de bens

- ❑ Ainda em relação ao **tombamento**, há uma classificação que você precisa conhecer para a prova. Os bens móveis podem ser classificados em **controlados e relacionados**

Prof. Ricardo Campanário

417

Incorporação e Tombamento

A porta de entrada do controle de bens

- ✓ **Controlados:** sujeitos ao tombamento e a controle mais **rigoroso** de uso e responsabilidade por guarda e conservação.
- ✓ **Relacionados:** dispensam o tombamento em função do baixo valor, sendo controlados de modo **simplificado**.

Prof. Ricardo Campanário

418

Baixa e Alienação

A exclusão do bem patrimonial

❑ O momento da exclusão de um bem patrimonial da instituição é o que costumamos chamar de **baixa**. A **baixa** pode ocorrer por alienação (venda, permuta ou doação) ou por outros motivos como perda, roubo, extravio, etc.

❑ A **alienação (venda, permuta ou doação)** é regulamentada novamente pelo Decreto 9.373/2018 que remete o procedimento a legislação aplicável as licitações, veja abaixo:

Prof. Ricardo Campanário

419

Baixa e Alienação

A exclusão do bem patrimonial

❑ **Art. 7º** Os bens móveis inservíveis cujo reaproveitamento seja considerado inconveniente ou inoportuno serão alienados em conformidade com a legislação aplicável às licitações e aos contratos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, indispensável a avaliação prévia.

Prof. Ricardo Campanário

420

Depreciação

Perda de valor contábil ao longo da utilização do bem

❑ A perda de valor que um bem patrimonial vai apresentando ao longo dos anos é conhecida por **depreciação**. Tecnicamente e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada da Secretaria do Tesouro Nacional, depreciação é a:

❑ Alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil.

APOSTA 03



Prof. Ricardo Campanário

421

Depreciação

Perda de valor contábil ao longo da utilização do bem

❑ **Valor Residual:** valor estimado que a entidade obteria com a **venda do ativo**, caso o ativo já tivesse a idade, a condição esperada e o tempo de uso esperados para o **fim de sua vida útil**.

APOSTA 03



Prof. Ricardo Campanário

422

Questão Comentada

(FGV/TRT24ªREG-MS/Analista Judiciário/2025)

A gestão patrimonial envolve o controle, a preservação e a valorização dos bens e ativos de uma organização, visando maximizar sua utilização e garantir a eficiência econômica ao longo do tempo. Assinale a opção que apresenta corretamente o conceito de redução do valor de bens tangíveis, cujas causas incluem desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência, começando a partir do momento em que o item do ativo se torna disponível para uso.

Prof. Ricardo Campanário

423

Questão Comentada

- a) Alienação
- b) Tombamento
- c) Amortização
- d) Exaustão
- e) Depreciação

Prof. Ricardo Campanário

424

Questão Comentada

- a) Alienação
- b) Tombamento
- c) Amortização
- d) Exaustão
- e) Depreciação

GABARITO - E

Prof. Ricardo Campanário

425

Questão Comentada

(FGV/EBSERH/Gestão/2025) Considere que um tomógrafo computadorizado de última geração seja adquirido por um hospital especializado em tratamentos de câncer. Sua aquisição foi feita de uma fabricante americana, tendo sido avaliado em R\$2.300.000,00 com vida útil estimada em 20 anos e um valor residual de R\$230.000,00. Com base nesses dados, o valor contábil do equipamento ao final de 11 anos de uso será:



Prof. Ricardo Campanário

426

Questão Comentada

- a) R\$ 770.000,00
- b) R\$ 1.035.000,00
- c) R\$ 1.161.500,00
- d) R\$ 1.680.500,00
- e) R\$ 2.070.000,00

Passo 1 - $\$2.300.000,00 - \$230.000 = \$2.070.000$

Passo 2 - $\$2.070.000/20 = \103.500

Passo 3 - $\$103.500 \times 11 = \$1.138.500$

Passo 4 - $\$2.300.000 - \$1.138.500 = \$1.161.500$



Prof. Ricardo Campanário

427

Questão Comentada

- a) R\$ 770.000,00
- b) R\$ 1.035.000,00
- c) R\$ 1.161.500,00
- d) R\$ 1.680.500,00
- e) R\$ 2.070.000,00

GABARITO - C



Prof. Ricardo Campanário

428

COMPRAS + ESTOQUES + ARMAZENAMENTO RESUMO

Prof. Ricardo Campanário

429

Tipos de Classificação

Aplicação em Resumo



APOSTA 04



Prof. Ricardo Campanário

430

Questão Comentada

(FGV/TRT 24ª REG-MS/Analista Judiciário-Administração/2025) A classificação sistemática de materiais no âmbito da Gestão de Materiais e Patrimônio garante a organização, otimiza o controle e facilita a tomada de decisões estratégicas para o uso adequado de recursos. Assinale a opção que apresenta corretamente os materiais que estão sendo processados ao longo das diversas seções que compõem o processo produtivo.



Prof. Ricardo Campanário

431

Questão Comentada

- (A) Matérias-primas.
- (B) Materiais em vias.
- (C) Produtos acabados.
- (D) Materiais componentes.
- (E) Materiais semiacabados.



Prof. Ricardo Campanário

432

Questão Comentada

- (A) Matérias-primas.
- (B) Materiais em vias.
- (C) Produtos acabados.
- (D) Materiais componentes.
- (E) Materiais semiacabados.

GABARITO - B



Prof. Ricardo Campanário

433

Tipos de Classificação

Valor de Consumo ou Método ABC

- A classificação com base no método ABC segmenta os itens que trazem muito ou pouco impacto para a organização em relação ao seu processo produtivo. Permite que o administrador de materiais foque seus esforços em número reduzido de itens que são os mais importantes para a organização.



Prof. Ricardo Campanário

434

Tipos de Classificação

Valor de Consumo ou Método ABC

- Esse princípio da concentração da importância em setores que acolhem poucos itens (ou cidadãos ou qualquer outra unidade a ser considerada) forma a base do Princípio de Pareto e foi adaptado ao processo de controle de estoques, batizado como Curva ABC.



Prof. Ricardo Campanário

435

Tipos de Classificação

Valor de Consumo ou Método ABC

- Note na figura abaixo que, de acordo com o **Princípio de Pareto**, **80% do valor** dos estoques e de todo o esforço empregado ao longo da cadeia (eixo Y) está **concentrado** em apenas cerca de **20% dos itens** (eixo X), formando a área A no gráfico.



Prof. Ricardo Campanário

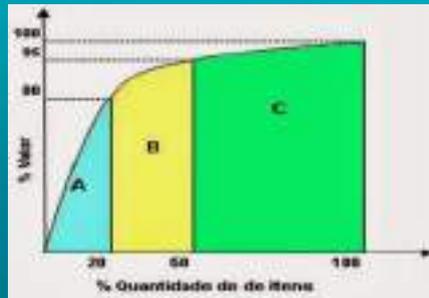
436

Tipos de Classificação

Valor de Consumo ou Método ABC



Classe dos Materiais	% em Número de Itens (eixo x)	% em Importância (eixo y)
A	20%	80%
B	30%	15%
C	50%	5%



Prof. Ricardo Campanário

437

Tipos de Classificação

Importância Operacional ou XYZ

- Note que aqui não estamos mais falando de valores mas sim da importância do material para o processo produtivo da empresa, ou seja, sem o material crítico, a **produção ou a operação da empresa, para!**

Prof. Ricardo Campanário

438

Tipos de Classificação

Importância Operacional ou XYZ

- ❑ São geralmente materiais vitais para equipamentos produtivos, que servem de reposição para um equipamento ou grupo de equipamentos e que devem permanecer estocados até a sua utilização, compensando o prejuízo potencialmente gerado pela sua falta.
- ❑ Veja abaixo as classificações adotadas quanto a esse quesito:

Prof. Ricardo Campanário

439

Tipos de Classificação

Importância Operacional ou XYZ

- ✓ **Classe X** - Materiais de aplicação não importante. Criticidade **baixa**. Falta não acarreta paralisação do processo. Podem ser facilmente adquiridos ou substituídos por materiais similares da própria organização.
- ✓ **Classe Y** - Criticidade **média**. São importantes para o processo porém podem ser substituídos por outros com relativa facilidade, mesmo não possuindo similares na empresa.

Prof. Ricardo Campanário

440

Tipos de Classificação

Importância Operacional ou XYZ

✓ **Classe Z** - Criticidade **máxima**. Imprescindíveis ao processo e não podem ser substituídos por similares. Sua falta provoca a paralisação da produção e/ou fases operativas da organização.

Prof. Ricardo Campanário

441

Questão Comentada

(FGV/EBSERH/Assistente Administrativo/2025)
A necessidade de classificar os materiais utilizados por uma organização tornou essencial a elaboração de modelos que facilitassem esse processo. Com base nisso, o sistema de classificação XYZ é conhecido por classificar os materiais com base em

- a) Criticidade
- b) Perecibilidade
- c) Periculosidade
- d) Estocagem
- e) Tangibilidade



Prof. Ricardo Campanário

442

Questão Comentada

- a) Criticidade
- b) Percibilidade
- c) Periculosidade
- d) Estocagem
- e) Tangibilidade

GABARITO - A

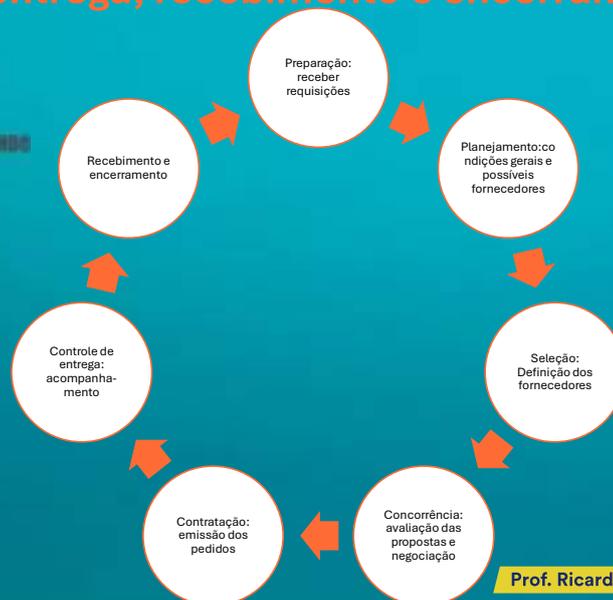


Prof. Ricardo Campanário

443

Ciclo de Compras

Inclui a entrega, recebimento e encerramento



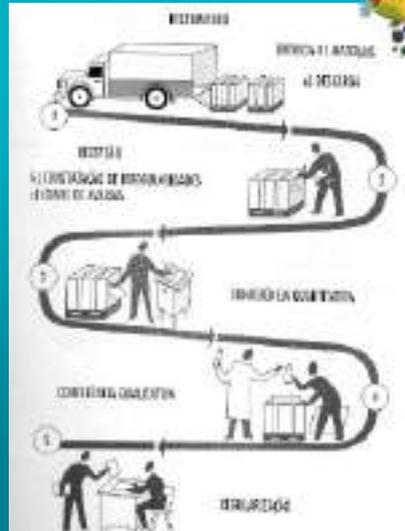
Prof. Ricardo Campanário

444

Recebimento

As 4 etapas

O **recebimento** contém basicamente as fases abaixo, sendo que comumente as fases 1 e 2 são encaradas como uma coisa só, a **entrada do material**. Além dela temos as **conferências quantitativa, qualitativa** e a **regularização**, compondo as tradicionais **4 fases** do recebimento



Prof. Ricardo Campanário

445

Estoques

Definições e conceitos mais importantes

☐ Para Viana (um dos autores mais lembrados por todas as bancas), Estoque pode ser definido como:

APOSTA 05

Materiais, mercadorias ou produtos **acumulados para utilização posterior**, de modo a permitir o **atendimento regular** das necessidades dos usuários para a **continuidade das atividades** da empresa, sendo o estoque gerado, consequentemente, pela **impossibilidade de prever-se a demanda** com exatidão.

Prof. Ricardo Campanário

446

Estoque

Definições e conceitos mais importantes

❑ Note na definição que o estoque só existe pois não há a possibilidade de prever com exatidão a demanda (consumo do material ao longo de toda a cadeia).

APOSTA 05

❑ Não só é difícil prever a demanda como a reposição também pode apresentar problemas, seja com o fornecedor ou qualquer outro obstáculo, aumentando ainda mais a necessidade da existência de estoques para permitir a manutenção da operação da organização.

Prof. Ricardo Campanário

447

Questão Comentada

(FGV/TRT 24ª REG-MS/Analista Judiciário/2025)
O estoque representa o conjunto de materiais disponíveis que a organização utiliza no processo de produção de seus produtos e serviços. Assinale a opção que apresenta, corretamente, um conceito da Administração de Materiais:



Prof. Ricardo Campanário

448

Questão Comentada

- a) A administração de estoques se preocupa apenas com o abastecimento adequado à produção, sem levar em consideração os aspectos financeiros relacionados à liquidez e lucro.
- b) Os estoques representam um grande investimento financeiro, mas são necessários para garantir o normal funcionamento do sistema produtivo e minimizar riscos de paralisações.
- c) A área de finanças não tem envolvimento na administração de estoques, pois a gestão de materiais é uma atividade exclusivamente operacional.
- d) Os estoques são desnecessários para a produção, já que o fluxo contínuo de materiais elimina a necessidade de acumulação.
- e) A administração de estoques foca exclusivamente no controle físico dos materiais, sem interação com as demais áreas da empresa.



Prof. Ricardo Campanário

449

Questão Comentada

- a) A administração de estoques se preocupa apenas com o abastecimento adequado à produção, sem levar em consideração os aspectos financeiros relacionados à liquidez e lucro.
- b) Os estoques representam um grande investimento financeiro, mas são necessários para garantir o normal funcionamento do sistema produtivo e minimizar riscos de paralisações.
- c) A área de finanças não tem envolvimento na administração de estoques, pois a gestão de materiais é uma atividade exclusivamente operacional.
- d) Os estoques são desnecessários para a produção, já que o fluxo contínuo de materiais elimina a necessidade de acumulação.
- e) A administração de estoques foca exclusivamente no controle físico dos materiais, sem interação com as demais áreas da empresa.

GABARITO - B



Prof. Ricardo Campanário

450

Tipos de Estoques

Começando pelo Estoque de Segurança



- ✓ **ESTOQUE DE SEGURANÇA (OU MÍNIMO):** Quantidade mínima possível capaz de suportar um tempo de ressuprimento (ou tempo de reposição) superior ao programado ou um consumo desproporcional. Ligado ao Nível de Atendimento.
- ✓ **ESTOQUE REAL (ER):** É a quantidade de material existente em estoque no almoxarifado da empresa.

Prof. Ricardo Campanário

451

Tipos de Estoques

Começando pelo Estoque de Segurança



- ✓ **ESTOQUE VIRTUAL (EV):** É o estoque real acrescido das quantidades de encomendas em andamento, sejam os fornecimentos em atraso, os dentro do prazo mas ainda não entregues e os entregues porém ainda em inspeção.

Prof. Ricardo Campanário

452

Tipos de Estoques

Começando pelo Estoque de Segurança



- ✓ **ESTOQUE DE ANTECIPAÇÃO:** São criados antecipando-se uma demanda futura como, por exemplo, uma época de pico de vendas (sazonalidade), um programa de promoções, férias coletivas ou ameaça de greve, etc.
- ✓ **ESTOQUE DE TAMANHO DO LOTE:** Composto por itens comprados ou fabricados em quantidades maiores que o necessário.

Prof. Ricardo Campanário

453

Tipos de Estoques

Começando pelo Estoque de Segurança



- ✓ **ESTOQUE DE TRANSPORTE:** Existem pela necessidade de se transportar itens de um local ao outro, por exemplo, da fábrica ao centro de distribuição ou mesmo a um cliente.
- ✓ **ESTOQUE HEDGE:** Envolve produtos que possam sofrer bruscas variações de preço de acordo com a oferta e demanda mundiais.

Prof. Ricardo Campanário

454

Sistemas de Reposição de Estoque

Reposição Contínua e Periódica

- ❑ A principal característica do sistema de reposição contínua é que o estoque é repostado quando um nível pré-determinado de estoque é atingido. É um sistema de gatilho que dispara ao se chegar a um mínimo estipulado. Ele ainda se divide em dois métodos: sistema de "duas gavetas" e de máximos e mínimos.

APOSTA 06

Prof. Ricardo Campanário

455

Sistemas de Reposição de Estoque

Reposição Contínua e Periódica

- ✓ Sistema de "duas gavetas" ou de reposição por quantidade: pode ser considerado o sistema mais simples de reposição de estoques e, por isso, é recomendado para os itens da Classe C.
- ✓ Sistema de máximos e mínimos (também chamado de sistema de quantidades fixas): nessa metodologia o sistema de reposição é automático.

APOSTA 06

Prof. Ricardo Campanário

456

Sistemas de Reposição de Estoque

Reposição Contínua e Periódica

No sistema de revisão periódica teoricamente não há preocupação com o estoque mínimo para a definição do momento da compra e por isso ele também é conhecido como sistema de estoque máximo. Nesse sistema o material é repostado periodicamente em ciclos iguais de tempos e na quantidade que será demandada no período seguinte.

APOSTA 06

Prof. Ricardo Campanário

457

Questão Comentada

(FGV/ALE-TO/Analista Legislativo/2024) A Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais engloba desde a compra de matérias-primas e equipamentos até a obtenção de instalações e propriedades. O processo envolve várias etapas, como identificação de necessidades, pesquisa de fornecedores, negociação, compra e registro dos bens adquiridos. Assinale a opção que apresenta a forma de solicitação de compras que emite um novo pedido de compra para um certo item de estoque após um tempo predeterminado.



Prof. Ricardo Campanário

458

Questão Comentada

- (A) Reposição Periódica.
- (B) Caixeiro-Viajante.
- (C) Contrato de Fornecimento.
- (D) Reposição Contínua.
- (E) Acordo de Abastecimento.



Prof. Ricardo Campanário

459

Questão Comentada

- (A) Reposição Periódica.
- (B) Caixeiro-Viajante.
- (C) Contrato de Fornecimento.
- (D) Reposição Contínua.
- (E) Acordo de Abastecimento.

GABARITO - A



Prof. Ricardo Campanário

460

Inventários

Instrumento de controle para a verificação de saldos

- ❑ Os inventários ocorrem sempre que é necessário contar os itens de um almoxarifado. Com a realização do inventário é possível ter certeza que os sistemas em uso na empresa, inclusive o contábil, está refletindo a realidade do estoque físico.

APOSTA 07

Prof. Ricardo Campanário

461

Inventários

Instrumento de controle para a verificação de saldos

- ❑ Ao longo do inventário os itens são checados e contados fisicamente para que se possa quantificar o estoque como um todo. Feito isso, os resultados são comparados aos registros contábeis, para verificar sua acuracidade e proceder com eventuais ajustes necessários.

APOSTA 07

Prof. Ricardo Campanário

462

Inventários

Instrumento de controle para a verificação de saldos

- ✓ Anual ou Geral (chamado também de balanço geral): processo longo, geralmente efetuado uma vez ao ano e no qual todos os itens são contados de uma única vez. Em seguida são efetuadas as comparações com os sistemas gerenciais e contábeis da organização.

APOSTA 07

Prof. Ricardo Campanário

463

Inventários

Instrumento de controle para a verificação de saldos

- ✓ Rotativo ou Cíclico: nesta modalidade alguns itens (os mais significativos, que representam os maiores valores de estoque e são estratégicos e imprescindíveis para a produção) são inventariados mais de uma vez por ano ou sempre que necessário. Não exigem a completa paralização da área inventariada.

APOSTA 07

Prof. Ricardo Campanário

464

Questão Comentada

(FGV/TRT 24ª REG-MS/Analista Judiciário-Administração/2025) O controle e o inventário de bens patrimoniais na Administração Pública buscam garantir a adequada gestão, a rastreabilidade e a conservação dos ativos públicos, promovendo transparência, responsabilidade e eficiência no uso dos recursos. Sobre o inventário físico de materiais, assinale a afirmativa correta.



Prof. Ricardo Campanário

465

Questão Comentada

- (A) O inventário físico é um procedimento interno facultativo, sem implicações fiscais ou contábeis.
- (B) O principal objetivo do inventário físico é eliminar os controles contábeis, substituindo-os por registros manuais.
- (C) O inventário físico visa apenas ao controle da quantidade de itens no almoxarifado, sem considerar valores monetários.
- (D) O inventário físico não tem relação com o encerramento do exercício fiscal, sendo realizado apenas em caso de suspeita de perdas ou desvios.
- (E) O inventário físico permite verificar discrepâncias entre registros e estoques reais, atendendo às exigências fiscais e possibilitando a apuração do valor do estoque para fins contábeis.



Prof. Ricardo Campanário

466

Questão Comentada

- (A) O inventário físico é um procedimento interno facultativo, sem implicações fiscais ou contábeis.
- (B) O principal objetivo do inventário físico é eliminar os controles contábeis, substituindo-os por registros manuais.
- (C) O inventário físico visa apenas ao controle da quantidade de itens no almoxarifado, sem considerar valores monetários.
- (D) O inventário físico não tem relação com o encerramento do exercício fiscal, sendo realizado apenas em caso de suspeita de perdas ou desvios.
- (E) O inventário físico permite verificar discrepâncias entre registros e estoques reais, atendendo às exigências fiscais e possibilitando a apuração do valor do estoque para fins contábeis.

GABARITO - E

Prof. Ricardo Campanário

467

Indicadores de Estoque

Giro ou Rotatividade

- Indicadores de estoques são ferramentas gerenciais muito usadas e que permitem ao gestor controlar os volumes e as performances dos estoques.
- As mais conhecidas e cobradas em provas são o Giro de Estoques, a Cobertura de Estoques e o Estoque Médio. Veja a seguir:

Prof. Ricardo Campanário

468

Indicadores de Estoque

Giro ou Rotatividade

- ❑ O Giro de Estoque (ou Rotatividade) é uma relação existente entre o consumo anual e o estoque médio do produto. Pode ser calculado pela fórmula:

$$\text{Giro de Estoque} = \frac{\text{Consumido no Período (saídas)}}{\text{Estoque médio no período}}$$

- ❑ Mede quantas vezes, em um determinado período, o estoque da empresa foi movimentado ou removido, ou seja, quantas vezes ele "girou".

Prof. Ricardo Campanário

469

Indicadores de Estoque

Antigiro ou Cobertura

- ❑ Outro índice bastante útil para a análise de estoques é o Antigiro ou Taxa de Cobertura. Enquanto o Giro indica quantas vezes o estoque rodou no ano, o Antigiro indica quantos meses de consumo equivalem ao estoque real ou ao estoque médio. A taxa de cobertura pode ser calculada pela fórmula:

$$\text{Cobertura} = \frac{\text{Estoque Médio}}{\text{Consumo}}$$

Prof. Ricardo Campanário

470

Indicadores de Estoque

Antigiro ou Cobertura

- ❑ Por exemplo, um item tem estoque de 4000 unidades e é consumido a uma taxa de 800 unidades ao mês. Quantos meses o estoque cobre a taxa de consumo:

$$\text{Cobertura} = 4.000/800 \text{ ou } 5 \text{ meses}$$

Prof. Ricardo Campanário

471

Princípios de Estocagem

Carga Unitária

- ❑ A carga unitária ou unitização é um dos conceitos mais importantes para sua prova. Pode ser definida como:

Carga constituída de embalagens de transporte, arranjadas ou acondicionadas de modo que possibilite o seu manuseio, transporte e armazenagem por meios mecânicos, como uma unidade.

APOSTA 08

Prof. Ricardo Campanário

472

Princípios de Estocagem

Carga Unitária

- ☐ A unitização da carga permite a maximização da utilização dos equipamentos de transporte, paleteiras e empilhadeiras.



APOSTA 08

Prof. Ricardo Campanário

473

Questão Comentada

(FGV/TCE-RR/Técnico Administrativo/2025) A utilização dos pallets nos processos logísticos de carga, descarga e armazenamento pode trazer como consequência

- a) a eliminação da necessidade de estoques de matéria-prima.
- b) uma menor densidade de carga no armazenamento.
- c) um aumento da necessidade de mão de obra operacional.
- d) a prevenção de furtos e obsolescência de materiais.
- e) a otimização na utilização de espaços verticais.

Prof. Ricardo Campanário

474

Questão Comentada

(FGV/TCE-RR/Técnico Administrativo/2025) A utilização dos pallets nos processos logísticos de carga, descarga e armazenamento pode trazer como consequência

- a) a eliminação da necessidade de estoques de matéria-prima.
- b) uma menor densidade de carga no armazenamento.
- c) um aumento da necessidade de mão de obra operacional.
- d) a prevenção de furtos e obsolescência de materiais.
- e) a otimização na utilização de espaços verticais.

GABARITO - E

Prof. Ricardo Campanário

475

Layout

Os 4 tipos de arranjos físicos

- Os arranjos físicos de um layout podem ser de quatro tipos diferentes:

Posicional ou de posição fixa - as pessoas e materiais são arranjados, mas o produto não se move. Esse arranjo é norma em montagens de aviões, por exemplo.

APOSTA 09

Prof. Ricardo Campanário

476

Layout



Celular (ou tecnologia de grupo) - **agrupa em um mesmo local** os recursos necessários ao processamento de um determinado produto.

APOSTA 09

Por produto ou linear - funciona como uma **linha de produção**, em que os materiais e pessoas são arranjados em sequência, para produzir o bem ou o serviço.

Por processo ou funcional - os **processos semelhantes** são dispostos em proximidade, por especialidade.

477

Questão Comentada



(FGV/EBSERH/Gestão/2025) Em uma sala de cirurgia, a organização dos equipamentos móveis e a disposição dos profissionais devem ser cuidadosamente planejadas para otimizar o fluxo de trabalho e garantir a eficiência do procedimento. Para cirurgias de grande porte, que exigem uma equipe multidisciplinar composta por cirurgião, anestesista e enfermeiros, além de equipamentos de monitoração distribuídos ao redor da mesa cirúrgica onde o paciente está disposto, o arranjo físico mais adequado é o do tipo:

Prof. Ricardo Campanário

478

Questão Comentada



- a) Celular
- b) Por processo
- c) Por produto
- d) Posicional
- e) Funcional

Prof. Ricardo Campanário

479

Questão Comentada



- a) Celular
- b) Por processo
- c) Por produto
- d) Posicional
- e) Funcional

GABARITO - D

Posicional ou de posição fixa - as pessoas e materiais são arranjados, mas o **produto não se move**. Esse arranjo é norma em montagens de aviões, por exemplo.

Celular (ou tecnologia de grupo) - **agrupa em um mesmo local** os recursos necessários ao processamento de um determinado produto.

Por produto ou linear - funciona como uma **linha de produção**, em que os materiais e pessoas são arranjados em sequência, para produzir o bem ou o serviço.

Por processo ou funcional - os **processos semelhantes** são dispostos em proximidade, por especialidade.

Prof. Ricardo Campanário

480

Princípios de Estocagem

Critérios de Armazenagem

- Identificada a necessidade da armazenagem **complexa**, deverá ser definido o **critério de guarda** desses materiais. Os principais são os seguintes:

Critério de armazenagem	Objetivos
Por agrupamento	Materiais semelhantes são acondicionados no mesmo local. Facilita a anulação e busca mas minimiza o aproveitamento dos espaços.
Por tamanho	Materiais de tamanhos semelhantes ficam próximos uns dos outros. Otimiza o aproveitamento de espaços.
Por frequência	Materiais com maior frequência (giro) são armazenados perto das saídas.
Especial	Trata-se de armazenagem de produtos perigosos, perecíveis ou inflamáveis. São os casos que exigem cuidados e procedimentos especiais.
Em área externa	Armazenamento fora do depósito, aumentando a capacidade total de armazenagem.
Coberturas alternativas	Também fora do depósito, mas com a utilização de coberturas plásticas para a proteção.



Prof. Ricardo Campanário

481

TRANSPORTE + LOGÍSTICA RESUMO

Prof. Ricardo Campanário

482

Modais de Transporte

Resumo para a prova!

MODAL	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Rodoviário	Flexível, custo alto, volumes menores e prazos curtos de entrega.
Ferroviário	Custo reduzido, velocidade menor, flexibilidade reduzida, cargas de maior volume, grande peso e prazos de entrega dilatados.
Aquaviário	Baixo custo, lento, grandes volumes e prazos de entrega dilatados.
Aéreo	Maior agilidade, cargas nobres e de pequeno volume e alto valor, entregas urgentes, caro e locais de difícil acesso.
Dutoviário	Investimento inicial alto, assim como custo de capital. Operação simples e de baixo custo. Produtos específicos.
Intermodal	Conjugação de modais, difícil acesso, planejamento logístico.



Prof. Ricardo Campanário

483

Logística

Principais conceitos e definições

- O **conceito de logística** vem ganhando muita importância pois o sucesso nesta atividade (as vezes ainda vista como atividade suporte) pode gerar uma grande **vantagem competitiva** à organização, seja ela pública ou privada.
- Um dos conceitos aceitos para logística é de Martin Christopher (2011):

Prof. Ricardo Campanário

484

Logística

Principais conceitos e definições

Processo de gestão estratégica da **aquisição, movimentação e armazenagem** de materiais, peças e estoques finais (e os fluxos de informação relacionados) por meio da organização e seus **canais de comercialização**, de tal forma que as **rentabilidades atual e futura sejam maximizadas** através da execução de pedidos, visando **custo-benefício**.

Prof. Ricardo Campanário

485

Logística

Principais conceitos e definições



Prof. Ricardo Campanário

486

Cadeias de Suprimento

Resumo

ESTA CAI NA PROVA!

APOSTA 10

Cadeia de Suprimentos DIRETA	Cadeia de Suprimentos REVERSA (ou LOGÍSTICA REVERSA)	Cadeia de Suprimentos de CICLO FECHADO
<ul style="list-style-type: none"> Dos fornecedores aos clientes finais. 	<ul style="list-style-type: none"> Dos clientes finais aos fornecedores. 	<ul style="list-style-type: none"> Engloba os dois fluxos: direto e reverso. Envolve todo o ciclo do produto e cria um "loop" que se retroalimenta.

Prof. Ricardo Campanário

487

Pós Consumo x Pós Venda

Canais de distribuição reversos de bens de pós-consumo (CDR-PC)	Canais de distribuição reversos de bens de pós-venda (CDR-PV)
<ul style="list-style-type: none"> CDR-PC - canais de distribuição reversos de bens de pós-consumo, desde a saída até sua reintegração ao ciclo produtivo ou destino final adequado. Definição básica do CDR-PC: <ul style="list-style-type: none"> - Recuperação: o processo de recuperação de bens de pós-consumo para reintegrá-los ao ciclo produtivo. - Reutilização: o processo de reutilização de bens de pós-consumo para reintegrá-los ao ciclo produtivo. - Reciclagem: o processo de transformação de bens de pós-consumo em novos produtos, materiais ou energia. - Recuperação: o processo de recuperação de bens de pós-consumo para reintegrá-los ao ciclo produtivo. 	<ul style="list-style-type: none"> CDR-PV - canais de distribuição reversos de bens de pós-venda, desde a saída até sua reintegração ao ciclo produtivo ou destino final adequado. Definição básica do CDR-PV: <ul style="list-style-type: none"> - Recuperação: o processo de recuperação de bens de pós-venda para reintegrá-los ao ciclo produtivo. - Reutilização: o processo de reutilização de bens de pós-venda para reintegrá-los ao ciclo produtivo. - Reciclagem: o processo de transformação de bens de pós-venda em novos produtos, materiais ou energia. - Recuperação: o processo de recuperação de bens de pós-venda para reintegrá-los ao ciclo produtivo.

Prof. Ricardo Campanário

488

OBRIGADO

Prof. Ricardo Campanário



ricardocampanario

489

**Conhecimentos
Específicos:
Bloco 5**

EIXO TEMÁTICO 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS

490

Políticas Públicas

Tópico Completo

Profª. Elisabete Moreira

491

Políticas Públicas

“São **outputs** (conteúdo e ações concretas) da atividade política (**politics**), orientada para a **coletividade e para o interesse público.**”

“São **ações, decisões, metas, objetivos e procedimentos governamentais** que atingem, influenciam e regulamentam **o comportamento dos indivíduos na sociedade, com o objetivo de alcançar o bem comum.**”

Profª. Elisabete Moreira

492



493

Políticas Públicas

BUROCRACIA

Modelo **BUROCRÁTICO WEBERIANO** X Modelo **GERENCIAL**
A democracia é o que limita a discricionariedade do burocrata (controle).

Categorias de Burocratas em razão de seus Interesses

- **Alpinistas:** pragmáticos, focados na carreira.
- **Conservadores:** resistentes a mudanças.
- **Devotos:** fiéis a uma linha ou valor de fundo das políticas.
- **Defensores (advocates):** fiéis a uma agência.
- **Homens de Estado:** leais à sociedade e ao interesse coletivo – ideal weberiano.

Categorias de Burocratas em razão da Estrutura

- **BAE:** tomam decisões, incrementais, contínuas e coletivas, desempenham funções de representação e articulação.
- **BME:** realizam rotinas e tarefas envolvidas com PP – mobilização, articulação e sensibilização.
- **BNR:** são engajados na provisão descentralizada dos serviços públicos - “as faces do Estado”.

Profª. Elisabete Moreira

494

Políticas Públicas

BUROCRACIA

Os **BUROCRATAS DETÉM RECURSOS** para promover a **EFICÁCIA** das PPs.

- Mantém a **administração pública ativa**, não obstante os ciclos eleitorais.
- Detém **conhecimento técnico e criatividade sobre os serviços que prestam**.
- Conhecem as **necessidades dos destinatários**.
- Conhecem o **funcionamento da máquina estatal**.
- **Educam e sensibilizam o papel da cidadania**.
- Exercem **alta discricionariedade limitada (informal)** à **natureza, quantidade e qualidade de benefícios e sanções fornecidas pela agência**.

Os **BUROCRATAS** trabalham com **CONFLITOS E CONTROVÉRSIAS**.

- Lidam com **imediatismo de interações** com os cidadãos – demandas **urgentes e pessoais**.
- Sofrem **pressões e respondem diretamente**.
- Desenvolvem **mecanismo de “coping”** para lidar com **situações de estresse, limitação de recursos e de pressões sob seu trabalho**.

Profª. Elisabete Moreira

495

Políticas Públicas

BUROCRACIA

Os **BUROCRATAS** exercem **INFLUÊNCIA EM TODAS AS FASES** do ciclo de PPs:

- **FORMAÇÃO DE AGENDA:** captam os problemas de forma direta com os destinatários, **separando problemas** relevantes.
- **FORMULAÇÃO DE ALTERNATIVAS:** subsidiam políticos para **formulação e escolha** de soluções.
- **IMPLEMENTAÇÃO:** transformam **orientações e valores** em atividades executadas.
- **AVALIAÇÃO:** abastecem os **sistemas de controle com dados**; **informam** aos políticos sobre a **implementação**; **recebem críticas e sugestões** dos destinatários das PPs.

Os **BUROCRATAS DE NÍVEL DE RUA** podem se **BENEFICIAR DE SUA POSIÇÃO PRIVILEGIADA PARA IMPLEMENTAR** as PPs diferente daquilo que foi estabelecido:

- Agindo em **superconformidade** ou com **total desobediência às regras**;
- Interpretando objetivos da PP a **favor de seus interesses**.

Quando bem administrados, submetidos aos **MECANISMOS HIERÁRQUICOS DE COORDENAÇÃO E CONTROLE**, são capazes de evitar frustrações de PP mal planejadas.

Profª. Elisabete Moreira

496

Políticas Públicas

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

É a fase que **sucede à tomada de decisão e antecede a avaliação.**

Pode-se **estudar erros anteriores à tomada de decisão.**

Pode-se realizar **pesquisas**, centradas no processo, seus elementos e relações.

Deve haver o **gerenciamento das funções** interno e com as redes

INSTRUMENTOS DE DESCENTRALIZAÇÃO, COOPERAÇÃO E EFETIVIDADE DA GESTÃO

- **FUNDOS:** meios de financiamento específicos para captar recursos: FNS, FNDE, FNSP
- **CONSÓRCIOS:** acordos entre entes para cooperar na implementação de PPs ou prestação de serviços, visando otimizar recursos e compartilhar responsabilidades.
- **TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS:** transferências de recursos financeiros estabelecidos por lei ou normativa que devem ocorrer de uma esfera para outra de governo: FPE, FPM.

Profª. Elisabete Moreira

497

Políticas Públicas

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PROBLEMAS, DILEMAS E DESAFIOS

A implementação de PP **não se traduz apenas em problemas técnicos ou administrativos**, mas em um **emaranhado de elementos políticos, arranjos institucionais** que frustram os mais bem-intencionados planejamentos.

BARREIRAS

- **POLÍTICAS:** autorização lenta, oposição burocrática, fracos incentivos.
- **COMPETÊNCIAS ANALÍTICAS:** missão vaga ou múltipla; mudanças de prioridades; má concepção; dificuldade de integração das operações.
- **OPERACIONAIS:** limitação de fundos; má estrutura de gestão ou capacidade de gestão da rede; falta de clareza nos planos operacionais.

Profª. Elisabete Moreira

498

Políticas Públicas

MONITORAMENTO X AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

MONITORAMENTO

- Processo contínuo, rotineiro, sistemático,
- Realizado ao longo da execução,
- Identifica problemas e falhas que permitam ajustar e corrigir rumos da execução.

AVALIAÇÃO

- É o momento-chave para **feedback** das fases antecedentes.
- Realiza o **juízo** sobre **validade de propostas**.
- Examina o **processo de implementação**
- Examina o **desempenho da** política pública – estado da política e o nível de redução do problema.
- Realiza a **mensuração objetiva e qualitativa de resultados**.

É um importante **instrumento de controle social**, pois contribui para que a política produza os **resultados almejados pela sociedade**.

Profª. Elisabete Moreira

499

Políticas Públicas

TIPOS DE AVALIAÇÃO

- Avaliação **EX ANTE**: Avaliação Diagnóstica / Controle Prévio.
- Avaliação **IN ITINERE** / **AVALIAÇÃO FORMATIVA**: Controle Concomitante / Avaliação Intermediária ou Monitoramento.
- Avaliação **EX POST** / **AVALIAÇÃO SOMATIVA**: Controle Posterior.
- Avaliação **CONCEITUAL**: *Design*.
- Avaliação do **PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO** e Gestão do Programa.
- Avaliação de **IMPACTOS** e resultados.
- Avaliação de **METAS**.

Profª. Elisabete Moreira

500

Políticas Públicas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- **ECONOMICIDADE:** nível de **utilização de recursos (inputs)**.
- **PRODUTIVIDADE:** nível de **saídas de processo (outputs)**.
- **EFICIÊNCIA ECONÔMICA:** relação entre **outputs (produtividade)** e **inputs (recursos)**.
- **EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA:** **prescrições e conformidade a regras**.
- **EFICÁCIA:** nível de **alcance de metas ou objetivos**.
- **EFETIVIDADE:** nível de **impacto das ações e resultados sociais (outcomes)**.
- **IGUALDADE:** nível de **homogeneidade na distribuição de recursos, sem levar em conta** as características da partida.
- **EQUIDADE:** nível de **homogeneidade na distribuição de recursos, levando em conta** as características de partida.

Profª. Elisabete Moreira

501

Políticas Públicas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

EFICIÊNCIA:

- **CUSTO-BENEFÍCIO (ACB):** compara os **custos com os benefícios monetários** da política pública.
- **CUSTO-EFETIVIDADE (ACE):** compara os **custos em termos monetários com os impactos positivos e benefícios gerados pelo programa**, em termos físicos.

ANÁLISE DE ESCALA: Examina a **abrangência da política** e o **número de pessoas** ou grupos **afetados por ela**.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO BASEADA EM ANÁLISE CONTRAFACTUAL: define com **precisão** em que **grau** as **alterações (ou a permanência)** dos valores de uma **variável podem ser** causalmente atribuídas a **certa intervenção** (chamada de “tratamento”).

META-AVALIAÇÃO é a “**avaliação da avaliação**” ou a “**síntese da avaliação**”, que **integra** os resultados de **vários estudos independentes** sobre um mesmo problema, de modo a **agregar os resultados** de estudos comparáveis.

Profª. Elisabete Moreira

502

Políticas Públicas

PP INFORMADAS EM EVIDÊNCIAS - PIEs

EVIDÊNCIAS compõem um recurso para ‘*policy intellectuals*’ operarem processos de **formulação, implementação e avaliação de políticas**, formadas de **dados empíricos, organizados, randomizados ou não, estruturados, observados em contextos histórico, relatados pela mídia e por stakeholders.**

ABORDAGEM RACIONALISTA/EMPIRISTA

- Evidências
- Análise quantitativa e qualitativa;
- Análise custo-benefício;
- Análise custo-efetividade.

ABORDAGEM ARGUMENTATIVA

- Convencimento retórico;
- Liderança;
- Formação de consenso.

INSTITUCIONALIZAÇÃO E GOVERNANÇA do uso de evidências.

Significa o “**processo e resultado de (re)criar, manter e reforçar normas, regulamentos e práticas-padrão** que, com base em significados e valores coletivos, em ações e na dotação de recursos, permitem que as evidências se tornem – ao longo do tempo – um meio legitimado.

Prof^a. Elisabete Moreira

503

OBRIGADA

Prof^a. Elisabete Moreira

504